

Sumário

<i>Conjuntura baiana: expectativa de recuperação</i>	<i>3</i>
<i>Desempenho econômico da Bahia.....</i>	<i>13</i>
<i>Trajectoria industrial: acanhamento persiste</i>	<i>21</i>
<i>A influência da estagnação global na aparente melhora das contas externas brasileiras.....</i>	<i>25</i>
<i>Evolução recente e potencial do mercado de créditos de carbono no Brasil</i>	<i>32</i>
<i>Consumo de energia elétrica: o difícil retorno pós-acionamento</i>	<i>39</i>
<i>Investimentos industriais previstos no estado da Bahia</i>	<i>43</i>
<i>Grifos</i>	<i>46</i>
<i>Indicadores conjunturais</i>	<i>53</i>

Conjuntura baiana: expectativa de recuperação

Ao fim do primeiro trimestre, o balanço da economia brasileira é favorável apenas nos indicadores financeiros. No entanto, apesar da expectativa de queda na taxa de inflação, da redução das incertezas levantadas pelo ambiente externo, do ganho de confiança da política econômica do novo governo - comprometida com a austeridade fiscal e monetária - e da promissora discussão das reformas estruturais, os agentes econômicos ainda estão cautelosos diante das elevadas taxas de juros. Mesmo com a queda do risco-país, refletindo a recuperação no valor dos títulos soberanos da dívida brasileira, como os *C-bond*, o elevado nível do risco ainda pressiona as taxas de juros.

No estado da Bahia, os indicadores econômicos recentes – nível da produção industrial e volume de vendas do comércio varejista – mostraram desaceleração do nível de atividade, apesar do elevado nível do faturamento industrial, refletindo a expansão das exportações que permanecem como fatores de estímulo à produção, confirmados pelos resultados do Índice de Movimentação Econômica de Salvador. Como principal fator impulsionador do nível de atividade econômica baiana em 2003, destacam-se as expectativas de aumento da safra agrícola para 2003.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI) para Salvador acumulou inflação de 4,3% no primeiro trimestre de 2003. No acumulado do ano até maio, o município já apresenta alta de 6,8% nos preços. Os grupos transporte e comunicação (9,3%), saúde e cuidados pessoais (8,9%), habitação e encargos (7,8%) e alimentos e bebidas (7,4%) já revelam taxas acima da inflação geral.

No mercado de trabalho, no primeiro trimestre, a média da taxa de desemprego total da RMS foi de 27,5%, valor

NÚCLEO DE CONJUNTURA DA SEI *

acima do observado nesse mesmo período de 2002 (27,3%), segundo indicadores da PED-SEI. O rendimento real médio dos ocupados reduziu-se em 13,8% entre janeiro e março de 2002 e janeiro e março de 2003. Para os assalariados, a queda no rendimento real médio foi menor, -10,7%. Analisando-se os assalariados do setor privado, que tiveram um recuo de 10,3% nos rendimentos, observa-se uma queda mais acentuada nos rendimentos daqueles que exercem atividades no setor de serviços (-12,1%) e daqueles com carteira assinada (-12,4%), uma vez que para os assalariados sem carteira assinada o rendimento real médio registrou aumento de 4,2%.

No campo das finanças públicas estaduais, a arrecadação de ICMS, tributo que representa cerca de 95% da arrecadação tributária do estado, até o mês de março de 2003, ficou 1,4% abaixo daquela obtida em igual período de 2002, em termos reais. Esses números evidenciam o resultado negativo da queda da atividade econômica sobre a receita estadual.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA: A GRANDE ESPERANÇA

As expectativas para a safra brasileira 2002/2003 são positivas, influenciadas especialmente pela safra recorde de grãos, que assegura o crescimento das exportações e, paralelamente, abastece quase a totalidade do mercado interno, pois a produção supera à demanda em praticamente todos os produtos. Um dos reflexos da ampliação da produção de grãos, em geral, é o incremento da colheita de trigo, que atingiu quase a metade da procura interna anual, atualmente em torno de 10 milhões de toneladas.

Baseado nas estimativas do IBGE/LSPA, seis produtos apresentam variação positiva: algodão herbáceo (1,93%), arroz (2,11%), cana-de-açúcar (4,27%), feijão em grão - 1ª safra (10,48%), milho - 1ª safra (7,70%) e soja (16,21%). Os produtos com variação negativa são: batata-inglesa - 1ª safra (-1,10%), cebola (-3,01%) e mandioca (-9,83%). Levando-se em conta, apenas o grupo de cereais, leguminosas e oleaginosas (algodão herbáceo, amendoim - 1ª safra, arroz, feijão - 1ª safra, milho - 1ª safra e soja), a produção total das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e os estados de Rondônia, Maranhão, Bahia e Piauí é de 90,756 milhões de toneladas, 11,34% superior a apuração efetuada na safra 2001/2002, segundo levantamento realizado no mês de dezembro de 2002.

Neste ano, a expectativa de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) agrícola é aproximadamente 4,5%, em



relação ao ano imediatamente anterior, auxiliado pela conquista de novos mercados para os produtos brasileiros e pela valorização do dólar, no momento em que foram fechados os contratos de venda da safra. Paralelamente, o PIB do agronegócio deve crescer 0,9% no mesmo período, segundo projeção do CEPEA/USP, inferior ao PIB agrícola.

Para o estado da Bahia, as estimativas de produção para a safra agrícola 2002/2003, do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE), de abril de 2003 em relação às estimativas de abril/2002, registram uma produção de grãos de aproximadamente 3,6 milhões, o que representa um crescimento de 15,2% no período considerado. De maneira geral a maioria dos cultivos manteve tendência de crescimento em relação à área plantada, no confronto com a safra de 2001/2002.

De acordo com a Tabela 1, pode-se observar que a mandioca obteve variação positiva de 12,6% na estimativa de produção de abril/2003, em relação às estimativas de produção em abril/2002. Esta variação deve-se, sobretudo, ao aumento de 13,4% da área colhida. O algodão, por sua vez, obteve um incremento de 69,7% na estimativa da produção, influenciada, principalmente, pelos bons preços do produto. Além disso, o referido produto registrou aumento de 35% na área plantada e 26,5% na produtividade. Paralelamente, a estimativa da produção de cana-de-açúcar indica uma redução de 8,4%, especialmente em função da queda no rendimento (1,9%) e na área colhida (6,6%). Entretanto, as expectativas quanto ao comportamento do mercado revelam uma tendência de aumento no preço do açúcar, uma vez que, além da redução nas exportações brasileiras, existem também previsões de quebra nas produções da União

Européia (UE), Austrália, Cuba e Tailândia, que contribuem para a elevação dos preços do açúcar.

Na cultura do sorgo observa-se uma estimativa bastante promissora de produção (134,1%), em decorrência de aumentos na área plantada (103,2%) e no rendimento médio (35,5%). Este incremento na produção tem sido incentivado pela formação de rebanhos na região oeste. Portanto, o plantio de sorgo desponta como um mercado em expansão, cujo cultivo é baseado em tecnologias que proporcionam maior rendimento físico.

A produção de feijão sofreu uma redução acentuada (23,1%), derivada de uma queda de aproximadamente 40% no seu rendimento físico e 7% na sua área colhida, devido, essencialmente, à seca que atinge grande parte das regiões produtoras do estado, especialmente na microrregião de Irecê.

A soja, contrariamente ao feijão, vem mantendo a trajetória de expansão produtiva observada nas últimas décadas, de tal forma que se verificou aumento na produção estimada da ordem de 11,5% (abril/2003) em comparação com o mesmo período do ano anterior. Este incremento foi proporcionado pela elevação no rendimento (5%) e na área plantada (6,3%). Um dos principais fatores que têm estimulado a produção é a elevada cotação do grão no mercado internacional, aliada às taxas de câmbio favoráveis.

Nas estimativas de produção do milho observou-se crescimento de 23,6%, determinado pelo acréscimo de 25,3% no rendimento físico e pelo aumento na área plantada (19,6%). Esta dinâmica é justificada pela elevada procura do produto no mercado interno, uma vez que, na safra anterior, houve oferta insuficiente no mercado

Tabela 1
Produção física e área plantada dos principais produtos agrícolas
Bahia - 2002/2003

Produtos	Produção física em toneladas			Área plantada em ha			Rendimento em Kg/ha		
	2002 ⁽¹⁾	2003 ⁽²⁾	Var. (%)	2002	2003	Var. (%)	2002	2003	Var. (%)
Mandioca	3.629.572	4.087.848	12,6	287.099	338.494	17,9	12.642	12.558	-0,7
Cana-de-açúcar	4.936.814	4.520.676	-8,4	86.064	80.386	-6,6	57.362	56.269	-1,9
Cacau	126.745	110.428	-12,9	574.362	541.949	-5,6	221	226	2,3
Café	186.806	169.373	-9,3	153.526	153.308	-0,1	1.285	1.146	-10,8
Grãos	3.122.228	3.598.310	15,2	2.367.621	2.607.944	10,2	8.094	9.408	16,2
Algodão	174.118	295.496	69,7	70.698	95.412	35,0	2.463	3.115	26,5
Feijão	438.502	337.314	-23,1	796.399	799.924	0,4	787	469	-40,4
Milho	1.008.034	1.245.522	23,6	670.659	801.908	19,6	1.756	2.200	25,3
Soja	1.464.000	1.632.000	11,5	800.000	850.000	6,3	1.830	1.920	4,9
Sorgo	37.574	87.978	134,1	29.865	60.700	103,2	1.258	1.704	35,5

Fonte: IBGE/PAM/LSPA/GCEA

(1) Estimativas do GCEA/IBGE abril/2002

(2) Estimativas do GCEA/IBGE abril/2003

interno, o que impulsionou o aumento nos preços. A maior produção é verificada principalmente na região oeste, com o objetivo de suprir a demanda do setor avícola local, que se encontra em expansão.

Para o cacau verificou-se queda, tanto nas estimativas de produção (12,9%), quanto na área plantada (- 5,6%) e colhida (-15%), apesar de um rendimento positivo (2,3%). Esta contínua queda nos números estimados deve-se, sobretudo, ao atraso e a insuficiência dos recursos de financiamentos do projeto de recuperação da lavoura, que impossibilitam um combate adequado às pragas e a implantação da enxertia de clones nos cacauais.

O café apresentou estimativa de safra mais modesta (9,6%), devido aos baixos preços no mercado externo. O reflexo negativo dos preços influenciou na retração da área plantada e colhida e no rendimento físico (10,8%), pois os preços não remuneraram sequer os custos de produção.

Portanto, pode-se concluir que para alguns produtos tais como o café, o cacau e o feijão não há perspectivas de melhorias substanciais no curto prazo, pela dinâmica dos preços, devido à superprodução (café); pela falta de investimentos na revitalização da lavoura (cacau) e pela inviabilidade climática no cultivo (feijão). A soja poderá sofrer uma redução na sua produtividade em função da ferrugem asiática que atinge a lavoura. No caso da cana de açúcar, possivelmente as estimativas apresentaram alterações positivas quanto à produção, no decorrer do ano, influenciada pelos preços e pela demanda. Para os demais produtos há perspectiva de crescimento na próxima safra, impulsionado, principalmente pela demanda e pela remuneração. Além disso, atualmente, a expansão desses produtos tem garantido, em muitos casos, aumentos razoáveis na remuneração aos produtores, bem como a formação de grande parte do produto bruto agrícola da Bahia.

Assim, as expectativas de aumento da safra agrícola 2003 apresentam-se favoráveis com provável aumento de produção, de área plantada e de produtividade para a maioria das culturas. Estes incrementos estão relacionados às remunerações concedidas aos produtores, ao câmbio favorável e ao aumento das demandas nacional e internacional pelos produtos agrícolas.

RECUO NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Os indicadores referentes à produção e a vendas industriais do país mostraram, em março, desaceleração

comparativamente ao mês anterior, nas séries dessazonalizadas, e em relação a fevereiro de 2002. Segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM), do IBGE, a produção industrial decresceu 3,4% em março em relação a fevereiro, na série livre de influências sazonais, e 0,7% ante a de março de 2002. Sob a ótica das categorias de uso, a fabricação de bens intermediários ficou estável, enquanto as demais registraram decréscimos: -3,8% em bens de capital, -20,2% em bens de consumo duráveis e -5,2% em bens de consumo semiduráveis e não-duráveis. No acumulado do ano, a indústria brasileira registra expansão de 2,5%.

No primeiro trimestre de 2003, a indústria baiana caiu 1,3%. A produção extrativa mineral, com peso aproximado de 9,0% no setor, expandiu 0,6%, enquanto na indústria de transformação a taxa situou-se em -1,7%. O desempenho pouco satisfatório da indústria baiana decorreu do recuo contínuo da produção, a partir de dezembro, movimento associado, em grande parte, à perda de dinamismo da indústria, tendência registrada por outros indicadores da economia baiana, como por exemplo, no comércio varejista. (Tabela 2)

Entre os setores da economia baiana, os desempenhos no trimestre foram diversificados, quando comparados com o mesmo período do ano de 2002. Positivamente, destacaram-se as indústrias química, de produtos alimentares e minerais não-metálicos, com incrementos de 1,6%, 3,6% e 8,4% respectivamente. As retrações mais expressivas, por sua vez, ocorreram nas indústrias metalúrgica (-22,2%), bebidas (-6,9%) e têxtil (-2,5%).

Segundo a pesquisa “Indicadores Industriais da Federação das Indústrias da Bahia”, em março, o faturamento real da indústria de transformação baiana caiu 12,5% em relação ao mês anterior. O resultado de março do agregado da indústria de transformação situou-se 18,6% acima do de igual mês do ano anterior, enquanto o do acumulado nos primeiros três meses deste ano colocou-se 19,2% acima do de igual período do ano anterior. Já a taxa acumulada no período de 12 meses, encerrado em março de 2003 (taxa anualizada), acusa crescimento de 7,4%, influenciada essencialmente pelo desempenho positivo dos setores de produtos alimentares, metalurgia e celulose e papel e química, contrabalançados em parte pelo desempenho negativo do setor têxtil.

Determinados segmentos de atividade tiveram seus desempenhos associados à expansão das exportações, haja vista que abrangem produtos importantes na pauta de exportações, como, por exemplo, celulose, refino de petróleo, óleos vegetais e açúcar, dentre outros.



Tabela 2
Produção Industrial - Bahia (%)

Discriminação	2002			2003		
	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
Indústria geral						
Em relação ao mês anterior (1)	1,9	5,4	1,5	-5,2	-8,2	10,9
Mesmo mês do ano anterior	-1,4	3,9	9,8	-0,7	-7,2	4,5
Acumulado no ano	-1,4	-0,9	0,0	-0,7	-3,8	-1,3
Acumulado em 12 meses	-0,6	-0,8	0,0	-0,5	-0,9	-0,5
Indústria de transformação						
Em relação ao mês anterior (1)	2,9	5,3	1,9	-6,0	-10,2	12,9
Mesmo mês do ano anterior	-0,8	4,5	10,3	-0,9	-9,8	5,2
Acumulado no ano	-1,5	-0,9	0,1	-0,9	-5,2	-1,7
Acumulado em 12 meses	-0,4	-0,7	0,1	-0,4	-1,2	-0,7

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

(1) Com ajuste sazonal

O desempenho dos segmentos metalúrgico e de material elétrico e de comunicações ainda sofrem por conta da crise de energia em 2001. No caso da metalurgia, a crise afetou os investimentos das concessionárias de energia, principais clientes desse segmento. Nos primeiros meses de 2003 permaneceu a retração da demanda vigente nos meses anteriores, com o mercado interno afetado pela expressiva diminuição das encomendas dos setores de telecomunicações e de energia, este último na expectativa de definição dos investimentos governamentais em linhas de transmissão.

Na indústria química, a produção caiu, notadamente em razão do clima de incertezas gerado pela crise do Oriente Médio, deprimindo a demanda de diversos segmentos de mercado. Esse fato acabou por propiciar a antecipação de algumas paradas programadas para manutenção de empresas. Como, por exemplo, a Caraíba Metais, que parou a unidade de ácido sulfúrico, e a Braskem, que realizou parada na unidade de p-xileno.

As incertezas provenientes do conflito entre os EUA e o Iraque, bem como os seus reflexos sobre o barril de petróleo, aparecem como principal fator de pressão sobre os preços dos produtos químicos, tanto no mercado externo quanto no interno. A nafta petroquímica, principal matéria-prima do pólo petroquímico, aumentou 38,62% em valor no primeiro trimestre de 2003. Além da indústria química, a volatilidade do petróleo vem afetando e pressionando outros índices de preços como, por exemplo, combustíveis e lubrificantes, que tiveram seus preços aumentados em 16,43% nesse mesmo período.

Entre as expectativas para o ano de 2003 ressalta-se a reforma tributária, que é bem-vinda para o setor químico,

pois é caracterizado por participar de cadeias longas, com várias etapas de produção, sendo, assim, um dos mais prejudicados pela cumulatividade de tributos.

Quando se analisa especificamente o segmento de derivados de petróleo na Bahia, verifica-se que, na Refinaria Landulfo Alves, houve, no trimestre, um pequeno decréscimo do tipo (0,5%) na produção, na série ajustada sazonalmente. A produção de gasolina A, de acordo com a Associação Nacional do Petróleo (ANP), apresentou, em março, a quarta retração desde a implantação da nova unidade em julho de 2001. No acumulado do ano, o decréscimo observado até março foi de 6,7%. Os resultados tornaram-se negativos a partir de setembro, quando os períodos comparados têm igual capacidade instalada. Já a produção de óleo combustível, nos três primeiros meses do ano, registrou um decréscimo de 7,5% em relação a igual período do ano anterior. Por outro lado, observa-se que, em 2003, a produção de nafta é maior do que a de 2002, até o mês de março, atingindo uma pequena variação positiva de 0,05%.

O bom desempenho da indústria de alimentos reflete os resultados obtidos pela agricultura e a alta nos preços das *commodities* agrícolas. Os produtos derivados do cacau foram os principais responsáveis pelo desempenho favorável no mês de março, influenciado pelo crescimento nas exportações de manteiga (para a Argentina e Canadá) e de pó de cacau (para os Estados Unidos), que é contrabalançado pela queda nas vendas interestaduais de manteiga (para São Paulo e Minas Gerais). Também as vendas de leite em pó apresentaram resultado positivo no mês de fevereiro, em virtude do aquecimento das demandas local e de outros estados.¹



O setor de papel e celulose continua apresentando resultados favoráveis nesse início de 2003, explicado pela expressiva desvalorização do real e pela recuperação gradativa dos preços internacionais da celulose. Com a queda dos estoques mundiais, a celulose de mercado apresentou aumento de preços ao longo dos primeiros meses deste ano, recuperando a tendência positiva do ciclo de preços. Ademais, os preços em abril e em maio começaram a se aproximar dos US\$ 600. No mercado americano, o produto foi cotado a US\$ 570 e a US\$ 540 na Europa. Esse movimento ocorreu em um momento importante para a indústria baiana, devido à retomada dos investimentos da Aracruz no sul da Bahia.

No mercado interno observa-se fraca performance do segmento, uma vez que as vendas domésticas de papéis estão concentradas em pequenas empresas, que sofrem com o ambiente macroeconômico de elevadas taxas de juros.

A Bahia Sul Celulose comercializou, até o fim do terceiro trimestre de 2003, 140,7 mil toneladas, dentre as quais 91,2 mil toneladas de celulose de mercado e 49,5 mil toneladas de papel. Cabe destacar, que 69,9% das vendas são destinadas ao mercado externo, o que representa cerca de 98,3 mil toneladas.

Infelizmente, a pesquisa do IBGE – PIM ainda não contempla o desempenho da produção de automóveis na Bahia, que vem apresentando expressivo resultado no comércio exterior. Nos três primeiros meses do ano, o valor exportado de automóveis chegou a US\$ 59,71 milhões, o que corresponde a 8,2% do total dos produtos baianos exportados. Por outro lado, as vendas internas de veículos também tem apresentado resultados positivos nos últimos meses, após a tendência declinante observada ao longo de 2002, quando as vendas de veículos, motos e peças registraram queda de 12,5%. No primeiro bimestre de 2003 verifica-se um aumento de 9,2% nas vendas destes produtos.

De um modo geral, os estudiosos do setor industrial estão preocupados quanto aos efeitos da continuidade do aperto monetário, que poderá frear o crescimento deste ano. Com o fim da guerra no Iraque, que trouxe consigo a queda do preço do petróleo, medidas internas como, por exemplo, o projeto do governo de reforma da Previdência e os debates em torno da reforma tributária, juntamente com a valorização do real, influenciam a confiança do setor financeiro e, conseqüentemente, dos empresários industriais, que começam a ficar mais otimistas com relação ao mercado consumidor. Essas expectativas, contudo, dependem do comportamento da taxa de juros e da renda do consumidor, variáveis com

forte influência sobre os resultados da indústria de transformação. O rendimento dos ocupados, fundamentalmente, determina o comportamento do mercado doméstico, que não tem mostrado muito dinamismo nos últimos meses.

COMÉRCIO EXTERIOR: EXPORTAÇÕES A TODO PIQUE

A balança comercial brasileira no primeiro quadrimestre de 2003 registrou superávit de US\$ 5,4 bilhões, resultado de exportações de US\$ 20,7 bilhões e importações de US\$ 15,2 bilhões, que cresceram respectivamente, 25,7% e 1,8%. Esse resultado superavitário foi o maior desde 1990.

Apesar da queda da cotação do dólar verificada nos últimos meses (março e abril), que chegou a 10% (em abril em relação a março de 2003), o saldo da balança continua favorecido pela queda mais acentuada nas importações e também por um crescimento das vendas externas. Outro fator que contribuiu para o aumento das vendas externas foi à recuperação dos preços dos produtos exportados (em especial das *commodities*), que registraram um aumento de 5,2% (no período jan-mar/2003) em relação ao mesmo período do ano anterior, segundo dados da Funcex. Essa recuperação nos preços compensa, em parte, a perda de rentabilidade que a queda da taxa de câmbio está impondo aos exportadores. Em abril deve cair cerca de 8%.²

A valorização nos preços do primeiro quadrimestre de 2003 em relação ao período anterior verificou-se, principalmente, nos seguintes produtos: petróleo (25,9%), gasolina (50,2%), óleo de soja (34,9%), semimanufaturados de ferro e aço (47%), celulose (35,5%), laminados planos (33,7%), soja em grão (20,9%) e café em grão (10,7%) (MDIC, 2003).

O crescimento das exportações nesse período já alcança o valor absoluto de US\$ 4,2 bilhões, 50% acima do projetado pelo MDIC para 2003, que foi de US\$ 8 bilhões.

As exportações por fator agregado – manufaturados (US\$ 11,3 bilhões), básicos (US\$ 5,7 bilhões) e semimanufaturados (US\$ 3,2 bilhões) – registraram recordes históricos nesse período. Na comparação com jan/abr-2002, pela média diária, os básicos cresceram 44,1%, semimanufaturados, 35,5%, e manufaturados, 21,6%.



Tabela 3
Balança Comercial do Brasil
Janeiro/Abril-2003/2002

Em milhões US\$ FOB

DISCRIMINAÇÃO	2003	2002	Var (%)
Exportação	20.756	16.512	25,7
Importação	15.282	15.009	1,8
Saldo	5.474	1.503	—
Corrente de comércio	36.038	31.521	14,3

Fonte: MDIC/SECEX
Elaboração: GEAC/SEI

O desempenho do comércio exterior da Bahia acompanhou a mesma tendência do comércio exterior brasileiro, registrando também um superávit no primeiro quadrimestre de 2003 de US\$ 345,8 milhões (em jan-abr/2002 foi de US\$ 30,6 milhões). As exportações registraram US\$ 1 bilhão, 63,4% acima do resultado do período anterior, impulsionadas pelo acréscimo dos produtos básicos e dos manufaturados.

Já as importações, apesar de estarem apresentando uma tendência de queda nos últimos meses, alcançaram US\$ 655 milhões e registraram uma taxa positiva e crescente de 12,6% em comparação com o mesmo período anterior. Esse resultado deveu-se ao acréscimo dos produtos básicos e dos industrializados.

Quanto às exportações baianas por segmento de produtos destacam-se derivados de petróleo que, no período jan-abr/2003, já alcançavam mais de 30%, devido, principalmente, às exportações de óleo bruto de petróleo e óleo combustível (US\$ 259,7 milhões). Outro segmento que passou a contabilizar na pauta de exportações do estado foi veículos, suas peças e acessórios, que já alcança 7,8% do total das exportações baianas, cujo principal destino foi México e Argentina.

Tabela 4
Balança Comercial da Bahia
Janeiro/Abril-2003/2002

Em US\$ 1.000 FOB

DISCRIMINAÇÃO	2003	2002	Var (%)
Exportação	1.000.856	612.367	63,4
Importação	655.027	581.692	12,6
Saldo	345.829	30.675	-
Corrente de comércio	1.655.883	1.194.060	38,7

Fonte: MDIC/SECEX
Elaboração: GEAC/SEI

O segmento químico e petroquímico registrou crescimento de 19,6%, e sua participação ficou em torno de 23%. Já papel e celulose (com participação de 8,5%) apresentou um crescimento de 52%, influenciado pela alta de pasta química de madeira (29,9%), influenciado

pela alta dos preços da celulose no mercado internacional, além das novas exportações de papel *kraft* (US\$ 18,3 milhões).

Cacau e derivados registrou uma taxa de crescimento de 180,7%, quase que dobrando a participação no total das exportações, principalmente de produtos manufaturados, como pasta, pó e manteiga de cacau. Esse resultado ocorreu devido ao aumento das importações (182,7%) de cacau inteiro ou partido em bruto, acompanhado pelas oscilações no preço (interno e externo), apesar da queda na produção interna do estado.

Já o segmento dos metalúrgicos registrou uma queda de 27,7%, devido à redução das vendas de alumínio (-56,5%) e ferromanganês (-23%). Além disso, soma-se a abstenção nas vendas de catodos de cobre, que no mesmo quadrimestre do ano anterior foi de US\$ 18,3 milhões.

Com relação aos principais destinos das nossas vendas externas, destacam-se: Estados Unidos, com crescimento de 85,6%; União Européia, com 33,3%; Mercosul, com 123,3%; Aladi (exclusive Mercosul), com 203,3%. Quanto à melhora das exportações para o Mercosul, destaca-se o acréscimo das vendas para Argentina (138,6%). Dentre outros países, destacaram-se: México (469,6%), Portugal (269,7%), Alemanha (287,6%) e Trinidad Tobago (US\$ 30,3 milhões, em jan-abr/2003 e US\$ 36,6 mil, no mesmo período do ano anterior).

No que se refere às importações dos principais produtos, destacam-se: nafta para petroquímica, que participou com 17,0% do total das compras externas e teve a alta de 99,4%; automóveis, que apresentou uma participação de 16,4% e teve taxa de crescimento de 19,2%; cacau e derivados, com taxa de 182,7% e óleo bruto de petróleo, com 205,4%. Já os principais produtos que apresentaram queda no período foram: sulfeto de minério de cobre (-61,3%); outros automóveis (-48,3%) e chapas de alumínio (50,6%), dentre outros.

Quanto às importações por principais países e blocos, destacam-se os seguintes acréscimos: Mercosul (9,4%), União Européia (15,0%), Ásia - exclusive Oriente Médio - (19,1%) e África (163,8%). As novas importações africanas são de produtos derivados de petróleo, provenientes, principalmente, da Nigéria.

O desempenho da economia tem influenciado sobremaneira o comércio exterior positivamente, com o real desvalorizado o que proporcionou o aumento significativo das exportações, dentre outros fatores também relevantes. Agora a influência se dá



negativamente, com a valorização da moeda brasileira, que no momento apresenta uma aparente tensão dos diversos setores da economia e do governo quanto ao que fazer para continuar gerando superávits na balança comercial, no intuito de continuar tentando equilibrar as contas externas.

Os resultados alcançados pelo comércio exterior brasileiro no primeiro quadrimestre de 2003 indicam que o saldo da balança comercial pode superar os US\$ 16 bilhões previstos (Funcex) diante da combinação dos preços de exportação e do aumento das quantidades vendidas, aliado à retração das importações. Dentre outros aspectos, destaca-se a valorização da taxa de câmbio que, se não for revertida nos próximos meses, pode levar a um saldo comercial abaixo de US\$ 13 bilhões alcançados em 2002.

Por outro lado, essa valorização do real frente ao dólar tende a beneficiar as aquisições de algumas *commodities*, em especial os químicos e petroquímicos (como o nafta), visto que ficarão com menores preços no mercado internacional, com perspectivas otimistas de aumento na produção dos seus derivados da cadeia.

Além disso, ressalta-se a recuperação das vendas à Argentina, principal parceiro do Brasil no Mercosul, o que indica uma recuperação na economia do país vizinho e uma retomada das negociações para o fortalecimento do bloco. Destacaram-se alguns setores como metalurgia, químicos e petroquímicos e cacau e derivados. Em 2002, o fraco desempenho do intercâmbio comercial bilateral voltou aos níveis do início da década de 90 e o país caiu para a 6ª posição entre os principais parceiros comerciais do Brasil.

Contudo, o futuro da relação comercial bilateral, como do próprio Mercosul, dependerá da política adotada pelo futuro presidente da Argentina, Kirchner. O destaque maior para o novo governo está na questão da integração regional, no âmbito do Mercosul e sul-americano, além de propor um acordo 4+1 do Mercosul com os Estados Unidos no intuito de adiar a implantação da Alca, prevista para janeiro de 2005. Segundo ele, existem três desafios a serem atingidos, a saber: a integração da área de infraestrutura; políticas comuns industriais e de serviços; e o estabelecimento de novos esquemas de financiamento para o desenvolvimento regional, envolvendo o BNDES, o CAF (Coporación Andina de Fomento) e o Fonplata (Fundo de Desenvolvimento da Bacia do Prata).

Dentre as demais propostas que visam uma maior integração sul-americana destaca-se a criação de uma moeda única entre Brasil e Argentina e posteriormente

para os demais países do Cone Sul. Apesar de ser uma proposta bastante atrevida do governo argentino (atual), ainda é recebida com cautela pelo governo brasileiro. As exportações brasileiras para a Argentina nesse quadrimestre chegaram a 5,3% do total e as vendas baianas para o país atingiram 10,2% do total exportado pelo estado.

Nesse sentido, a diplomacia brasileira terá que desempenhar um papel importante nesse processo, visto que o governo tem como prioridade de política externa o fortalecimento do Mercosul. Para o governo, é desejável um bloco economicamente forte e coeso, para que fortaleça as negociações em curso para liberalização do comércio mundial.

COMÉRCIO VAREJISTA MANTÉM RETRAÇÃO

Segundo a Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE, o índice do volume de vendas do comércio varejista do país recuou 11,3% em março e 6% no primeiro trimestre de 2003, na comparação com os índices do mesmo período do ano passado. O desempenho negativo atingiu todas as atividades e estados do país. As estatísticas da Fecomércio-SP também acusaram queda de 4,7% no faturamento real do comércio varejista na Região Metropolitana de São Paulo em março, comparativamente a igual mês de 2002. No entanto, no acumulado do primeiro trimestre, observou-se expansão de 7,3%, diferentemente do ocorrido com o indicador nacional. As consultas para compras a prazo e com cheques divulgadas pela ACSP corroboraram a tendência de retração do comércio varejista em março e no primeiro trimestre deste ano.

Conforme a Pesquisa Conjuntural Bicbanco, nos três primeiros meses do ano, o comércio acumulou mais que o dobro do limite suportável de estoques, em vários segmentos. Em alguns ramos, os estoques já chegam a 160 dias, embora o nível ideal seja de 30 a 45 dias. E a tendência é de que os estoques subam ainda mais, porque as vendas estão muito incipientes. Os fatores responsáveis pelos elevados estoques do varejo seriam as compras antecipadas de mercadorias, em razão do temor do comerciante por novos aumentos de preços de produtos atrelado ao preço do dólar e a queda de vendas. Com o acúmulo de estoques, as empresas estão reprogramando para baixo suas compras de insumos para o segundo trimestre do ano, o que representa um fator negativo para a produção industrial.

Indicadores divulgados recentemente sinalizaram perspectivas mais favoráveis para o segmento varejista.



A pesquisa mensal da Fecomércio-SP mostrou melhora significativa na confiança do consumidor em maio. O IIC alcançou 104,3, ante 100,3 pontos em abril, em uma escala que vai de zero a 200, com altas de 5,7% nas intenções futuras e de 0,4% nas intenções atuais de consumo. Grande parte desse otimismo deve-se à confiança no novo governo que se inicia.

Para o estado da Bahia, o resultado de março de 2003 da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC/IBGE) mostra um cenário pouco otimista. O volume de vendas físicas do comércio varejista baiano caiu 14,2% em relação a março de 2002, acumulando no primeiro trimestre de 2003 um recuo de 10,6%.

Essa taxa além de retratar o comportamento do setor num mês em que se registrou uma redução no nível de atividade econômica, em decorrência do Carnaval, foi fortemente influenciada pelo desaquecimento nas vendas da totalidade dos segmentos pesquisados.

Segundo resultados da PMC (IBGE), no primeiro trimestre de 2003, tomando-se como base igual período do ano anterior, todos os segmentos que compõem o comércio varejista da Bahia apresentaram queda no nível de atividade. O ramo de combustíveis e lubrificantes permaneceu registrando a mais intensa variação negativa (-13,6%), seguido de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-11,1%), móveis e eletrodomésticos (-8,0%), demais artigos de uso pessoal e domésticos (-7,0%) e tecidos, vestuário e calçados (-4,2%). Por outro lado, as vendas de veículos, motos, partes e peças expandiram-se em 2,3%.

A queda observada nas vendas do ramo hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-11,1%) influenciou sobremaneira o desempenho do comércio varejista baiano, devido à representatividade do setor. Essa queda vem sendo atribuída ao desemprego, que se mantém em nível elevado, aos baixos rendimentos auferidos pelos consumidores e aos constantes aumentos de preços de diversos produtos, sobretudo dos gêneros alimentícios. Ao se desagregar o grupo, verifica-se que no trimestre o indicador do volume de vendas do subgrupo de hipermercados e supermercado atingiu percentual mais significativo, de 14,5%.

Com os salários reprimidos, os consumidores continuam a comprar produtos de valor agregado menor, como alimentos. Com isso, observa-se um recuo mais significativo nas vendas de outros segmentos do varejo como, por exemplo, móveis e eletrodomésticos – também influenciadas pelas elevadas taxas de juros –, roupas e calçados e demais artigos de uso pessoal.

Para o ramo de combustíveis e lubrificantes (-13,6%), a redução no consumo, provocada pelos constantes aumentos de preços, foi determinante para o segmento obter resultado negativo.

As vendas de automóveis, moto, partes e peças acumularam nos primeiros três meses do ano taxa positiva de 2,3%, mesmo com o recuo de 10,8% em março. O resultado positivo obtido durante o ano, ainda que abaixo das expectativas, deve-se aos incentivos das revendedoras, oferecendo descontos nos preços dos automóveis e reduções dos juros nos financiamentos.

Apesar da redução no volume físico, o faturamento real das empresas varejistas elevou-se nesse período. Em março, houve aumento de 10,9% da receita nominal comparativamente ao mesmo mês de 2002. No mesmo período, as vendas físicas caíram 14,2%.

Os segmentos de combustíveis e lubrificantes e de hiper/supermercados foram os que mais reajustaram os preços. No caso dos supermercados, sabe-se que a demanda por tais produtos é inelástica, atingindo fortemente a população, especialmente os mais pobres. Dessa forma, embora a massa salarial não tenha caído, o consumo tem se mantido retraído para a grande maioria da população.

No caso da população de renda mais alta, o consumo foi menos afetado pela inflação, uma vez que os bens duráveis e semiduráveis sofreram reajustes de preços inferiores à média.

Os consumidores avaliam que o melhor momento da economia ainda não foi suficiente para levá-los ao consumo e, de fato, a demanda em março apresentou sinais de desaceleração.

As consultas ao SPC na cidade de Salvador evidenciaram nítida retração da demanda no primeiro trimestre de 2003. A combinação de preços em alta (especialmente de bens salário) e juros altos (que desestimulam a tomada de crédito) contraiu a demanda. O número de consultas ao SPC em 2003 atingiu -45,5% até março. Ao mesmo tempo, a taxa de inadimplência mantém-se contida. Existe, portanto, um contingente expressivo de consumidores adimplentes, aptos ao consumo, esperando sinalizações de juros e crédito para efetuar as compras.

A elevação da renda e a adimplência dos consumidores poderão expandir o consumo nos próximos meses. Esse movimento encontra respaldo em recursos provenientes: do pagamento da correção do FGTS (previsto em R\$ 10 bilhões), crescimento da renda agrícola, reajustes salariais por antecipação de aumento salarial e reposição da inflação.



Ademais, os lojistas de diversos segmentos, em Salvador, promoveram entre 28 de março e 6 de abril a “Liquida Salvador”, estratégia que, apesar de as promoções não terem influenciado nos resultados contabilizados para o mês de março, supõe-se poder contribuir para amenizar o desaquecimento das vendas no varejo. Por outro lado, os indicadores do comércio podem ser influenciados nos meses de abril, maio e junho em razão da Páscoa, do Dia das Mães, do Dia dos Namorados e, principalmente, do São João. Ademais, com a desaceleração da taxa de inflação em decorrência da queda nos preços dos alimentos e dos combustíveis, as vendas varejistas podem vir a ser intensificadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As perspectivas para a economia brasileira em 2003 apontam um crescimento levemente superior ao do ano passado, uma vez que as expectativas para a inflação alta e o reduzido financiamento externo limitam a capacidade de crescimento da economia. O elevado nível das exportações e as estimativas de uma excelente safra agrícola são indutores, mas sozinhos não podem sustentar o ritmo de crescimento do país.

O ambiente nacional - caracterizado pelo desaquecimento econômico associado ao aumento do desemprego, pela elevada taxa básica de juros que adia decisões de investimento e pela perspectiva de piora nas contas externas após um reaquecimento da economia - enfatiza a importância da implementação de reformas que produzam resultados positivos e que propiciem o crescimento econômico sustentado. Por outro lado, ressalte-se a importância da queda nos índices de preços e do comportamento favorável de indicadores como o

C-Bond, o risco-Brasil e o Ibovespa para a estabilização da economia.

Para o estado da Bahia, as projeções para 2003 do PIB deverão apresentar crescimento próximo da expectativa de crescimento do Brasil. Para tanto, espera-se para os próximos meses um desempenho positivo das vendas para o mercado doméstico, que será alcançado na medida em que ocorra o aumento da confiança de empresários e de consumidores traduzidos pela melhora nas condições de crédito e dos níveis de renda. O maior dinamismo do mercado doméstico atrelado ao já consistente resultados das exportações deverá contribuir para um expressivo crescimento do setor industrial. E a melhora do poder aquisitivo dos trabalhadores possibilitará maiores vendas no comércio varejista. No segundo trimestre, as expectativas são de melhora nos indicadores do varejo, beneficiado pelas vendas durante as festas comemorativas no período – Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Namorados e São João –, pelo aumento do consumo das roupas de inverno e pela esperada queda nas taxas de juros.

Por outro lado, o desempenho favorável da agricultura este ano deverá aumentar a capitalização dos produtores e continuar incentivando a expansão da produção, tanto via aumento da produtividade, quanto da incorporação de novas áreas.

Notas

¹ FIEB. Indicadores industriais FIEB. maio, 2003. www.fieb.org.br.

² NEUMAN, Denise. Preço de exportação sobe 5% e ameniza perda com câmbio. Valor Econômico. 25, 26, 27 abr 2003, p. A3.

* Carla do Nascimento,
Fabiana Pacheco,
Roberta Lourenço.





**SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA**

Serviço de Atendimento ao Usuário: de 2^a a 6^a, das 9:00 às 18:30
Tel.: (71) 370 4823/4822 Fax: (71) 371 1853
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br
Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4^a Avenida - 2^o and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia - tel.: (71) 371 9665

INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA SOCIEDADE



DESEMPENHO ECONÔMICO da BAHIA



O nível de atividade econômica do estado da Bahia continua não dando sinais de melhora. No primeiro trimestre do ano, o desempenho da produção industrial foi negativo, o mesmo ocorrendo para o volume de vendas do varejo. Os dados de consumo de energia ratificam esse desempenho pouco favorável da economia baiana, como pode ser observado na nova seção sobre mercado de energia elétrica do estado. A queda dos rendimentos reais e as altas taxas de juros continuam atuando como fatores que restringem o consumo. Por outro lado, tem-se como fator de estímulo à produção a expansão das exportações, confirmados a partir dos resultados do Índice de Movimentação Econômica de Salvador.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, no trimestre, taxa negativa de 1,7%, em relação ao primeiro trimestre de 2002. O desempenho da indústria metalúrgica (-22,2%) foi determinante na formação da taxa da indústria de transformação. Por outro lado, influenciaram positivamente os resultados dos gêneros químico (1,6%), alimentar, que apresentou expansão de 3,6%, de minerais não metálicos (8,4%) e papel e papelão (10,6%).

No comércio varejista, de acordo com a PMC-IBGE, a variação no volume das vendas do varejo, no primeiro trimestre de 2003, apresentou taxa negativa de 10,6%. Todos segmentos do varejo registraram taxa negativa no período; destacam-se o decréscimo nas vendas físicas de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-11,1%) e combustíveis e lubrificantes (-13,6%). Já as vendas de veículos, motos e peças acumulam crescimento de 2,3% no ano, apontando reversão do comportamento desfavorável observado ao longo de 2002.

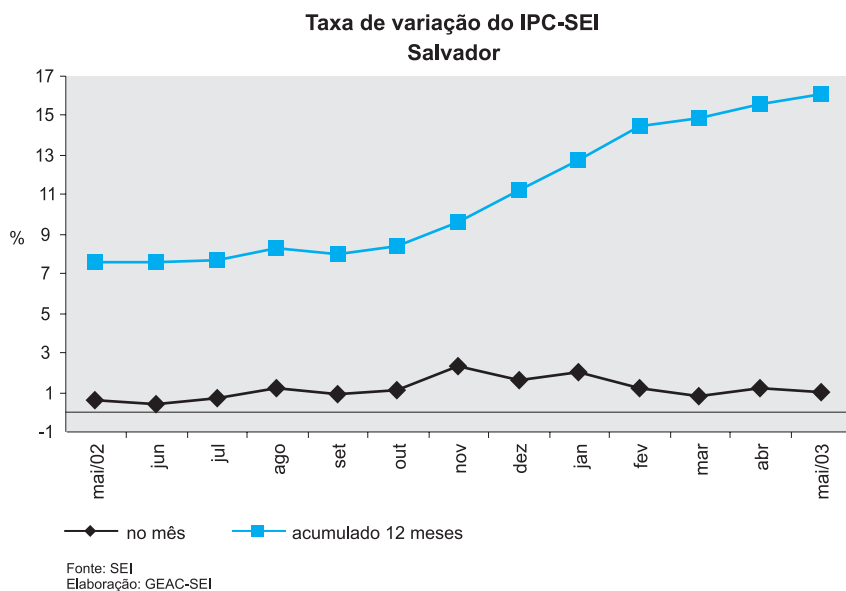
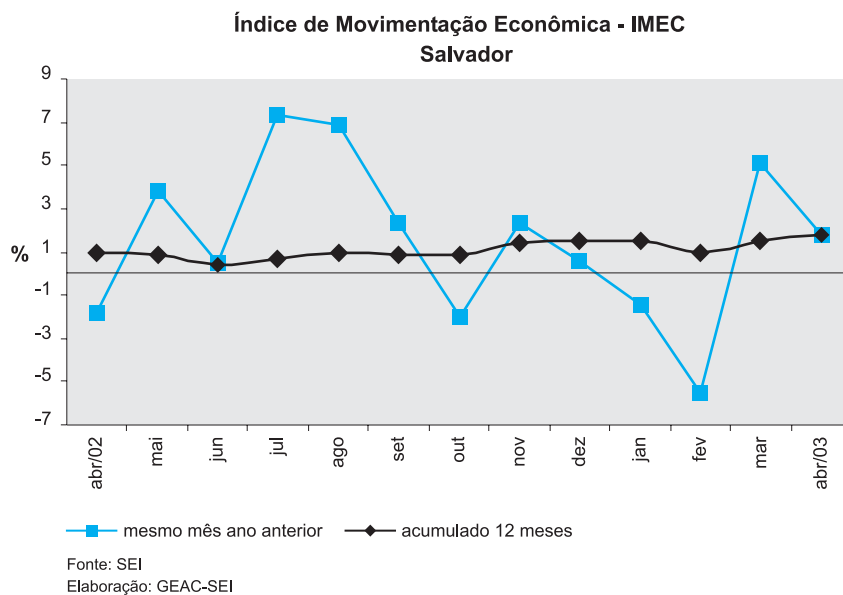
No comércio exterior o ano de 2003 mantém desempenho bastante satisfatório. Segundo SECEX-MDIC, no primeiro quadrimestre do ano, as exportações cresceram 68,4% e as importações 8,9%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Com esse resultado, a balança comercial encerrou o período com saldo acumulado de US\$ 345,88 milhões.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI) para Salvador, que registrou inflação de 1,3% em abril, obteve variação de 1,1% em maio de 2003. Nesse mesmo mês de 2002, o IPC-SEI teve alta de 0,6%. No período de janeiro a maio, Salvador, já tem alta nos preços de 6,8%. Os grupos transporte e comunicação (9,3%), saúde e cuidados pessoais (8,9%), habitação e encargos (7,8%) e alimentos e bebidas (7,4%) já possuem taxa acima da inflação geral nos primeiros cinco meses de 2003.

Com relação às receitas do estado, a arrecadação de ICMS, tributo que representa cerca de 95% da arrecadação tributária do estado, até o mês de março de 2003, ficou 1,4% abaixo daquela obtida em igual período de 2002 em termos reais. Esses números evidenciam o resultado negativo da atividade econômica, como, as expectativas são de melhora nos indicadores econômicos para os próximos meses, poderão ser amenizados os reflexos negativos sobre a arrecadação estadual.

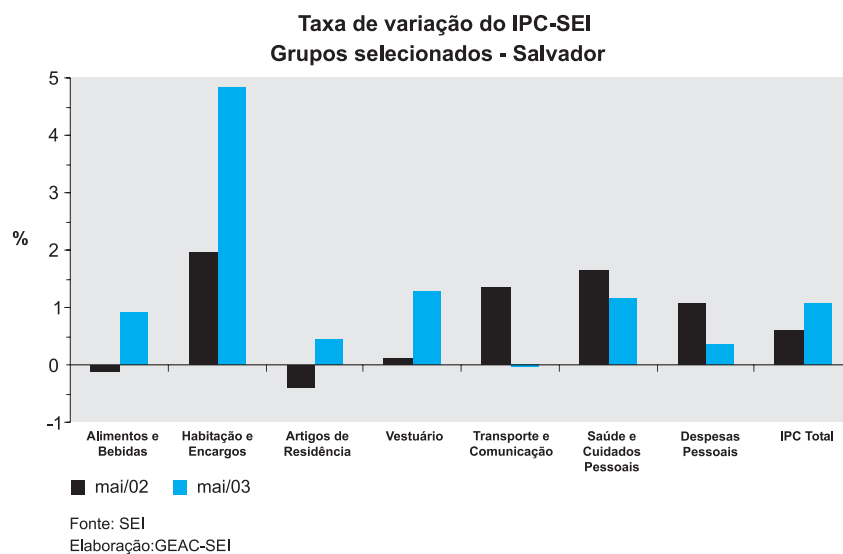


O Indicador de Movimentação Econômica de Salvador (IMEC-SSA) para o mês de abril de 2003, que indica a tendência da atividade econômica do município de Salvador, em comparação com o mês de abril de 2002, apresenta acréscimo de 1,8% e no acumulado dos últimos 12 meses o resultado apresenta-se com taxa positiva de 1,8%. Esse resultado indica uma tendência de crescimento na trajetória do nível de atividade de Salvador.



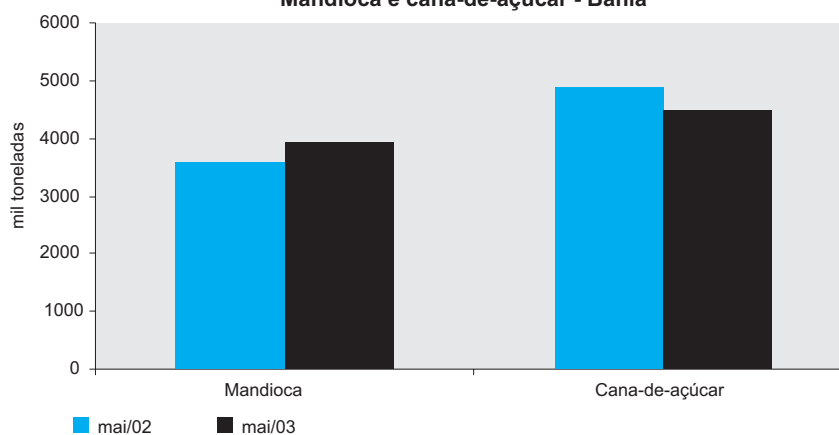
O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) – divulgado pela SEI – registrou, em maio, variação nos preços de 1,1%. Nos últimos 12 meses, o resultado ficou em 16,4%, acima do registrado nesse indicador até abril (15,8%), indicando forte tendência de alta nos preços em Salvador. Os grupos 'transporte e comunicação' (22,7%) e 'alimentos e bebidas' (21,2%) foram os que mais pressionaram a inflação nos últimos 12 meses.

Os grupos 'habitação e encargos', 'vestuário' e 'saúde e cuidados especiais' obtiveram os maiores aumentos entre todos os grupos durante o mês de maio, com elevação dos preços de 4,9%, 1,3% e 1,1%, respectivamente. O subgrupo 'energia elétrica residencial' teve alta de 26,7% e o de 'roupas' 1,2%. Destaca-se a deflação no grupo 'transporte e comunicação' (-0,05), em decorrência da redução dos preços de combustíveis para transportes (-3,2%).



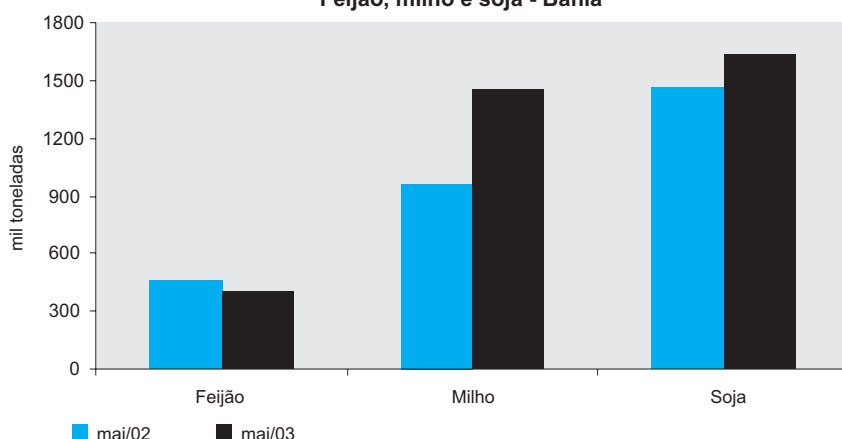
As estimativas do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE) de maio 2003 registraram uma variação positiva para a produção de mandioca de 9,1% em relação às estimativas de maio de 2002, em decorrência do aumento do preço da farinha nos últimos meses. A estimativa da produção de cana-de-açúcar obteve uma queda de 8,4% em função do período de entressafra.

**Estimativa da produção agrícola
Mandioca e cana-de-açúcar - Bahia**



Fonte: LSPA/IBGE
Elaboração: GEAC-SEI

**Estimativa da produção agrícola
Feijão, milho e soja - Bahia**

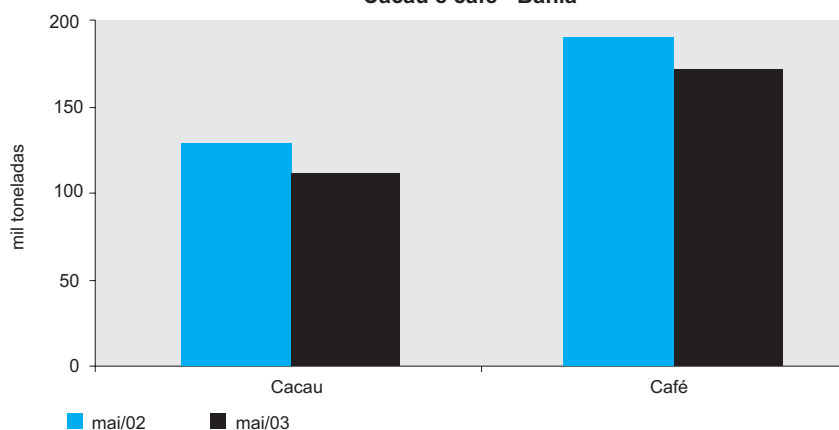


Fonte: LSPA/IBGE
Elaboração: GEAC-SEI

Para a produção de feijão, as estimativas em maio de 2003 em relação a maio de 2002 registraram queda de 10,8%, em função da seca que atingiu as regiões produtoras. A soja obteve aumento de 11,5% devido a sua elevação da cotação do grão no mercado internacional. O milho também registrou aumento de 50,9% na estimativa da produção em maio de 2003, em função do aumento do seu preço no mercado interno.

Em maio, a produção de cacau registrou redução de 13,4% na comparação com as estimativas da produção em maio de 2002, em função da falta de recursos dos produtores para investir na lavoura e combater a vassoura-de-bruxa nas plantações. Para a safra do café observou-se uma redução de 9,6% na estimativa da produção em maio de 2003 em relação à safra de maio de 2002, decorrente dos baixos preços no mercado externo.

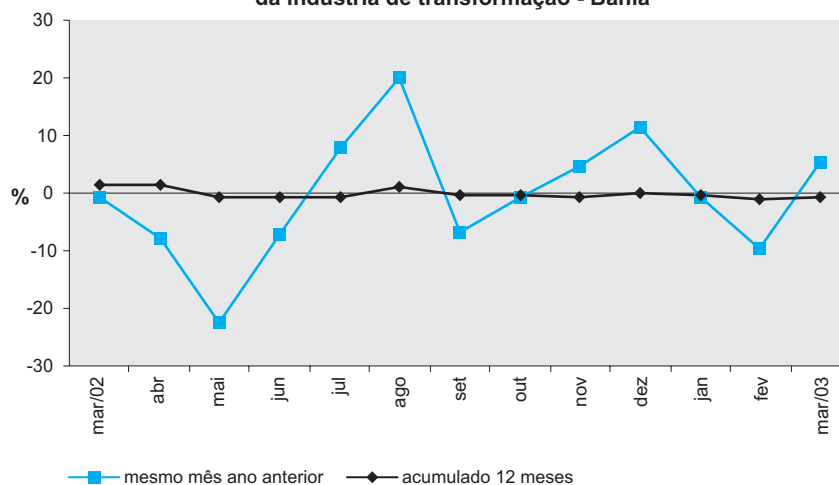
**Estimativa da produção agrícola
Cacau e café - Bahia**



Fonte: LSPA/IBGE
Elaboração: GEAC-SEI

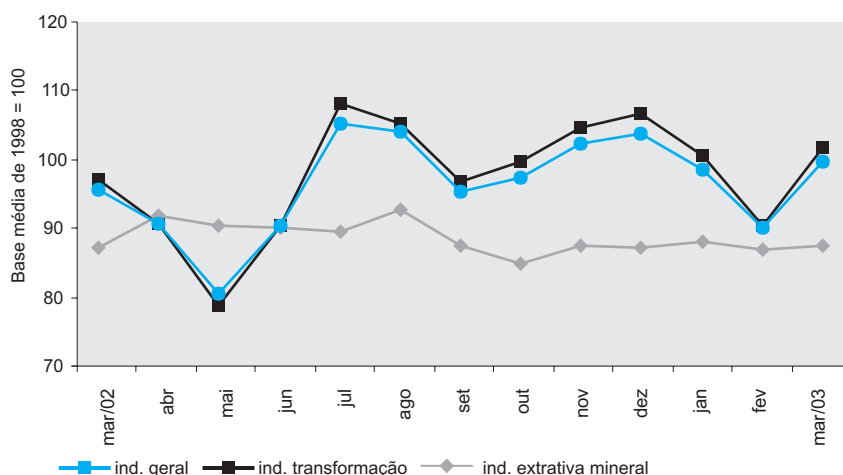
A Pesquisa Industrial Mensal elaborada pelo IBGE mostra que em março a produção industrial do setor baiano de transformação registrou aumento no ritmo de atividade. Em relação a março de 2001 o acréscimo foi de 5,3%. Com este resultado a taxa nos últimos 12 meses acumula -0,7%, mantendo desempenho negativo após o decréscimo de 1,2%, em fevereiro.

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia



Fonte: IBGE
Elaboração: GEAC-SEI

Índice de produção física da indústria geral, de transformação e extrativa mineral*

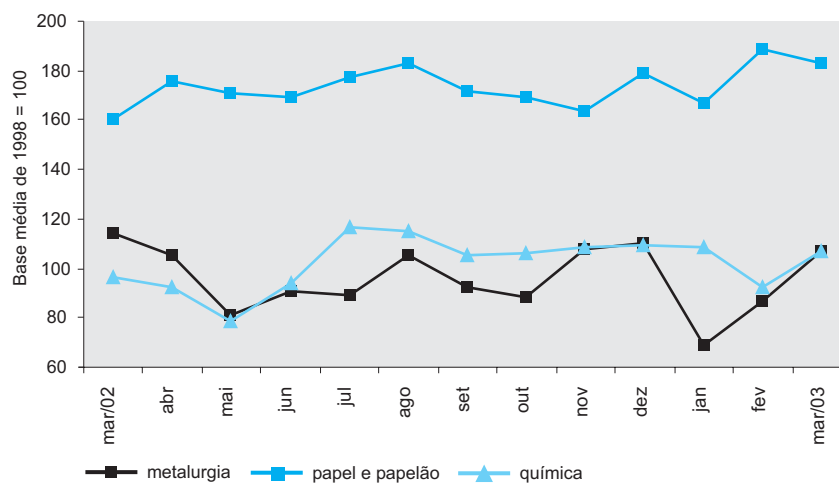


Fonte: IBGE
Elaboração: GEAC-SEI
* Série dessazonalizada

A série livre de influências sazonais da produção física da indústria de transformação, em março, mostra acréscimo de 12,9%, com relação ao mês de fevereiro, após duas quedas consecutivas neste indicador. Assim, a trajetória recente dos indicadores industriais revela que o setor de transformação encontra-se numa fase de recuperação determinada, sobretudo pela dinâmica do segmento químico.

Os dados ajustados sazonalmente por segmento de atividade indicam crescimento significativo para as indústrias metalúrgica (23,5%) e química (15,6%) entre fevereiro e março, e decréscimo de 3,1% para a indústria de papel e papelão. No mês anterior a este, o resultado foi de queda para o setor químico. O segmento metalúrgico volta a apresentar crescimento pela segunda vez consecutiva.

Índices de produção física dos principais gêneros da indústria de transformação - Bahia
Série dessazonalizada

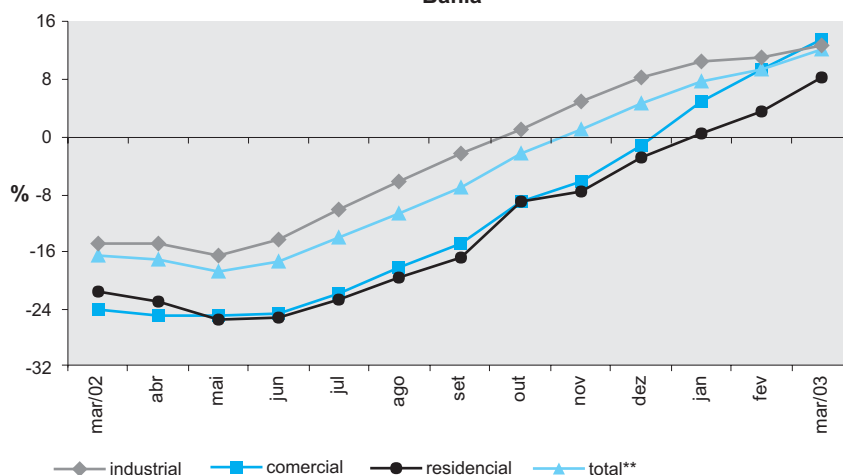


Fonte: IBGE Elaboração: GEAC-SEI



O consumo de energia elétrica na Bahia continua em franca recuperação pós-acionamento. No acumulado dos últimos doze meses a taxa de variação do consumo foi de 12,3%. A classe residencial continua apresentando os maiores sinais de crescimento de consumo: 21,4% em relação a março de 2002, enquanto a classe comercial apresentou taxa de variação de 16% e industrial de 4,2%.

Taxa de variação do consumo de energia elétrica*
Bahia



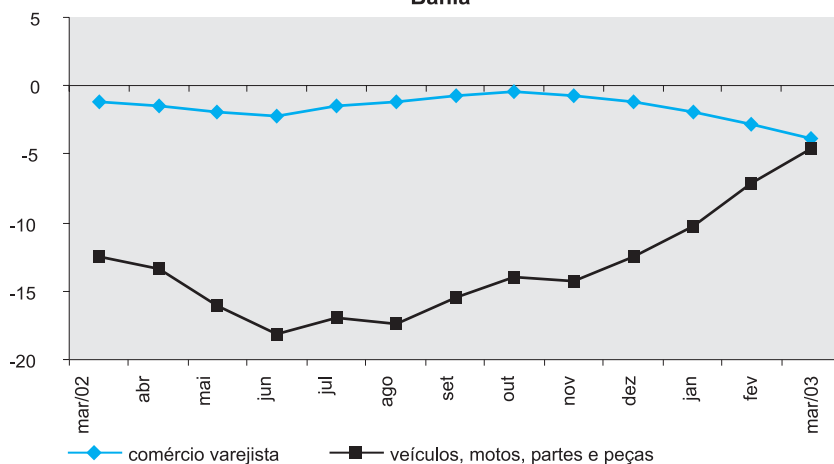
Fonte: COELBA/CO/CTM

Elaboração: GEAC/SEI

* Acumulado 12 meses

** Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária
O consumo industrial corresponde a COELBA, CHESF e COPENE.

Taxa de variação de volume de vendas no varejo*
Bahia



Fonte: PMC-IBGE

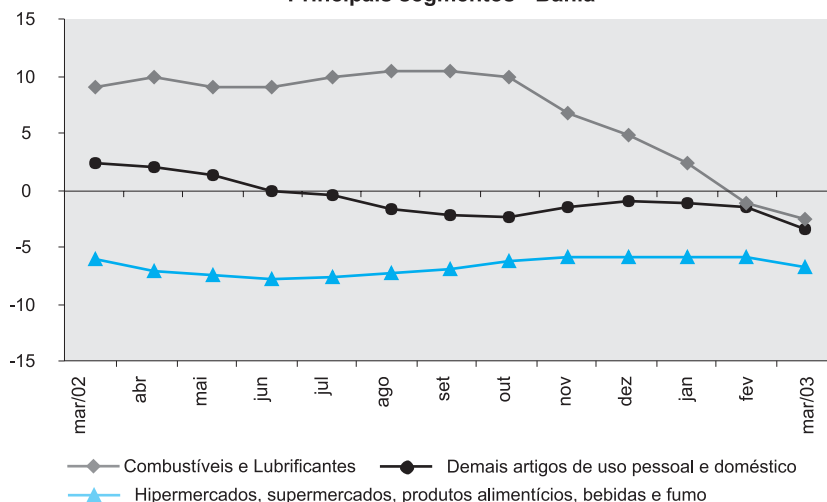
Elaboração: GEAC/SEI

* Acumulado nos últimos 12 meses

Segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (IBGE), em março o volume de vendas do comércio varejista apresentou retração de 14,2% quando comparado com março de 2002. No acumulado dos últimos 12 meses, as vendas físicas mantiveram a taxa negativa de 3,8%. As vendas do segmento de veículos, motos e peças registraram decréscimo de 10,8% em relação ao mês de março de 2002, acumulando - 4,5% nos últimos 12 meses.

Os segmentos de 'combustíveis e lubrificantes' (-8,7%) e 'hipermercados, supermercados, produtos alimentícios' (-17,2%) foram os que mais contribuíram para o baixo volume de vendas do varejo em março. Todos os segmentos do setor varejista registraram queda no período. No sub-ramo 'supermercados e hipermercados' já acumula recuo de 10,2% nos últimos 12 meses até março de 2003, comparado ao mesmo período do ano passado.

Taxa de variação do volume de vendas no varejo*
Principais segmentos - Bahia



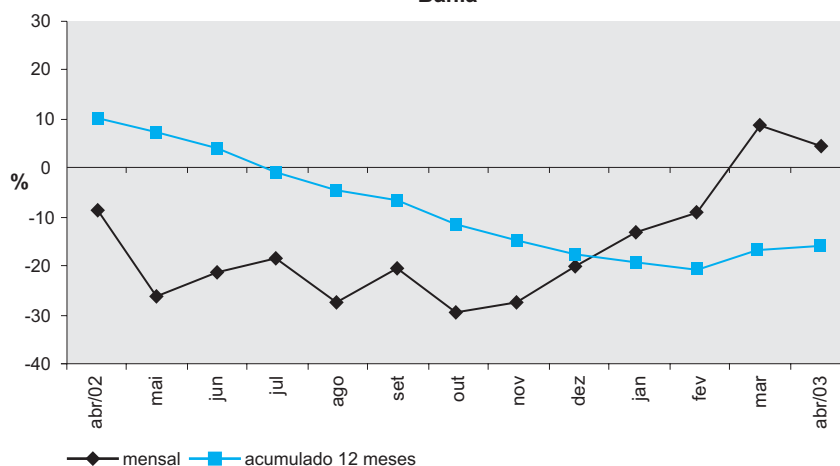
Fonte: PMC-IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

* Acumulado nos últimos 12 meses

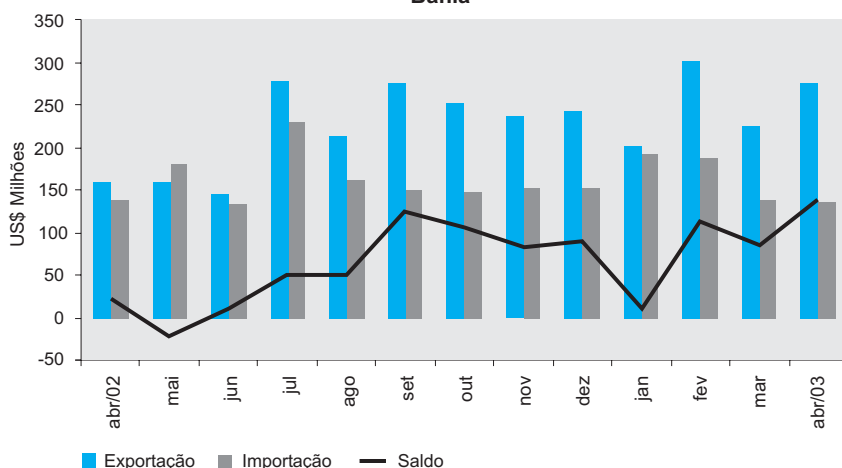
A inadimplência, medida pelo total de cheques sem fundos, reverteu a trajetória de queda em 2003. No estado, em abril, observa-se acréscimo de 3,9% no total de cheques sem fundos, quando comparado ao mesmo mês do ano de 2002. Em março, esse resultado foi também positivo (9,9%). No acumulado dos últimos 12 meses, a variação até abril foi de -16,8%, resultado superior ao observado em março (17,7%), em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Quantidade de cheques sem fundos
Bahia



Fonte: Bacen
Elaboração: GEAC-SEI

Balança comercial
Bahia

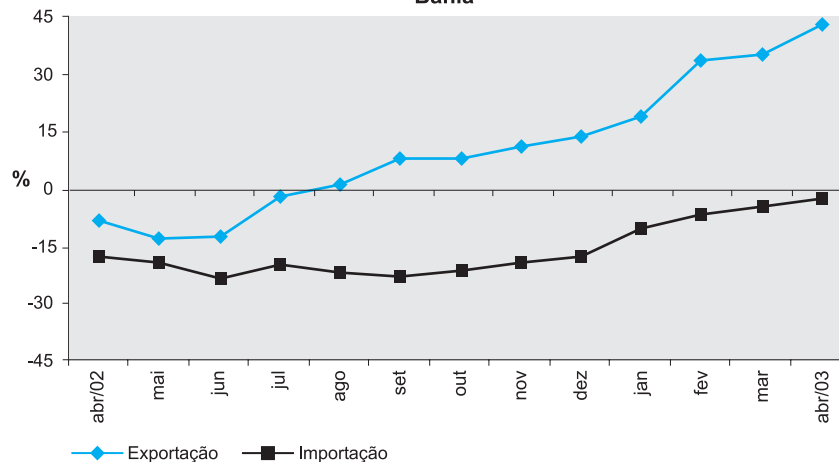


Fonte: SECEX
Elaboração: GEAC-SEI

A balança comercial da Bahia registrou um superávit de US\$ 139,2 milhões, resultado do aumento das exportações que alcançou US\$ 275,3 milhões (73,4% em relação à jan-abr/2002) e da pequena redução das importações que chegou a US\$ 136,1 (-0,9%). Esse desempenho das exportações ocorreu devido às novas exportações óleo combustível, óleo bruto de petróleo e automóveis.

O desempenho do comércio exterior baiano, segundo os resultados do acumulado nos últimos doze meses, indica que as exportações registraram alta de 43% e as importações têm reduzido a queda no período, alcançando -2,6%. O resultado das importações tem sido, principalmente, pelo acréscimo das compras de nafta e cacau em bruto.

Taxa de variação da balança comercial*
Bahia

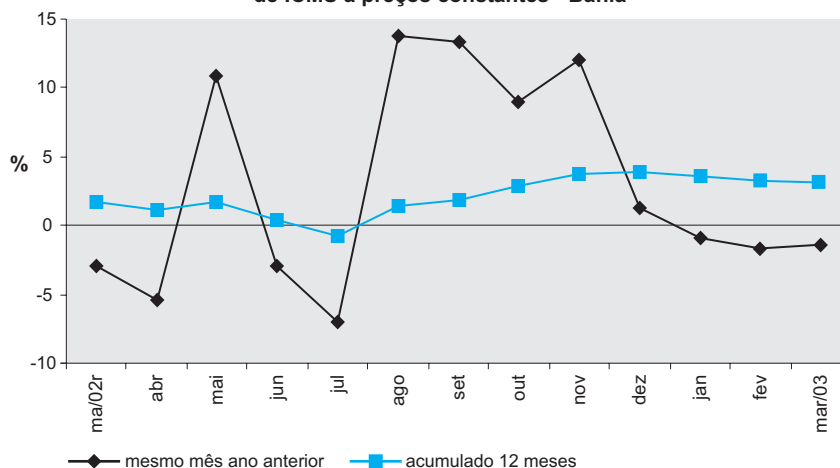


Fonte: SECEX
Elaboração: GEAC-SEI
* Acumulado 12 meses



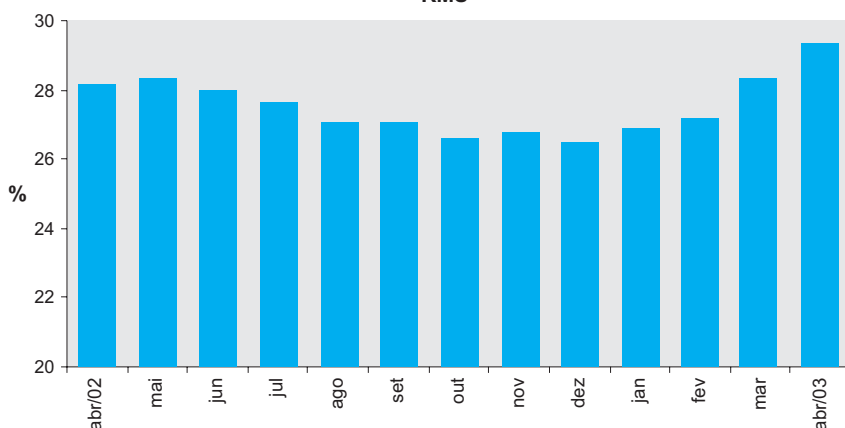
A arrecadação de ICMS em março de 2003, da ordem R\$ 442,07 milhões, ficou 1,5% abaixo daquela de igual mês do ano anterior e, no acumulado dos últimos 12 meses, a arrecadação desse imposto está 3,2% acima daquela realizada nos 12 meses imediatamente anteriores (em valores reais). Em março de 2002, a arrecadação de ICMS acumulava um incremento, exatamente igual, de 3,2%.

Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes - Bahia



Fonte: SEFAZ/SAF/DICOP
Elaboração: GEAC-SEI
Nota: Deflator IGP-DI

Taxa de desemprego total RMS

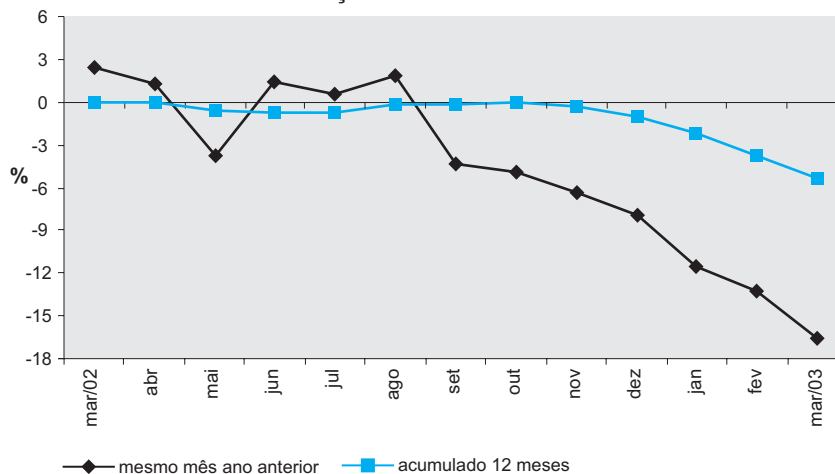


Fonte: PED/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Elaboração: GEAC-SEI

A taxa de desemprego total na RMS, medida pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), registrou variação de 29,4% em abril. Essa taxa está acima da registrada no mês de março (28,4%) e em março de 2001 (28,2%). Desde dezembro, a taxa de desemprego apresenta uma trajetória de crescimento. No ano de 2003 a taxa média de desemprego é de 28,0% até abril.

Segundo dados da PED, o rendimento médio real dos ocupados na RMS, referente ao mês de março, apresentou redução de 16,5% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Em fevereiro essa taxa foi de 13,3%. No acumulado dos últimos 12 meses a curva mantém a tendência de queda intensificada a partir de novembro de 2002, registrando taxa negativa de 5,3% até março, comparado ao mesmo período do ano anterior.

Taxa de variação do rendimento médio real* - RMS



Fonte: PED/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Elaboração: GEAC-SEI
*Ocupados no trabalho principal

ANTÔNIO PLÍNIO PIRES DE MOURA*
RICARDO L. S. PEREIRA DE SOUZA**

Trajetória industrial: acanhamento persiste

As condições sociais dos brasileiros pioraram bastante, chegando a sofrer um retrocesso nos últimos 20 anos, de acordo com o Atlas da exclusão social do Brasil, resultado de pesquisa realizada por equipe PUC/USP/UNICAMP sob a coordenação do economista Márcio Pochmann.

A exclusão social, após ter diminuído entre as décadas de 1960 e 1980 – em 1960 eram 21 os estados em condições consideradas ruins –, cresceu na carona dos fortes aumentos das taxas de desemprego e dos índices de violência. O estudo mostrou que de 1980 a 2000 passou de 15 para 17 o número de estados com alto índice de exclusão.

Hoje a parcela de excluídos atingiu a 47,3% de uma população de 170 milhões de pessoas. Há 20 anos, este total era de 42,6% de 120 milhões, enquanto há 40 anos, 49,3% de 69,7 milhões. Estados como Maranhão, Piauí e Alagoas apresentam os maiores índices de exclusão, e esta situação atual não difere muito daquela de 20 ou mesmo 40 anos atrás. Estes estados estiveram sempre entre os quatro piores colocados neste índice. Segundo Pochmann, “o Brasil tem estabilidade de exclusão”. (FALEIROS: 2003, p. A4)

O índice leva em conta três grandes áreas: vida digna, conhecimento e vulnerabilidade, que abarcam sete variáveis: indicadores de pobreza, emprego, desigualdade, alfabetização, escolaridade, total de jovens e violência.

Pochmann enxerga como razão para este retrocesso a crise do emprego que ocorreu no centro sul, a chamada ‘nova exclusão’. Até meados dos anos 80, o perfil do excluído era o migrante dos grandes centros urbanos, ou os membros de grandes famílias e ainda o trabalhador

de baixa renda. Atualmente se identifica uma ampla categoria de excluídos nas pessoas com boa escolaridade, nascidas nas cidades e sem emprego.

O emprego formal cresceu 10,4% no Nordeste entre os anos 1980 e 2000. Já na região Sudeste houve uma queda de 15,7% e nos últimos 20 anos o país perdeu 7,7% no total de mão-de-obra ativa com emprego formal. Entre 1960 e 1980, o aumento da taxa de empregados havia sido de 139,7%.

Outro fator que contribuiu negativamente foi a expressiva elevação da violência no país. Medido o número de homicídios por mil habitantes, o indicador apresentou um salto de 128% em 20 anos. O único indicador que mostrou melhorias foi o de educação/escolaridade. Em 1960, os anos de estudos na média nacional eram apenas 1,8. Vinte anos depois elevou-se a média para 3,2 e agora alcançou seis anos.

Todo este processo contraria a afirmação de que a globalização e o progresso técnico apontam para um futuro no qual todos terão a mesma renda e as mesmas possibilidades de consumo individual. Daí surge um novo questionamento, sobre a eficácia do paradigma em termos de revolução tecnológica e ciclo produtivo. Uma das contribuições para a interpretação do progresso tecnológico surgiu em 1982, quando o economista italiano Dosi publicou um artigo onde tentava explicar o surgimento de um sistema de inovação abrangente a partir da diversidade das empresas.

Assim, o desenvolvimento da tecnologia seria cada vez mais parecido com o desenvolvimento da ciência. O paradigma tecnológico iria nortear e definir as oportunidades tecnológicas para inovações posteriores e, ao mesmo tempo, vai permitir a exploração dessas novidades. Essas direções são chamadas de trajetórias tecnológicas, por esses paradigmas indicarem e conduzirem os esforços de pesquisa para alguns setores em detrimento de outros,

Percebe-se ainda que, enquanto o paradigma define o quadro geral e as oportunidades tecnológicas, as trajetórias, em decorrência, são uma escolha mais precisa dentro do conjunto definido pelo paradigma. (JETIN: 1996, p.8)



No Brasil ainda há polêmicas sobre a tecnologia adotada após a Segunda Guerra Mundial e a utilizada mais consistentemente entre as décadas de 60 e 70. Algumas correntes de pensamento acreditam que tecnologias capital-intensivas na forma em que foram introduzidas não representavam a forma ideal para o crescimento da economia brasileira naquele momento. Embora tenham acarretado taxas expressivas de crescimento no PIB, este crescimento se deu com o alijamento de uma parte da força de trabalho.

Porém, há pensadores que crêem que, devido a forma como se realizou o crescimento do país, técnicas capital-intensivas não trariam os resultados estatísticos de desenvolvimento que se verificaram incidindo em novas oportunidades de emprego e seus efeitos multiplicadores como criação de novos produtos e serviços, bem como novas necessidades de consumo.

O que se observa em países capitalistas é que o desenvolvimento econômico se orienta para o desenvolvimento do capital, com uma redefinição da divisão social do trabalho com este objetivo, pela diversificação da produção, do progresso técnico e elevação da produtividade. (KON: 1999, p.122)

A partir dos anos 80 o modelo fordista de industrialização vem perdendo importância, surgindo um novo paradigma, de integração entre o trabalhador e o processo de produção, unindo à automação e à robótica a inteligência do homem.

Essa crescente automação aliada à fuga do capital produtivo para o capital financeiro vem trazendo uma série de dificuldades para a indústria brasileira gerar novos postos de trabalho e retomar seu crescimento, fato esse que pode ser verificado quando analisamos os dados conjunturais da indústria.

A indústria brasileira no mês de março de 2003 mostrou desaquecimento generalizado. De acordo com a pesquisa Indicadores Industriais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), houve queda nos salários, na utilização da capacidade instalada e nas horas de trabalho. Nas vendas, o recuo chegou a 11,82% em relação a fevereiro de 2003.

Este é o pior resultado da série com ajuste sazonal da CNI, que teve início em janeiro de 1995. No entanto, este indicador foi bastante

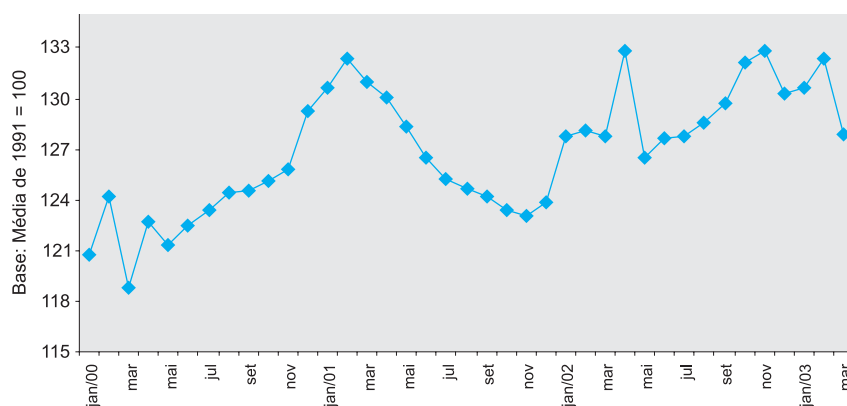
influenciado pela ocorrência do Carnaval no mês de março, pois o programa de ajuste sazonal da Confederação, por ser importado, não consegue eliminar a influência de datas festivas como o Carnaval.

Porém, abstraindo esta distorção sazonal, as vendas da indústria teriam registrado queda. Segundo o coordenador da Unidade de Política Industrial da CNI, Flávio Castelo Branco, “a atividade industrial está fria”. Podemos verificar isto através do índice de utilização da capacidade instalada que recuou de 80,3% em fevereiro para 79,8% em março, sendo a quinta queda consecutiva desse indicador. Além disso, o mês de março é importante para a indústria, pois é quando esta sai da inércia do início do ano e retoma o aquecimento de suas máquinas.

A indústria nacional registrou queda de 0,5% em seu nível de emprego no mês de março em relação a fevereiro deste ano, dado este já dessazonalizado, segundo a pesquisa industrial de empregos e salários do IBGE.

No acumulado do primeiro trimestre/2003 houve um incremento no emprego industrial de 0,5% em relação a igual período do ano passado. Quando comparamos a março de 2002, verificamos expansão em 18 setores e em cinco áreas pesquisadas. Os setores que apresentaram os piores resultados foram a indústria de transformação (9,8%) e minerais não metálicos (3,6%). Em contrapartida, as maiores altas foram de alimentos e bebidas (2,3%) e máquinas e equipamentos (exclusive eletroeletrônicos) e de comunicações (6,0%). Em relação à Pesquisa Industrial Regional, os melhores desempenhos são da Região Sul (3,1%), Bahia (4,5%), Rio Grande do Sul (6,1%) e Espírito Santo (28,5%). Os piores desempenhos nesta análise ficaram para as regiões Nordeste (-3,5%), Minas Gerais (-4,3%) e Pernambuco (-9,5%) .

**Indicador da Produção Industrial em Geral
Brasil - Jan/00 até mar/03**



Fonte: IBGE/DPE/Departamento de Indústria

Em relação a março de 2002, algumas áreas alcançaram desempenho superior à média nacional (0,7%), além do Espírito Santo, do Rio Grande do Sul, Bahia e Região Sul, as regiões do Paraná (2,0%), São Paulo (1,6%), Ceará (1,6%) e Rio de Janeiro (1,1%) também se situaram acima da média. Os destaques nestas áreas foram a extração de petróleo e produtos associados à agroindústria e às exportações (colheitadeiras, motores diesel estacionários, fertilizantes, fumo em folha beneficiado, castanha de caju, celulose, siderúrgicos etc.).

Os resultados da indústria nacional vêm preocupando as autoridades federais. O BNDES, numa tentativa de resolver os impasses do setor, está desenhando uma nova política pública industrial, que irá fomentar, de acordo com o próprio banco de desenvolvimento, um novo ciclo de investimentos no país. A expectativa é de que os projetos alcancem R\$ 2,2 bilhões na área industrial.

Para tanto, foram identificados alguns setores em que o nível de produção está praticamente esgotado, como

ocorre com a siderurgia, em que os investimentos para este ano podem ultrapassar R\$ 300 milhões e papel e celulose cerca de R\$ 600 milhões.

Segundo Paulo Roberto de Sousa Melo, superintendente da área industrial do BNDES, “há um esgotamento da capacidade produtiva em setores da indústria de processo. Estamos no limiar de novos e grandes investimentos.” (MAGALHÃES et ali: 2003, p. A3)

Algumas áreas consideradas estratégicas também serão contempladas, aliadas a programas sociais do governo, como o setor de fármacos e equipamentos médicos que se incorporam na proposta do Programa de Saúde Popular.

Uma ação específica inédita é o plano de atração de investimentos internacionais na área de microeletrônica voltado para a fabricação local de chips visando à exportação, em que no máximo 35% da produção seria destinado ao abastecimento do mercado interno.

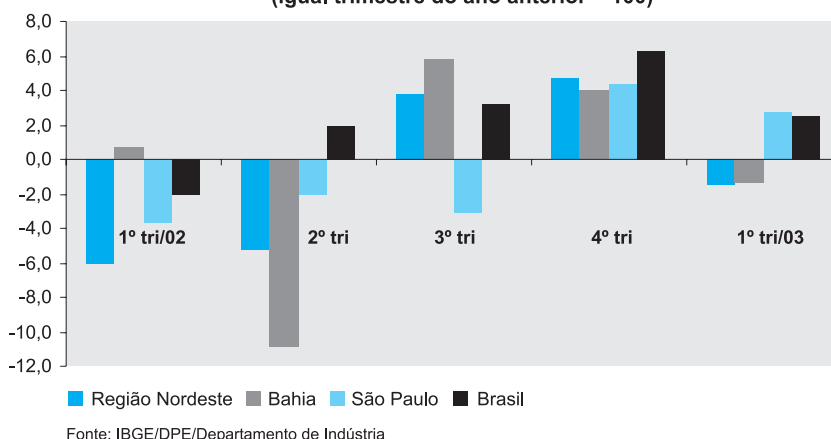
O consumo de energia elétrica no Brasil cresceu 10%

em fevereiro na comparação com o mesmo mês de 2002, sendo que no acumulado dos últimos 12 meses o aumento é de 7,1%. Embora as altas no crescimento indiquem melhora, em relação a fevereiro de 2001, ou seja, antes da crise do racionamento, o consumo ainda é 5,5% inferior. Segundo relatório da Eletrobrás, o consumo faturado pelas concessionárias do país no mês foi de 24.960 gigawatts (GWh). O consumo residencial registrou crescimento de 5,6% e o consumo comercial ficou na casa dos 12%.

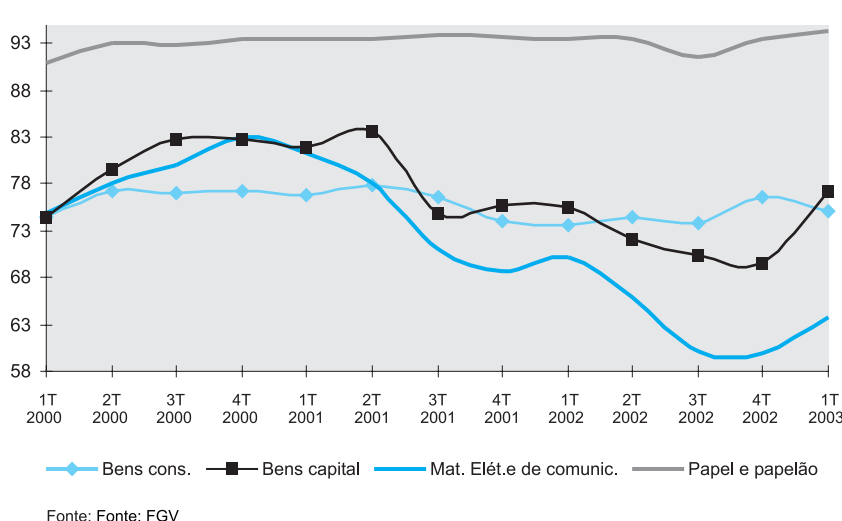
Na comparação entre as regiões geográficas, o Nordeste apresentou o maior aumento no consumo residencial em fevereiro, com crescimento de 21,7%. Este fato se deve ao aumento de temperatura que eleva a utilização de aparelhos de ar condicionado e ventiladores.

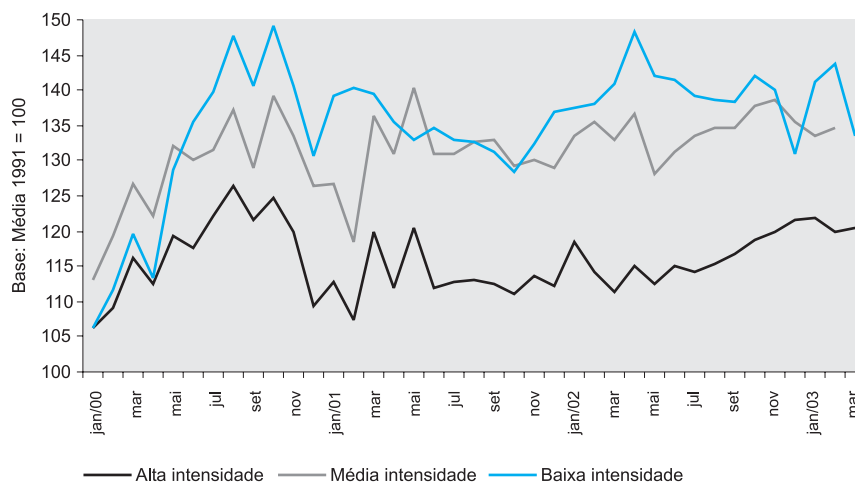
A Eletrobrás pondera que a classe residencial é a que tem tido recuperação mais lenta na comparação com o período anterior ao racionamento. Segundo seu relatório, “os fatores que têm contribuído para esse desempenho

Indicadores da Produção Industrial (2000-2001)
(igual trimestre do ano anterior = 100)



Utilização da Capacidade Instalada em percentagens
Indústria – Brasil



Indicadores Conjunturais da Indústria - Brasil
Gasto com Energia Elétrica

Fonte: IBGE/DPE/Departamento de Indústria

são a elevação considerável das tarifas em conjunto com a queda no rendimento médio real dos trabalhadores, bem como a racionalização do consumo de energia elétrica pelas famílias, que continuam a economizar energia após a crise de abastecimento.”(SCHÜFFNER: 2003, p. A3)

O consumo industrial permanece 3,5% abaixo do registrado em 2001. Observando os dados por região geográfica, é notável o crescimento de 46,3% de consumo industrial na região Centro-Oeste, enquanto que no Sudeste o incremento foi de apenas 2,4%.

Referências

- DURÃO, Vera Saavedra & Magalhães, Heloísa. Política Industrial mira investimento novo. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 06 maio 2003. p. A3.
- FALEIROS, Gustavo. Exclusão social aumentou desde os anos 80. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 21 maio 2003. p. A4.
- HOLLANDA, Diogo de. Vendas da indústria caíram 11,8% em março, indica levantamento da CNI. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 13 maio 2003. p. A10.
- JETIN, Bruno. Paradigma e trajetória tecnológicos. *Ops*, Salvador: Programa de extensão e pesquisa sobre ‘agribusiness’ e políticas agrícolas, 1996.
- KON, Anita. *Economia industrial*. São Paulo: Nobel, 1999.
- MAGALHÃES, Heloísa. BNDES prepara país para investimento em microeletrônica. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 28 maio 2003. p. A3
- POCHMANN, Márcio. *Processo de exclusão e construção do sistema único de inclusão social no Brasil*. Disponível em: <<http://www.flem.org.br/especonu/papers/marciopochmann.pdf>> Acesso em: 22 maio 2003.
- SCHÜFFNER, Cláudia. Consumo de energia sobe 10%, mas ainda é baixo. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 06 maio 2003. p. A3.
- VALOR ONLINE. Queda no emprego industrial. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 21 maio 2003. p. A3

**Antônio Plínio Pires de Moura é professor da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE/UFBA) e membro do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC).*

***Ricardo L. S. Pereira de Souza é estudante da FCE/UFBA e membro do NEC.*

A influência da estagnação global na aparente melhora das contas externas brasileiras¹

ANTÔNIO NEGROMONTE N. JÚNIOR*
ISAURA F. GOTTSCHALL DE ALMEIDA**

O último ano em que a economia mundial cresceu a uma taxa satisfatória foi 2000, oportunidade em que se registrou uma expansão de 4,7%. Em 2001, o fim do maior período de expansão da história da economia americana, que durou quase uma década, colaborou fortemente para a desaceleração da economia mundial, que cresceu apenas 2,3%. Os mais otimistas esperavam que a recuperação econômica tivesse início já em 2002 e que, em 2003, a economia do planeta voltasse a crescer na casa dos 4%. Em 2002, de fato, houve alguma recuperação, embora muito fraca, já que a economia global cresceu apenas 3%, segundo dados preliminares. Entretanto, atualmente, há pouco espaço para otimismo e, na melhor das hipóteses, em 2003, a economia mundial deve crescer a uma taxa semelhante à do ano passado.

As principais economias do planeta estão enfrentando sérias dificuldades. Os dados referentes ao primeiro trimestre do ano mostram que, no período, houve queda do produto em algumas economias centrais e que em outras houve um crescimento muito baixo. Além disso, os dados mostram uma redução generalizada do nível de preços em alguns países, gerando um temor de deflação mundial². Uma outra preocupação tem sido a instabilidade gerada pelas grandes oscilações das principais moedas do mundo.

A principal economia do planeta, a norte-americana, cresceu apenas 1,9% (taxa anualizada) no primeiro trimestre. O consumo privado, que é responsável por 70% do PIB americano, cresceu apenas 2,0%, enquanto os investimentos privados sofreram uma redução de 3,3% (taxa que foi amenizada pelo crescimento de 11% dos investimentos residenciais).

Certamente, as incertezas geradas pela expectativa de guerra no Iraque abalaram a confiança do consumidor e do investidor, porém a principal razão para o baixo nível de investimentos tem sido o excesso de capacidade produtiva ociosa. Em função disso, os investimentos em instalações têm registrado quedas acentuadas há seis trimestres consecutivos. Os investimentos em máquinas e equipamentos tiveram uma expressiva queda de 6,3% no primeiro trimestre. Essa queda generalizada dos investimentos, após o *boom* do final dos anos 90, faz parte de um movimento cíclico inerente ao modo de produção capitalista. Na tentativa de amenizar esse ciclo de conjuntura, os Estados Unidos têm utilizado amplamente as políticas anticíclicas keynesianas, através de políticas fiscal e monetária expansionistas.

Desde o início da administração Bush, o governo federal tem cortado impostos e aumentado os gastos governamentais, medidas que reverteram o superávit fiscal conquistado durante o governo Clinton e que devem causar um rombo orçamentário superior a US\$ 400 bilhões neste ano. Contudo, a expansão fiscal não tem estimulado a economia conforme o esperado, principalmente no que concerne à geração de empregos. É provável que os cortes de impostos e aumento dos gastos governamentais estejam sendo feitos em áreas que geram pouco efeito multiplicador. Os gastos governamentais têm sido direcionados para a área militar, cujos valores, em 2002, aumentaram 9,3% contra um crescimento de 4,3% dos gastos federais não militares, enquanto os cortes de impostos têm favorecido os mais ricos.

A fragilidade econômica dos Estados Unidos é perceptível no mercado de trabalho. No último mês de abril, a taxa de desemprego aumentou para 6%, igualando o maior patamar em oito anos. Uma das principais razões para a debilidade do mercado de trabalho, na visão da *The Economist*, é o crescimento da produtividade, que supera o desempenho médio em outras recuperações da economia. Mas a Casa Branca sabe que explicações desse tipo não interessam muito à população, pois a sua necessidade real é que haja geração de empregos.

Na expectativa de não repetir o fracasso de seu pai, que ganhou a Guerra do Golfo e perdeu a reeleição por causa



do fraco desempenho econômico, Bush continua com sua bandeira de cortes de impostos. O novo pacote fiscal acertado entre o presidente e o Congresso dos EUA no último dia 22 acarretará uma redução dos impostos em US\$ 350 bilhões durante os próximos dez anos, constituindo-se no terceiro maior pacote de cortes de impostos da história americana.

Alguns críticos afirmam que o impacto positivo no curto prazo será mínimo, no longo prazo será negativo, e são enfáticos ao afirmar que os cortes favorecem os mais ricos. De acordo com a *The Economist*, o pacote não pode ser considerado um estímulo fiscal, mas apenas uma reforma que tem como objetivo principal a redução da taxa sobre dividendos e ganhos de capital.

Percebe-se que a política fiscal americana tem sido alvo de muitas críticas e controvérsias. Já em relação à política monetária, as críticas também existem, mas elas têm sido mais suaves. Alguns críticos afirmam que o Fed demorou em começar a cortar os juros quando a economia americana demonstrou os primeiros sinais de fragilidade no ano 2000. Há também os que afirmem que os cortes ocorreram em doses homeopáticas, gerando um impacto reduzido sobre a atividade econômica. Mas o fato é que o Banco Central dos EUA reduziu sua taxa básica de juros para o menor nível em mais de quatro décadas. A taxa encontra-se em 1,25% a.a. desde novembro do ano passado e mesmo os mais ortodoxos, que acreditam que o único objetivo da política monetária é a manutenção do nível de preços, não vêem espaço para um aumento da taxa no momento, já que o nível de preços nos EUA encontra-se extremamente baixo.

O Índice de Preços ao Produtor registrou uma queda 1,9% em abril, um recuo recorde na história da série que foi iniciada em maio de 1947. A baixa nos preços do petróleo, com o fim da guerra no Iraque, teve forte impacto no indicador. Entretanto, o núcleo inflacionário – que exclui combustíveis e alimentos, itens que apresentam fortes oscilações sazonais e conjunturais – também apresentou recuo no período – 0,9%, a maior queda em dez anos. Em relação ao Índice de Preços ao Consumidor a queda foi menor – 0,3% em abril, o maior recuo dos últimos 19 meses. O núcleo inflacionário do IPC ficou estável em relação ao mês anterior.

Diante desses resultados, aumentaram as expectativas de que o Fed reduza ainda mais os juros. Em discurso ao Comitê Econômico Conjunto do Congresso americano no último dia 21, Alan Greenspan reconheceu que existe a preocupação de que a economia americana enfrente um processo deflacionário, porém disse que esse risco é

mínimo e que o Fed tem instrumentos necessários para combatê-lo, podendo atuar caso seja realmente necessário. Ainda segundo Greenspan, uma alternativa para a atuação do Fed seria a compra de títulos de longo prazo do Tesouro americano, forçando uma queda ainda maior na taxa de juros de longo prazo.

As fragilidades da economia americana e as taxas de juros em níveis tão baixos têm provocado uma fuga de capitais da maior e mais segura economia do planeta. Essa redução da capacidade da economia americana de atrair investimentos externos tem sido fundamental para a desvalorização que o dólar tem sofrido perante outras importantes moedas do mundo (o dólar perdeu, nos últimos 12 meses, 23% de seu valor em relação ao euro, 11% em relação à libra esterlina e 11% em relação ao iene³). Os Estados Unidos necessitam dos investimentos externos para financiar o seu gigantesco déficit em conta corrente – cerca de 4,5% do PIB. Se o investimento externo não entra, diminui a oferta de divisas estrangeiras, o que aumenta o preço destas em relação ao dólar, ou seja, este é desvalorizado.

Apesar de oficialmente o governo americano afirmar que mantém a política de dólar forte, que tem sido adotada pelos EUA desde o governo Clinton, o secretário do Tesouro americano, John Snow, o responsável pela política cambial, tem destacado o efeito positivo da depreciação da moeda, lembrando que o dólar mais fraco vai impulsionar as exportações do país. De acordo com o Financial Times, os secretários do Tesouro do governo Clinton eram acadêmicos ligados ao mercado financeiro, enquanto que Bush optou por executivos ligados à produção industrial, setor que vinha pressionando pela desvalorização.

Além de aumentar a competitividade das exportações americanas, a desvalorização do dólar pode ajudar no combate à deflação, na medida em que aumenta o preço dos produtos importados. Na visão de Martin Wolf, “o declínio no dólar é parte de um ajuste global desejável, considerando a condição insustentável, em última análise, do atual déficit em conta corrente dos EUA”⁴. Porém, esse ajuste deve ser um tanto doloroso para a Europa e o Japão.

Segundo números do FMI, o setor exportador equivale a cerca de 15% da produção da zona do euro (29% no caso da Alemanha, a maior economia da região), enquanto nos EUA é quase metade disso, 8%. Muitos países europeus já têm sentido a perda de competitividade nas exportações por causa do euro mais valorizado. O produto interno da zona do euro ficou estagnado no primeiro trimestre, sendo que na Alemanha, na Itália e na Holanda houve contração do PIB.



A contração na Alemanha ocorreu pelo segundo trimestre consecutivo, o que caracteriza uma recessão. A economia alemã vive o chamado *double-dip*, já que saiu de uma recessão e entrou em outra em curto espaço de tempo (a Alemanha esteve oficialmente em recessão no final de 2001). Por pertencer à zona do euro, o governo alemão tem pouco espaço para estimular a economia através da utilização das políticas anticíclicas. A política monetária é de responsabilidade do Banco Central Europeu, que tem sido muito conservador e, diferentemente do Banco Central americano, tem deixado claro que sua única preocupação é com o nível de preços.

Teoricamente, há também restrições para a utilização da política fiscal, já que o pacto de estabilidade e crescimento limita o déficit orçamentário de cada país membro da união européia em, no máximo, 3% do PIB. Embora a Alemanha tenha sido a principal arquiteta de tal pacto, o país excedeu o limite de déficit no ano passado e já anunciou que irá exceder novamente esse ano. Entretanto, o governo não tem liberdade para executar uma política fiscal verdadeiramente expansionista que possa, de fato, estimular a economia.

As fragilidades da atividade econômica estão expostas no mercado de trabalho, onde a atual taxa de desemprego de 10,7% é superior à taxa de 1998, ano em que o primeiro-ministro Gerhard Schröder foi eleito para o seu primeiro mandato. Durante aquela eleição, a principal promessa de Schröder era de que reduziria a taxa de desemprego. Alguns analistas afirmam que, para gerar empregos, a Alemanha precisa de uma reforma trabalhista e outra no sistema de seguridade social.

Tais analistas acusam o primeiro-ministro de ter fugido do confronto com os poderosos sindicatos alemães durante o seu primeiro mandato, período em que disporia de força política suficiente para aprovar as reformas. Esses sindicatos fazem parte, tradicionalmente, da base de sustentação do partido de Schröder, o Social Democrata. Agora, no seu segundo mandato, o primeiro-ministro está tentando aprovar algumas mudanças, mas tem enfrentado uma grande oposição dos sindicatos e de grupos de esquerda que lutam pela manutenção dos direitos historicamente adquiridos pelos trabalhadores.

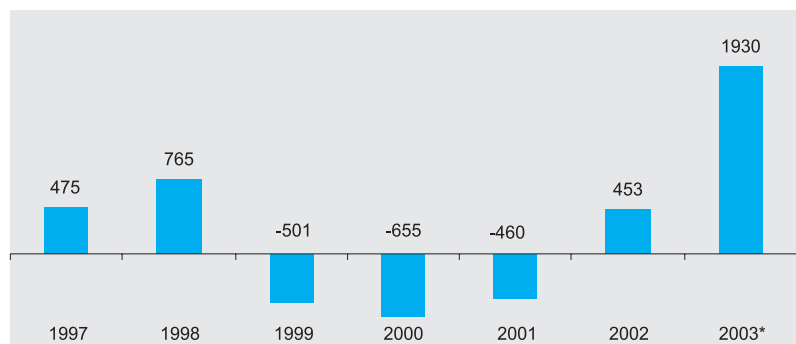
Somando-se aos problemas já relatados, a economia alemã enfrenta um grande

risco de deflação, o que poderia agravar a recessão. Em estudo divulgado recentemente, o FMI alerta que a Alemanha é o país desenvolvido com maior chance de deflação, situação que já atinge o Japão há mais de três anos. O FMI destaca que as condições de crédito e renda vêm se deteriorando na Alemanha desde 2001, assim como o mercado de trabalho. Além disso, os preços dos imóveis estão caindo, as bolsas perderam mais na Alemanha que em outros países e o sistema bancário enfrenta o seu período mais difícil desde a Segunda Guerra Mundial. O estudo do Fundo não cita, mas a apreciação do euro frente ao dólar deve colaborar para a queda dos preços na Alemanha.

A experiência histórica na economia mundial revela que uma deflação que não é causada por aprimoramentos na oferta – saltos na produtividade ou queda nos preços das matérias-primas – pode fazer grandes estragos numa economia. Um dos problemas é o aumento do valor real das dívidas, reduzindo a capacidade dos devedores saldarem seus compromissos, o que pode, numa situação extrema, produzir um colapso no sistema bancário. Outro problema é que a deflação encoraja os consumidores a adiarem gastos na expectativa de preços mais baixos no futuro. Isso reduz a demanda e pode levar a um círculo vicioso porque o enfraquecimento da demanda faz os preços baixarem ainda mais.

Considerando os riscos de deflação nas principais economias do planeta e os possíveis impactos negativos que ela traz à atividade econômica, tem ocorrido uma redução global do fluxo de capitais para as economias centrais. Esse capital, que usualmente procura mercados seguros, diante da instabilidade nas economias denominadas maduras tem optado pela alta rentabilidade dos mercados emergentes.

Capital Especulativo
Fluxos Líquidos Anuais de Fundos Especializados em Mercados Emergentes,
em milhões



*Acumulado no ano até 16/05/03.
Fonte: AMG Data e DrKW Research



se baseia primordialmente em capitais que, dada sua volatilidade, podem deixar o país tão rapidamente quanto entraram. A despeito de maior ou menor valor dos termos de troca, a forte oscilação cambial, tal qual vem ocorrendo, é ainda mais prejudicial, pois afasta investimentos produtivos, reduz o comércio exterior e a credibilidade do país.

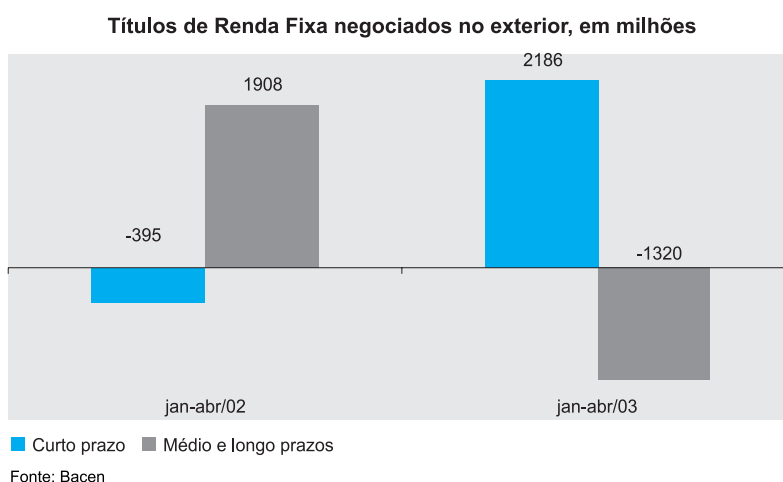
Nesse âmbito, tem-se discutido acerca dos instrumentos disponíveis para intervir no mercado de câmbio, tais como: redução da dívida dolarizada; compra de moeda estrangeira; algum controle de capitais e até a redução dos juros básicos, questão já abordada neste texto. As duas primeiras medidas são interessantes, pois correspondem a incrementos das reservas internacionais, as quais se encontram em níveis muito baixos, considerando que dos US\$ 41,5 bilhões¹⁰ apenas US\$ 13 bilhões correspondem às reservas líquidas ajustadas, das quais se exclui os empréstimos do FMI.

Quanto ao controle de capitais, existem duas formas: administrativo (proibições, limitações) e de mercado (desestímulos). No Brasil, tem-se sugerido a segunda forma, através da taxação sobre capital especulativo. Nesse sentido, até economistas ortodoxos como John Williamson¹¹ defendem a regulação, ainda que seletiva, dos fluxos de capital pelos países em desenvolvimento. A despeito de analistas sugerirem medidas afins, a possibilidade foi descartada pelo Ministro da Fazenda, sob o argumento de interromper um “movimento natural” de alongamento dos prazos das captações. Segundo ele, logo após um ajuste, o capital que ingressa é normalmente de curto prazo e, conforme a gestão da economia, os prazos vão se alongando. A questão aqui é até que ponto, levando-se em conta as baixas expectativas de entrada de capitais no país neste ano e o tipo de capital que tem ingressado – originalmente dos países centrais que vêm especular com os altos juros brasileiros –, se observará esse alongamento dos prazos.

Paralelamente à decisão do governo de não alterar os juros nem intervir no câmbio, o quadro das fontes de financiamento do país vai se delineando de modo insatisfatório. Seguindo a expectativa de redução há algum tempo observada no IED (Investimento Estrangeiro Direto), o Brasil refez sua projeção de entrada para “algo entre US\$ 11 bilhões e US\$ 12 bilhões¹²”. Agravando ainda mais essa questão, cerca de um terço do valor que

foi computado no IED corresponde à conversão de dívida, o que significa inflar o valor do investimento sem que tenha sido ampliada a capacidade produtiva, nem tenha entrado de fato divisa no país. Altas taxas de conversão são comportamento típico em momentos de crise e reforçam a conclusão de que o investidor estrangeiro não confere credibilidade ao crescimento sustentado do Brasil.

O fluxo de investimentos estrangeiros em carteira está baixo, mesmo considerando o aumento das captações de curto prazo no mercado financeiro internacional, pois houve declínio dos desembolsos de médio e longo prazos. Há sinais de recuperação apenas das linhas de crédito interbancárias, mas somente aquelas vinculadas à exportação. É importante destacar, no mês de março, o ingresso de US\$ 4,1 bilhões provenientes do FMI, valor superior ao fechamento global do balanço de pagamentos no quadrimestre, US\$ 2,8 bilhões. A conclusão imediata disso é que, mesmo com a maior captação de curto prazo, os fluxos financeiros continuam baixos e em declínio, e sem o desembolso do FMI tanto a conta capital e financeira quanto o resultado global (incluindo a conta corrente) teriam sido negativos.



Nas circunstâncias atuais, quando “a fonte mal tem conseguido financiar-se” sem a ajuda do FMI, as transações correntes, cujo déficit costuma ser coberto pelos ingressos líquidos de capital, estão tendo que se equilibrar, como foi observado no primeiro quadrimestre de 2003. Antes de analisar o papel do comércio de bens na redução do déficit em conta corrente, é preciso destacar que o ajuste não tem se restringido a ele. As transferências unilaterais apresentaram melhora e as despesas líquidas com serviços até abril foram reduzidas em 22%, para o que contribuíram especialmente os menores gastos com transportes e as receitas líquidas com viagens internacionais. Apesar do pagamento de



juros ter sido menor (-7%), o aumento de 49% nas remessas de lucros e dividendos fez a conta de rendas fechar com ligeiro aumento (3%) no primeiro quadrimestre do ano em relação ao mesmo período de 2002.

A parcela mais representativa nesse movimento pertence à balança comercial que acumula até a quarta semana de maio um superávit de US\$ 7,5 bilhões. Dessa vez, felizmente, pode-se falar em exportações como motor desse crescimento, em função de terem se expandido em 29% na comparação com 2002, ao passo que as importações cresceram apenas 1,4% no mesmo período. Embora tenha que ser considerado o baixo valor da base de comparação (as exportações estiveram muito baixas no primeiro semestre de 2002), essa recuperação é expressiva e merece análise mais detalhada a partir dos índices de preço e de *quantum*¹³.

O motivo do crescimento das importações foi a variação dos preços. O *quantum* importado retraiu-se em 5,8%, enquanto que os preços elevaram-se em 10,3%, movimento este que reflete sobretudo a elevação de 60% no índice de preços dos combustíveis, como consequência da alta nas cotações internacionais do petróleo. Embora o *quantum* de bens intermediários tenha aumentado um pouco (2%), os 28% de recuo no volume das compras de bens de capital ratificam a estagnação da atividade interna.

Embora inferior à variação nos importados, os preços das exportações apresentaram recuperação (5,2%). Os semimanufaturados vêm liderando no aumento dos preços (12%), enquanto os básicos registram a maior aumento em termos de volume (35%). A despeito de um preço quase constante, os manufaturados surpreenderam com crescimento de 20% na quantidade

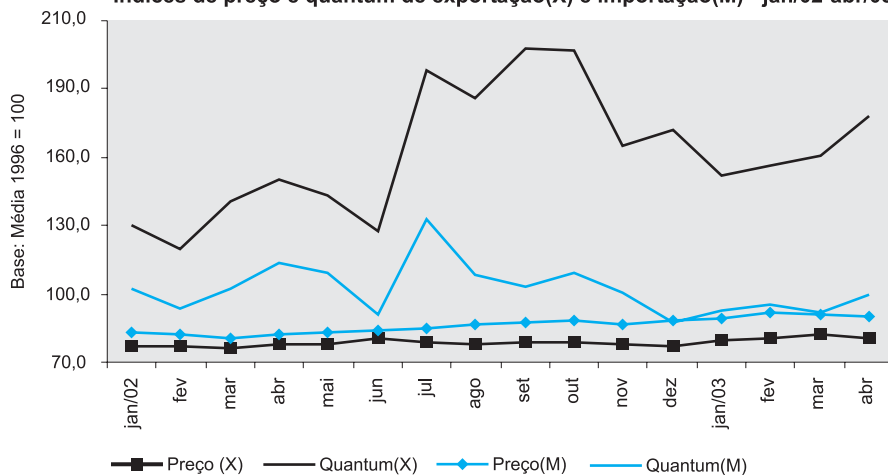
exportada. A recuperação da Argentina tem sido importante para o aumento das exportações, por corresponder ao maior volume de manufaturados que deixam o país. Até abril, as vendas para os argentinos cresceram 84% em relação ao ano passado. As exportações para os Estados Unidos e a União Européia (UE) mantiveram até então uma taxa de crescimento em torno de 20%. O grupo andino (Colômbia, Equador, Peru e Venezuela) reduziu suas compras em 24% na mesma comparação. Por outro lado, a China vem se destacando como importante mercado para os produtos brasileiros, com taxas de crescimento de 185% do valor exportado. A expansão das exportações brasileiras depende muito desses novos mercados, visto que os tradicionais estão à beira da estagnação.

Ao passo que o governo evita falar em intervenções no mercado de câmbio, o Bacen tem recomprado dólares de leilões de linhas externas que antes vinham sendo renovados e já anunciou que a taxa de rolagem da dívida não deve chegar mais a 100%. De um modo ou de outro, medidas devem ser tomadas para reduzir as flutuações do real.

Difícilmente as exportações conservarão taxas de crescimento tão altas, seja pelo efeito base, seja em resposta à depreciação do real, o que diminuirá a intensidade do ajuste nas transações correntes. O que é pior: o financiamento externo está se tornando cada vez mais precário tanto em termos de volume quanto de perfil, complicando ainda mais o equilíbrio do balanço de pagamentos. Apesar da conjuntura um pouco mais favorável do que em meses atrás, a suscetibilidade brasileira persiste ao lado da elevada dependência externa, da imensa dívida pública e de outros problemas estruturais. Tudo isso enquanto o governo conserva uma política contracionista, incapaz de dar condições para a

retomada do fôlego da atividade econômica interna, postergando a “fase 2” de seu programa e admitindo que está “desestimulando e segurando o crescimento”¹⁴.

Índices de preço e quantum de exportação(X) e importação(M) - jan/02-abr/03



Fonte: Funcex

Referências

ANOTHER Bush, another jobless recovery. Disponível em: <www.economist.com> Acesso em 8 maio 2003.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Publicações econômico-financeiras. Disponível em: <www.bcb.gov.br> Acesso em: 24 maio 2003.

BOUNCING around. Disponível em: <www.economist.com> Acesso em: 12 maio 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Indicadores e Estatísticas. Disponível em: <www.mdic.gov.br> Acesso em: 25 maio 2003.

ECONOMIC PROSPECTS AND POLICIES. Disponível em: www.imf.org

FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO EXTERIOR. Base de dados. Disponível em: <www.funcex.com.br> Acesso em: 25 maio 2003.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. *Economia internacional: teoria e política*. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

TEUTONIC plague. Disponível em: <www.economist.com> Acesso em: 15 maio 2003.

Notas

¹ Texto apresentado na reunião do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC), em 28/05/03. O texto foi produzido com colaboração e orientação de Celeste Maria Philigret Baptista, professora da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE/UFBA) e coordenadora do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC) e de Paulo Balanco, professor da FCE/UFBA e integrante do NEC.

² Para que seja caracterizada uma deflação, além de generalizada, é necessário que a queda do nível de preços seja persistente.

³ Cálculos feitos com base na cotação em 14 de maio último.

⁴ WOLF, M. *A armadilha da deflação*. Valor Econômico, 14 mai 2003, p. A9.

⁵ Reproduzido da F. de S. Paulo, Debate sobre controle de capital ganha força. F. S. Paulo, Dinheiro, 18 mai 2003, p. B6.

⁶ Implica que taxas atrativas devem ser suficientes para cobrir aquelas pagas internacionalmente e a “troca de moeda”. A relação ignora os custos de transação e o risco cambial (uma forte e inesperada oscilação) mas isso não invalida as conclusões.

⁷ É grande a necessidade de “dar corda” à atividade econômica interna, já há algum tempo estagnada. A indústria registrou, em março último, queda de 3,4% na comparação com mar/2002 e o Ministério da Fazenda reduziu de 2,2% para 2% a estimativa de crescimento do PIB para 2003.

⁸ Não se está relegando aqui a importância de discutir as ineficiências e pressões localizadas de custos que vêm à tona com um dólar mais baixo e a “competitividade espúria” que caracteriza parte da pauta exportadora brasileira. É claro que muitas medidas ainda têm que ser tomadas no sentido de reverter esse quadro, mas é inquestionável a importância da atual trajetória do comércio de bens e serviços na redução das necessidades de financiamento externo.

⁹ A demora depende do padrão de comércio e da estrutura dos contratos geralmente utilizados na troca entre países. Segundo Delfim Neto, as exportações de hoje dependem do câmbio dos últimos oito ou nove meses (A janela aberta pode trazer morte súbita. Entrevista à Gazeta Mercantil, 12 mai 2003, p.A4).

¹⁰ Estoque de abril, dados do Bacen.

¹¹ “Pai” do Consenso de Washington, em entrevista à F. S. Paulo, 04 mai 2003, Dinheiro, p. B12.

¹² Em 2002 chegou a US\$ 16,6 bilhões, o que já denotara uma queda em relação ao ano anterior.

¹³ Os índices de preço e de quantum apresentados neste texto são cálculos divulgados pela Funcex a partir de dados da SECEX/MDIC, referentes a valores acumulados no primeiro trimestre do ano.

¹⁴ Expressões usadas pelo Ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, num seminário do PT (José Dirceu faz críticas à política econômica. A Tarde, 24 mai 2003, caderno 1, p. 12).

**Antônio Negromonte Nascimento Júnior e Isaura F. Gottschall de Almeida são estudantes de Economia (FCE/UFBA) e bolsistas do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC).*



Evolução recente e potencial do mercado de créditos de carbono no Brasil

Embora com menor intensidade que no resto do mundo, os negócios e investimentos relacionados com o meio ambiente (também conhecidos como *ecobusiness*) têm crescido no Brasil a partir da década de 1990. O mercado de equipamentos e serviços voltados para esta área tem se expandido principalmente devido às inversões de empresas voltadas para os mercados externos. Tem contribuído para isto o aumento das exigências de atividades na área ambiental por parte de bancos estatais (BNDES, BNB) e órgãos governamentais no processo de liberação de linhas de crédito e financiamentos à iniciativa privada.

Além da crescente conscientização mundial sobre a urgência, extensão e complementaridade das questões ambientais no funcionamento das sociedades modernas, são fatores impulsionadores deste movimento o advento do Protocolo de Quioto e os esforços para regulamentar os instrumentos de flexibilização comercial previstos para viabilizar o controle das emissões de carbono na atmosfera do planeta.

Especificamente, a partir de 2008 (início do primeiro período de implementação do Protocolo) estima-se a realização de vultosos investimentos em reflorestamento, conservação ambiental e aumento de eficiência energética que podem dinamizar social e economicamente diversas regiões de países em desenvolvimento mediante a incorporação de parâmetros de responsabilidade ambiental em atividades produtivas (Suerdieck, 2001, a).

Para tanto, em muitos casos serão necessárias meras realocações de recursos que são abundantes, mas estão pouco utilizados como, por exemplo, a disponibilidade de terras com riqueza em biodiversidade aptas para atividades

de conservacionismo e a mão-de-obra local de baixo custo disponível para atividades de preservação ambiental. Neste contexto, destaca-se o diferencial do Brasil, onde estes e outros recursos podem ser muito melhor aproveitados com investimentos relativamente reduzidos, a exemplo de projetos de conscientização, capacitação e treinamento em atividades ambientais (Amaral, 1999).

Tal processo pode ser altamente benéfico em termos de geração de ocupação e renda, podendo gerar uma elevada mobilização social em espaços do país que estejam atualmente estagnados pela falta de perspectivas e oportunidades de investimentos e desenvolvimento sócio-econômico (Suerdieck, 2001, b).

Apesar das controvérsias em torno dos resultados das reuniões de Johannesburgo e Nova Délhi, pode-se considerar 2002 como um ano relativamente exitoso em termos de divulgação sobre o Protocolo de Quioto e suas propostas de mecanismos técnicos e comerciais para a estabilização de emissões de CO₂. Não somente a temática de mudanças climáticas (e seu potencial de geração de negócios no Brasil) tem sido mais divulgado na imprensa, como surgiram novas instituições voltadas para esta área que podem apoiar significativamente as atividades de fixação de carbono por meio de projetos florestais.

Após um levantamento sucinto sobre os principais fatos relacionados com a temática em 2002, serão abordados aspectos relacionados com as estratégias competitivas dos agentes de *ecobusiness*, as causas e efeitos, bem como os valores estimados para movimentação no mercado de créditos de carbono. Depois de organizar as principais informações sobre os principais projetos de fixação de carbono no Brasil, são apresentadas algumas considerações finais sobre as perspectivas de evolução destes negócios.

AVANÇOS RECENTES NA EVOLUÇÃO DO MERCADO DE CARBONO

Foi significativa, em abril de 2002, a criação de uma rede de trabalho de ONG's e movimentos sociais preocupados com as mudanças climáticas no Brasil. Contando com a participação ONG's como *Greenpeace*, Fundação SOS Amazônia, *The Nature Conservancy (INC)* e *WWF* (sigla em inglês de Fundo Mundial para a Vida Selvagem) do Brasil totalizando 26 entidades, o Observatório do Clima se reuniu no mês seguinte a seu lançamento para estabelecer algumas prioridades. São elas: 1. Destacar o papel do desmatamento no debate sobre emissões de



carbono; 2. Cobrar da União a divulgação do inventário nacional de emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE); 3. Discutir os efeitos da alteração da matriz energética nas de emissões brasileiras.

Por outro lado, a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, na sua oitava reunião (em outubro de 2002), decidiu acelerar a regulamentação brasileira do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) definindo, dentre outros, os passos necessários para utilizar este mecanismo de flexibilização para o financiamento de projetos de fixação, redução e prevenção de emissões de carbono. Outra iniciativa importante foi a criação no final de 2001 do Centro de Estudos Integrados sobre o Meio Ambiente (CENTROCLIMA) por meio de convênio entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da UFRJ (COPPE) com o objetivo de difundir estudos e integrar pesquisadores da área de mudanças climáticas no Brasil.

No *front* externo, a boa notícia é ação do Banco Mundial (BIRD), lançando um fundo de investimentos para projetos de controle das mudanças climáticas em novembro de 2002. O avanço do Fundo Bio Carbono (*Bio Carbon Fund*), que poderá ser composto com recursos públicos e privados dos países industrializados, é a especialização em financiamento de atividades florestais - de Uso do Solo, Mudança do Uso do Solo e Reflorestamento (*LULUCF*)¹ para a geração de créditos de carbono (Gazeta Mercantil, 21/10/02).

A consultoria *Point Carbon* apresentou um relatório em setembro de 2002 que contabilizava a realização de 284 operações estimadas em 335 milhões de toneladas em Certificados de Emissões Reduzidas (CER's) de CO₂ desde 1996. Lançada por analistas noruegueses em 2000, a *Point Carbon* funciona com uma rede de pesquisadores voltados para os aspectos políticos, tecnológicos e econômicos das questões ambientais. Acredita-se que as compras do projeto CERUPT (sigla em inglês para Leilão de Certificados de Redução de Emissões) e do Fundo Protótipo de Carbono (FPC) poderiam ampliar em cerca de 10% até o final de 2002. (Gazeta Mercantil, 21/10/02).

Em termos de eventos de divulgação de mudanças climáticas, o segundo semestre foi significativo no Brasil com a realização do 1º Simpósio Latino-Americano sobre Fixação de Carbono em Ecossistemas Florestais (na UFPR, set. 2002), para avaliar o atual nível de conhecimento sobre a fixação de carbono no meio ambiente e apresentar perspectivas técnicas, científicas e econômicas para os setores florestal e ambiental.

Aconteceu na mesma época no Rio de Janeiro a 9ª Reunião do Fórum Internacional sobre a Indústria de Florestas (IFIR), onde representantes de associações florestais e de empresas de celulose discutiram o papel das florestas na manutenção do clima global.

As discussões em torno do mercado de créditos de carbono têm aumentado desde meados de 2001, com a realização de um seminário em Londres que teve sua segunda versão em maio de 2002. O Brasil teve sua primeira conferência do tipo em meados de outubro, paralelamente a um encontro similar nos EUA que foi promovido pelo *International Business Communications* (IBC), responsável pelo evento de Londres.

A realização de uma versão americana do seminário (24 e 25/10, Houston-Texas) serve para demonstrar que, apesar da recusa do governo americano em ratificar o Protocolo, o setor privado tem se mantido atuante no desenvolvimento de projetos de redução de emissões. Dentre as principais questões discutidas nos EUA se destacam as alternativas para tornar lucrativo o mercado de CER's, as questões regulatórias do novo mercado e as barreiras para desenvolver tecnologias e projetos de sequestro de carbono. Entre os temas da conferência brasileira, destacam-se as questões técnicas e comerciais relacionadas com a elaboração de projetos de acordo com o MDL, a emissão e utilização de CER's, assim como as barreiras para o desenvolvimento deste novo mercado. (Gazeta Mercantil, 23/09/02)

BALANÇO DE EMISSÕES E PERSPECTIVAS DO MERCADO DE CARBONO

De acordo com a ONG *World Resources Institute* (WRI), somente as 14 principais economias mundiais totalizaram emissões 579,2 bilhões de toneladas de CO₂ desde 1950, ou cerca de 157,8 bilhões de toneladas equivalentes de carbono (BtC). Relacionando-se o montante de emissões com a população de cada país, pode-se definir um indicador de intensidade de emissão de GEE que é o valor das emissões de CO₂ *per capita* anuais.

Apesar das limitações analíticas decorrentes da utilização de médias aritméticas neste tipo de fenômeno (grandes variâncias na distribuição dos dados podem determinar médias muito diferentes das amostras observadas efetivamente implicando em distorções de análise), este indicador poderá ser utilizado tendo em vista a necessidade inicial apenas de estabelecer uma comparação entre os patamares de emissões de carbono entre os diferentes países.



Podem ser identificados três grandes grupos de emissores entre as principais economias mundiais: de alta, média e baixa intensidade de emissões de CO₂. Os maiores emissores, com 7 a 36 tCO₂ per capita a.a., constam o líder EUA, Austrália, Japão, Canadá, Rússia, Ucrânia, Polônia e África do Sul. O grupo de média intensidade de emissões anuais (com 2,5 a 7 tCO₂ per capita) inclui União Européia, China, México, Chile, Argentina e Venezuela. O grupo de baixa intensidade de emissões (na classe de 0,8 a 2,5 tCO₂ per capita), está formado pelo Brasil, Índia, Indonésia, América Central e Caribe (CEBDS, 2000 [b]).

O aspecto positivo do cenário identificado a partir de 2000 foi de um esforço da União Européia (principalmente Alemanha e Reino Unido) para equilibrar seu nível de emissões e uma ligeira redução de emissões de alguns países do Leste Europeu e ex-Repúblicas Soviéticas. O saldo positivo de emissões evitadas decorre em geral de uma redução considerável do nível de atividades econômicas nestes países depois do brusco desmantelamento do sistema produtivo estatal. Este saldo, conhecido como *hot air*, poderá ser comercializado por meio do Comércio de Emissões, um dos mecanismos de flexibilização de Quioto. (EcoSecurities, 2001, [a] e [b])

A decisão do Poder Executivo americano de não adotar medidas efetivas de controle das emissões de carbono resultou em superação das metas fixadas em Quioto. Segundo dados do *Michigan Institute of Technology (MIT)* de 1998, a manutenção do padrão atual de consumo de combustíveis fósseis e emissões de carbono resultaria em um patamar de emissões em 2010 cerca de 32% acima das metas definidas para os EUA no Protocolo de Quioto. Isto equivale ao excesso de 571 MtC a. a. no primeiro período de cumprimento do Protocolo (2008-12).

Os outros países desenvolvidos, apesar dos esforços iniciados, também teriam consideráveis necessidades de redução de emissões no período se o padrão de emissões não for fortemente alterado. Tal previsão indica uma forte demanda potencial por projetos de redução de emissões já a partir do primeiro período (Suerdieck, 2001, b).

Nos outros países desenvolvidos a situação não está muito melhor. A União Européia estouraria sua cota em 28% (necessitando adquirir créditos de 308 milhões de tC/a). O Japão e os outros países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) excederiam suas cotas de Quioto em, respectivamente, 33 % e 36 %, demandando cerca de 144 MtC/a e 171 MtC/a. Apesar do *hot air*, os países da Europa Oriental extrapolariam sua quota em 42 % (118 MtC/a). Os países

da ex-URSS seriam os únicos a cumprir as metas de Quioto, com redução de 12,6 % das emissões em 2010. O aumento total estimado foi de 26% (emissão de 1,3 bilhão de tC/a).

Outro estudo, realizado pelo Conselho Empresarial Mundial em Desenvolvimento Sustentável (conhecido pela sigla em inglês *WBCSD*), prevê a necessidade de redução total de 5,18 bilhões de tC equivalentes no primeiro período de Quioto, dos quais 517,7 MtC/a poderiam ser obtidos por mecanismos de flexibilização comercial de Quioto. Estimativas da Universidade do Colorado estabelecem custos de US\$ 100 a US\$ 200 para a redução de cada tonelada de CO₂ emitido² nos EUA e tais custos poderiam cair à metade se utilizados os mecanismos de flexibilização.

De acordo com o IPCC (sigla em inglês para Painel Internacional em Mudanças Climáticas), se os países desenvolvidos usarem apenas medidas internas para redução das emissões, estas custariam de 0,2 % a 2% do PIB nestes países. Estima-se que estes custos podem ser reduzidos à metade se forem adotados os mecanismos de flexibilização comercial de Quioto. De acordo com as modelagens feitas por instituições afins, a utilização de um *mix* dos instrumentos de flexibilização permitiria a redução do custo de controle de emissões para US\$ 10 a US\$ 60 por tonelada de CO₂, ou cerca de US\$ 2,7 a US\$ 16,35 por tonelada de carbono equivalente (CEBDS, 2000 b).

De acordo com a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), tais “custos de produção” nas atividades de controle de emissões de carbono coincidem com os valores previstos para a remuneração dos créditos de carbono por meio do MDL, por exemplo, que foram estimados em US\$ 7 a US\$ 30 por tC inicialmente (EcoSecurities, 2001, [a] e [b]). Estes custos poderiam se situar entre US\$ 10 a US\$ 20 por tCO₂ (ou cerca de US\$ 2,7 a US\$ 16,35 por tC) em projetos de sumidouros e resgate de carbono florestais, alcançando até US\$ 40 a US\$ 60 por tCO₂ em projetos de prevenção de emissões na área de energia.

Descontando-se as reduções internas obrigatórias dos países desenvolvidos, a CEPAL calcula uma demanda potencial de 400 a 900 milhões de tC em reduções de emissões. Os prognósticos estabelecem que o mercado de MDL deve ser majoritariamente absorvido pela China (50 %), Índia, América Latina e Europa Oriental (12 % cada um), países da ex-URSS (6 %) e 8% pelo resto do mundo.

Com uma evolução de média a alta intensidade na adoção de Quioto, estima-se que a América Latina possa absorver



investimentos para reduzir cerca de 55 a 103 milhões de tC por ano entre 2008 e 2012. Neste contexto, o Brasil poderia absorver 6 a 22 MtC por ano, podendo gerar de US\$ 300 milhões a US\$ 890 milhões a.a. no primeiro período de implementação do Protocolo de Quioto só com eficiência energética (CEBDS, 2000 b).

PROJETOS DE FIXAÇÃO DE CARBONO NO BRASIL

A *Point Carbon* identificou como projetos habilitados para captação de CER's no Brasil pelo projeto CERUPT com propostas da gestora de aterros sanitários da empresa SASA Equipamentos Industriais e da Usina Catanduva de açúcar e álcool (ambas de São Paulo) que apresentaram recentemente seus projetos para a análise do Ministério do Meio Ambiente, além do projeto pioneiro de siderurgia liderado pela consultoria mineira Plantar.

A seguir serão feitas algumas considerações sobre informações disponíveis de projetos pioneiros de fixação de carbono em desenvolvimento no Brasil. Além dos sumidouros de carbono da Sociedade para Proteção da Vida Selvagem (SPVS), serão sucintamente abordados os projetos de fixação de carbono no norte do Mato Grosso (Instituto Pró-Natura), na Ilha do Bananal (Ecológica) e o Projeto Ferro Gusa Verde (Plantar Reflorestamentos).

FIXAÇÃO DE CARBONO, SPVS/TNC (PR)

O projeto de Ação Climática na Reserva Natural Serra do Itaqui (Guaraqueçaba-PR) foi o primeiro deste tipo no Brasil, estimando a imobilização de 3,7 milhões de tCO₂ (equivalente a cerca de 0,05% das 6,6 bilhão de tCO₂ emitidas no mundo por ano). Desde junho de 2000, está sendo implantado o sumidouro na APA de Guaraqueçaba com cerca de 30 mil árvores plantadas sendo monitoradas pela UFPR e Embrapa.

A SPVS pretende implantar projetos com palmito e plantas medicinais em parceria com as 56 comunidades locais que totalizam 10 mil habitantes. Os investimentos previstos são de regeneração de floresta (46% da área), plantio de espécies nativas (24%), manutenção de mangues e floresta madura (30%). Ao fim do projeto, a área se tornará uma Reserva Privada do Patrimônio Natural (RPPN). (FERRETTI, 2001).

São ações essenciais do projeto: o fornecimento de assistência técnica e mudas de espécies nativas para a restauração de florestas ciliares degradadas pelo pastoreio,

promoção do manejo de búfalos em pastoreio rotativo com cerca elétrica e estímulo para a conservação ambiental privada através do registro de RPPN's. Tais ações visam criar uma rede de reservas privadas, restaurar áreas de preservação permanente atualmente utilizadas como pastagem e aumentar a produtividade das pastagens já instaladas, desestimulando a expansão de áreas de pecuária em moldes extensivos.

A promoção de desenvolvimento sustentável com as comunidades locais busca alternativas viáveis de renda com práticas conservacionistas para desestimular a degradação. O controle de vazamentos de carbono é feito com a organização e normatização da pecuária de grandes proprietários para evitar práticas extensivas. O monitoramento e verificação da fixação de carbono são feitos em 170 parcelas amostrais permanentes para inventário de carbono na biomassa vegetal dos diferentes ambientes com metodologia da *Winrock International*.

O êxito desta iniciativa de seqüestro de carbono possibilitou a SPVS e a TNC a lançarem mais dois projetos similares na região: o de Restauração da Floresta Atlântica na Reserva Natural Morro Azul (rio Cachoeira, Antonina-PR) e o Piloto de Reflorestamento em Antonina (Reserva Morro da Mina). O segundo projeto está sendo realizada em 1.000 ha de uma propriedade que foi doada em 1995 à SPVS. Esta forma um cinturão em torno da Reserva do Morro da Mina, devendo ser convertida em RPPN ao fim do projeto. Com um viveiro de espécies vegetais nativas produzindo 100 mil mudas/ano para reflorestamento, a área serve ainda como fonte primária de água potável para Antonina (FERRETTI, 2001).

FERRO GUSA VERDE, PLANTAR/BANCO MUNDIAL (MG)

Outro importante projeto lançado no Brasil foi da Plantar Reflorestamentos, que desenvolveu a tecnologia *Green Pig Iron* (Ferro Gusa Verde) ⁽¹⁾ com o objetivo de financiar a plantação de eucaliptos para suprir a demanda de energia de usinas siderúrgicas através da queima de carvão vegetal que é menos poluente. Sob coordenação de Marco Fujihara na captação de recursos do Fundo Protótipo de Carbono (PCF) do Banco Mundial, o projeto prevê a produção de ferro gusa a partir da queima de carvão vegetal de florestas de eucalipto em 23 mil ha do Vale do Jequitinhonha.

A produção de ferro gusa utilizando carvão vegetal possibilita um saldo positivo de emissões de CO₂, pois cada tonelada de gusa produzido com este carvão deixa de emitir 1,8 tonelada de CO₂ na atmosfera. Além disso,



cada tonelada de gusa gerada possibilita em média a o resgate de 1,1 tonelada de CO₂ no estoque dinâmico das florestas de eucalipto. . Em conjunto, o processo reduz a emissão de CO₂ em cerca de 2,9 toneladas de por tonelada de ferro gusa produzido.

ILHA DE BANANAL, ECOLÓGICA (TO)

Este projeto não prevê a reivindicação de créditos de carbono, com ações em espaços da Área de Proteção Ambiental do Cantão (APAC) e do Parque Nacional do Araguaia (PNA), alcançando cinco municípios ao norte e leste da Ilha do Bananal na primeira fase. Os cálculos do seqüestro e emissões evitadas de carbono foram realizados por meio de dois procedimentos que foram determinantes para o cálculo da linha de base do projeto: 1. O geoprocessamento de imagens de satélite de 1986, 1991, 1995 e 1998 para definir a dinâmica de desmatamento e analisar a evolução no uso da terra; 2. Levantamento de teores de carbono na biomassa local dos diversos ecossistemas da Ilha do Bananal e seu entorno.

Com uma taxa histórica de desmatamento de 0,82% a.a. em 1986-98A na área total de 5,1 milhões de hectares (fases 1 e 2), foi estimado o seqüestro e manutenção de estoque dinâmico de 25,1 milhões de tC em 25 anos por meio da preservação de 200 mil ha, regeneração de 60 mil ha de floresta e cerrado e implantação de sistemas agroflorestais. A estimativa feita pela Ecológica considera uma redução da taxa de desmatamento para 0,5% a.a. na área gerando um ganho adicional de 6,2 milhões de tC, além da prevenção de fugas de carbono na área tampão (entre os parques do Araguaia e do Cantão) na ordem de de 15,4 milhões de tC em 25 anos.

A tabela 1 foi elaborada com informações de jornais, dados e informações disponíveis na internet. Os dados disponíveis até o final de 2002 davam conta de US\$ 52,7 milhões investidos para a conservação ambiental em 311 mil ha de terras. Tais investimentos podem possibilitar 32,3 milhões de toneladas de emissões de carbono evitadas/resgatadas em 40 anos.

As atividades são desenvolvidas no Centro de Pesquisa Canguçu que foi inaugurado em agosto de 99 pela ONG local Ecológica. Possuindo no seqüestro de carbono seu carro-chefe de atividades, a Ecológica busca parceiros que queiram atuar em ecoturismo e turismo científico para facilitar a auto-sustentação das pesquisas.

CARBONO NO NORTE DO MATO GROSSO, PRÓ-NATURA / ONF / ECO-CARBONE (MT)

Este projeto também não prevê a reivindicação de créditos-carbono. Coordenado pelo pesquisador Peter May para o Instituto Pró-Natura e a *Organisation National des Forêts* (ONF, órgão florestal francês,) que prevê a recuperação de 12 mil hectares de vegetação. No início do projeto, em fins de 1998, o sumidouro de carbono previa a cobertura de 5 mil hectares de pastagens degradadas. Este projeto complementa a iniciativa do Pró-Natura em introduzir práticas agroflorestais e manejo florestal sustentável na região amazônica, apoiando o planejamento regional e a capacitação local no uso da biodiversidade e dos recursos naturais.

Dentre os principais impactos previstos do seqüestro no local consta a alteração no valor da terra e no perfil de consumo de serviços e produtos agroflorestais dos proprietários, demandando não somente carne e madeira, como mais serviços ecológicos. Isto aumenta a flexibilidade e a competitividade dos mercados imobiliário e de serviços local. Quanto aos pequenos produtores e à população indígena, estes passam a ter mais oportunidades de trabalho com a possibilidade de renda complementar trabalhando na produção de sementes em hortos locais para os projetos do Pró-Natura.

Outros impactos previstos são o aumento da demanda de serviços como o preparo de terras, consultoria ambiental e capacitação em reflorestamentos, além do treinamento para trabalhadores rurais sobre produção de sementes, plantio, manejo e prevenção de incêndios, dentre outras práticas conservacionistas. Este movimento para restaurar áreas degradadas impulsionou um aumento na percepção de valor da floresta em pé na região. A maioria dos pequenos proprietários respondeu às doações de árvores nativas, fazendo plantios agroflorestais ao invés de continuar o corte e queima de matas locais.

O Pró-Natura também trabalha com associações de assentados rurais para recuperar as áreas degradadas em suas terras e visando estabelecer alternativas de uma base agroflorestal para a geração de renda como, por exemplo, a fixação de carbono de forma conjugada. (Tabela 1)

A *Eco-Carbone* (consultoria internacional em gestão de plantios para captura de carbono e geração de energia de biomassa) é a principal responsável pela base conceitual, estrutura financeira, medição, verificação e certificação de carbono. O Pró-Natura e a ONG Amigos da Terra (Amazônia Brasileira) realizam o treinamento de assentados no combate e prevenção a incêndios.



Tabela 1
Projetos de Fixação de Carbono em Execução no Brasil (2000-2002)

Projeto (local)	Executor	Financiador	Investimento	Fixação de CO ²
Ação Contra o Aquecimento Global em Guaraqueçaba (Paraná)	SPVS e TNC	Termelétrica American Electric Power	US\$ 5,4 milhões em área de 7 mil hectares.	1 milhão de ton. de carbono ou 3,7 milhões de ton. de CO ₂ em 40 anos
Restauração da Floresta Atlântica (Paraná)	SPVS e TNC	Montadora General Motors	US\$ 10 milhões em 12 mil hectares.	1 milhão de ton. de carbono em 40 anos
Piloto de Reflorestamento em Antonina (Paraná)	SPVS e TNC	Texaco	US\$ 3 milhões em área de 1 mil hectares.	500 mil ton. de carbono resgatadas em 40 anos
Ferro Gusa Verde (Minas Gerais)	Plantar Refloresta - mentos	BIRD e outros	US\$ 23 milhões em área de 23 mil hectares.	2,9 ton. de carbono resgatado por cada ton. de gusa produzido
Seqüestro de Carbono da Ilha do Bananal e seu Entorno (PSCIB, TO)	Ecológica e Gaia	AES Barry Foundation, vinculada a termelétrica britânica	R\$ 3 milhões para pesquisas e proteção em 263 mil ha.	15,39 milhões de ton. de carbono resgatadas em 25 anos ³
Fixação de Carbono no Norte do Mato Grosso	Instituto Pro-Natura, ONF e Eco-Carbone	Montadora Peugeot-Citroën	US\$ 10 milhões para recuperar 5 mil ha de pastagens.	1,9 milhão de ton. de carbono em 40 anos

Fonte: jornais Gazeta Mercantil, Folha de São Paulo e sites na internet. Elaboração: S. Suerdieck

Os custos de preparação de terra e mudas são do investidor, mas o proprietário participa na preparação da terra e manutenção dos recursos florestais plantados. O projeto prevê que todos os investimentos tangíveis deverão ficar com os proprietários ou a associação de assentados das terras beneficiadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito da demora dos diversos países em ratificar sua adesão, a conjuntura atual de implementação do Protocolo de Quioto é de um tímido porém gradual avanço na implementação dos acordos estabelecidos. Deve-se ressaltar que esta situação razoavelmente favorável se deve basicamente aos avanços no plano comercial, na medida em que são as decisões de investimento de empresas em parceria com ONG's locais e internacionais que estão viabilizando os investimentos em projetos de controle de emissões voltados ou não para a geração de créditos de carbono.

Pode-se observar uma boa probabilidade de realização de investimentos relacionados com a adoção do MDL em regiões com características ambientais favoráveis como o Brasil. Do ponto de vista socioeconômico, o grande desafio é proporcionar formação e condições de organização para que o homem do campo possa interagir com o meio ambiente de forma consciente e sustentável. Além do potencial de menores custos e maior produtividade das atividades florestais (LULUCF), o planejamento de projetos de MDL com a alternativa de integração de componentes de eficiência e geração de energia limpa

apresenta um elevado potencial competitivo do Brasil no mercado de créditos de carbono (Suerdieck, 2001, b).

A manutenção do Fundo Protótipo de Carbono aliada à criação recente do Fundo Bio Carbono (*Bio Carbon Fund*) pelo Banco Mundial cria boas perspectivas para o planejamento e a execução de projetos conservacionistas florestais (LULUCF) e de eficiência energética não somente por meio dos mecanismos de flexibilização entre países desenvolvidos (Implementação Conjunta e Comércio de Emissões), mas principalmente nos países em desenvolvimento, no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Isto pode estimular o processo de reduções de emissões por meio da comercialização de créditos de carbono (CER's) entre os maiores emissores (países desenvolvidos, no Anexo I do Protocolo de Quioto) e destes com os países em desenvolvimento (maiores beneficiários do MDL).

Para que esta vantagem competitiva potencial do Brasil se efetive, contudo, é necessário corroborar o comprometimento do país em acelerar a regulamentação do Protocolo de Quioto, não somente ratificando a adesão oficial como executando suas responsabilidades de divulgação do Balanço de Emissões e integrando efetivamente a questão ambiental a agenda prioritária da política econômica nacional.

A necessidade de constituição e execução prioritária de uma política ambiental integrada e articulada com os outros sistemas de organização e distribuição da produção social pode ser iniciada com a abordagem das interações do meio ambiente com os sistemas de transporte e energia. Uma das necessidades atuais é a



manutenção do alto grau de geração limpa da matriz energética, minimizando o crescimento das termelétricas em detrimento das hidroelétricas e outras fontes limpas e renováveis de geração de energia. Outro desafio da política econômica brasileira é uma evolução do sistema de transportes, estimulando o aumento de sua eficiência e minimizando sua alta concentração no modal rodoviário que, além de caro e muito poluente, é ineficiente energeticamente para o transporte de mercadorias em médias e grandes distâncias.

Neste sentido, poderiam ser adotadas medidas mais diretas de estímulo à substituição do modal rodoviário por sistemas de transporte de mercadorias e passageiros menos poluentes e mais eficientes energeticamente. Exemplos deste tipo de medida poderiam ser o fomento à utilização da navegação de cabotagem, de hidrovias e ferrovias, além de maior ênfase ao transporte de massa para passageiros, com metrô tradicionais e de superfície nos grandes centros urbanos.

Na área energética, poderia ser estimulada a utilização de tecnologias e fontes de energia mais limpas, com o financiamento de pesquisas e a implantação de projetos piloto de geração eólica, solar e de biomassa, além do estímulo à utilização de sistemas de dupla alimentação com gás natural em automóveis nos grandes centros urbanos.

Referências

AMARAL, W. A. N. Mudanças climáticas, mercado de carbono e potencialidades do Brasil para desenvolvimento de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. *Preços Agrícolas*, São Paulo: USP-ESALQ/CEPEA, v. 14, n. 155, set. 1999.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. *Mecanismo de desenvolvimento limpo*. Rio de Janeiro: CEBDS, [s.d.]. 35 p. (Série mudanças climáticas). [a]

_____. *Mercado de carbono*. Rio de Janeiro: CEBDS, [s.d.]. 19 p. (Série mudanças climáticas, 2). [b]

ECOLÓGICA. *Avaliação do estoque de biomassa e estoque de carbono das diferentes formações florestais na região ecotonal da Ilha do Bananal*. Disponível em: <http://www.bananalecotour.com.br/cgfr_06.htm>.

ECOSECURITIES. *Prototype Carbon Fund (PCF) Carbon Market Intelligence Report Issue # 2. PCF Plus Report*. Washington, Oct. 2001. 97 p. [a]

_____. *Prototype Carbon Fund (PCF) Market Intelligence Report*. Washington, jun 2001. 27 p. [b]

FERRETTI, André Rocha. Mudanças climáticas no sequestro de carbono: vantagens para todos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIOMETEOROLOGIA, 3. Maringá – PR, 03 a 05 set. 2001. Maringá: Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), 2001. 16 p.

SUERDIECK, Sidnei S. Estágio recente e fundamentos do regime internacional de mudanças climáticas: abrindo a caixa-preta nas siglas do efeito estufa. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador: SEI, n. 98, p. 29-35, jul. 2002. [a]

SUERDIECK, Sidnei S. Condições e perspectivas do mercado de certificados de carbono. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador: SEI, n. 99, p. 38-44, ago. 2002. [b]

Notas

¹ Para uma pequena síntese sobre o conceito e a aplicação desta modalidade de projeto ambiental prevista pelo Protocolo de Quioto, ver SUERDIECK 2002 (a) e (b).

² Como as unidades de medida de sequestro de carbono têm suas quantificações variando entre tonelada de carbono equivalente ou tonelada equivalente de gás carbônico, convém registrar o valor de conversão entre estas medidas. No caso, cada tonelada de gás carbônico corresponde a cerca de 3,67 tonelada de carbono equivalente.

³ Por extrapolação simples, este projeto resultaria em 25 milhões de ton. de emissões de carbono resgatadas/evitadas em 40 anos.

** Sidnei Silva Suerdieck é bacharel em Ciências Econômicas pela UFBA, Gestor Governamental da SECOMP. ssuerdieck@secomp.ba.gov.br*

Consumo de energia elétrica: o difícil retorno pós-acionamento

O COMPORTAMENTO DAS CLASSES DE CONSUMO

O mercado de energia elétrica da Coelba no primeiro trimestre de 2003 alcançou 2.301.557 MWh, obtendo um crescimento de 7,63% com relação ao mesmo período de 2002. Considerando que a base comparativa carrega os meses de janeiro e fevereiro ainda sob efeito do racionamento de energia, o crescimento não foi significativo e ainda revela uma dificuldade do mercado em recuperar o consumo anterior ao racionamento. Portanto, quando se compara o resultado do trimestre com o do mesmo período de 2001 e 2000, obtém-se um decréscimo de 10,15% e 3,07%, respectivamente.

A classe residencial foi a que obteve o maior crescimento do período com um desempenho 13,14% acima do mesmo período em 2002, embora tenha registrado queda de 7,47% quando comparado com o ano de 2001 e de 6,24% com relação a 2000. Com esses resultados, a classe residencial demonstra lenta capacidade em recuperar a média de consumo por consumidor de 114,30 kWh/mês registrada em 2000, antes da imposição compulsória de redução no consumo de energia elétrica, mantendo o consumo médio no patamar de 94,69 kWh/mês por consumidor.

Registra-se no consumo residencial o impacto da Lei 10.438 que amplia a aplicação da tarifa social para consumidores com consumo até 220 kWh/mês, o que representa 35,40% do total da classe.

A classe industrial, que participou com 20,17% do consumo de energia elétrica no trimestre, acumulou queda de 17,57% com relação ao mesmo período de 2002, 22,25% com relação a 2001 e 17,75% com relação a 2000.

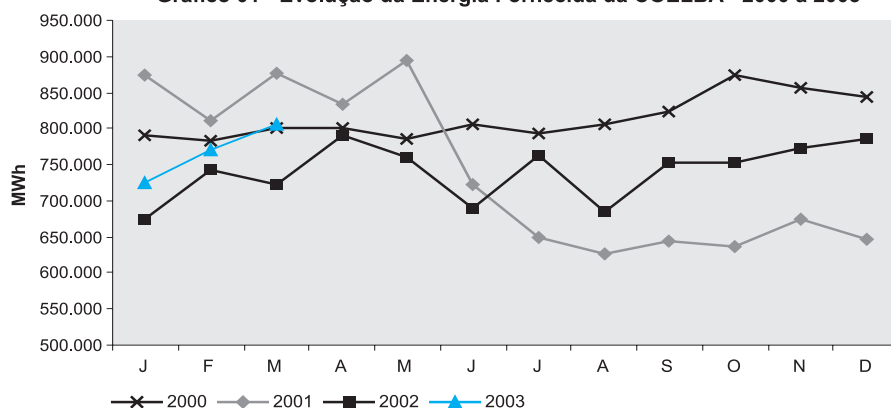
A principal explicação para essa queda é o próprio desaquecimento da economia, como reação às elevadas taxas de juros praticadas, desestimulando o investimento produtivo.

Conforme dados divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI - no *release* da Pesquisa Industrial Mensal, a indústria baiana de transformação apresentou recuo de 1,7% no acumulado de janeiro a março de 2003 com relação a igual período de 2002. Com esse desempenho na produção industrial do Estado,

O presente artigo analisa o comportamento do mercado de energia elétrica da Coelba nos primeiros três meses do ano de 2003. As classes de consumo, principalmente a residencial, comercial e industrial encontram-se fortemente influenciadas pela parcimônia no consumo de energia, resultante do racionamento de energia imposto no período de junho de 2001 a fevereiro de 2002.

Infere-se que uma das explicações para a retração no consumo observada, sobretudo, quando se comparam os resultados do I trimestre de 2003 com o de 2000, se deve, não apenas à aquisição de novos hábitos de consumo por parte dos consumidores, como também pela própria conjuntura econômica que apresenta traços de retração.

Gráfico 01 - Evolução da Energia Fornecida da COELBA - 2000 a 2003



Fonte: Evolução de Mercado (março, 2003)

Gráfico 02 - Evolução do Consumo Residencial - 2000 a 2003

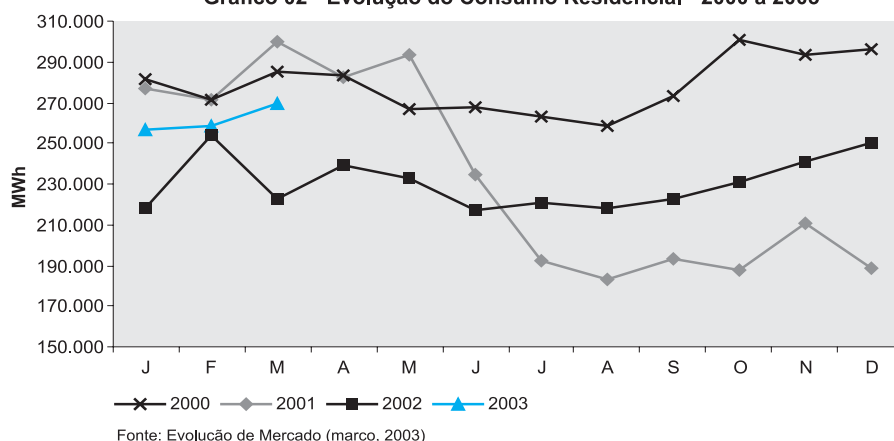


Gráfico 03 - Evolução do Consumo Industrial 2000 a 2003

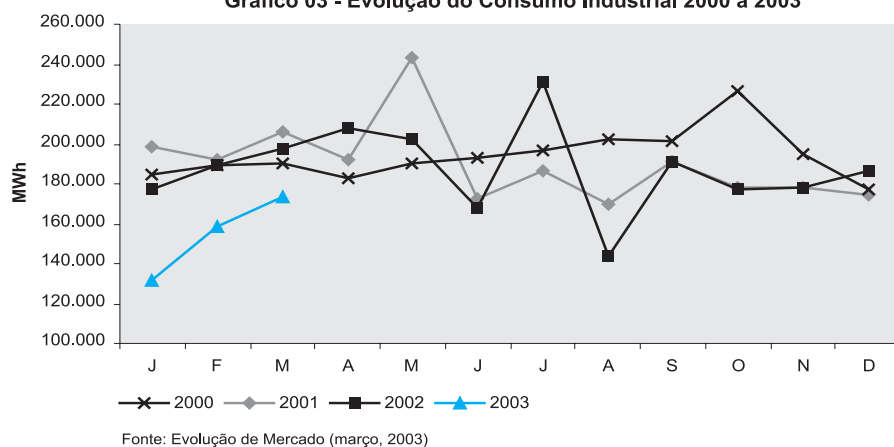
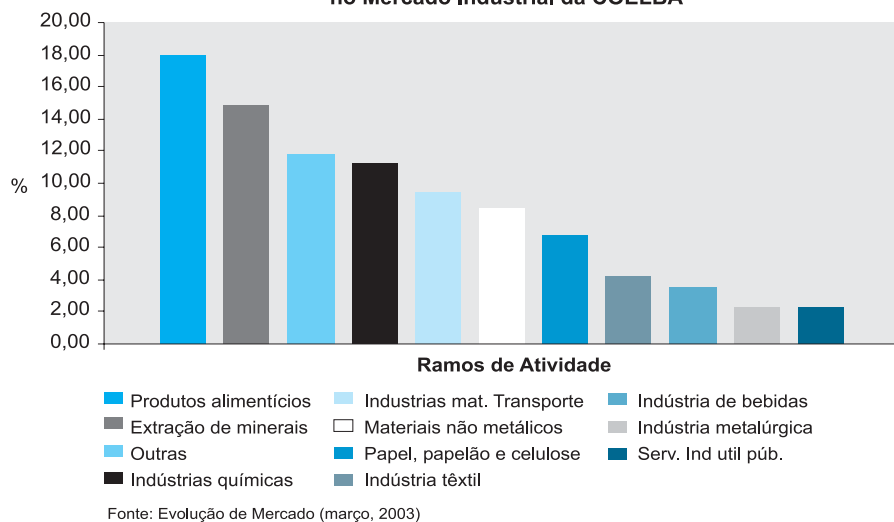


Gráfico 04 - Participação dos Ramos de Atividade no Mercado Industrial da COELBA



o mercado industrial da Coelba registrou queda no período de 17,57%.

O gênero que obteve uma das maiores taxas de crescimento na produção física no acumulado do ano (até março) em relação ao mesmo período de 2002 foi o de papel e papelão, com aumento de 10,6% com relação

a 2002, levando a um aumento de 17,34% no consumo de energia elétrica. O gênero de matérias plásticas registrou crescimento de 13,2% na produção física, o que provocou um aumento no consumo de energia elétrica de 2,53%.

Um aumento de 3,6% no desempenho do gênero produtos alimentares justificou o crescimento de 8,37% no mercado de energia elétrica, o que representa uma significativa variação para um gênero que detém 17,99% de participação no mercado industrial da empresa.

A queda mais significativa no mercado industrial da Coelba foi a do segmento de extração de minerais que acumulou -47,38% nos primeiros três meses do ano de 2003 com relação a igual período de 2002. Uma das explicações para esse desempenho foi o pífio crescimento de 0,6% registrado na produção física da classe no acumulado do ano de 2003.

A classe comercial, que possui forte correlação com a residencial, finalizou o trimestre com uma taxa 16,38% maior do que o realizado no mesmo período de 2002, 1,25% abaixo do ano de 2000 e 15,84% abaixo do ano de 2001.

Segundo dados divulgados pela SEI, a receita nominal de vendas (faturamento total sem excluir os efeitos da inflação) aumentou 14,54% no acumulado dos três

primeiros meses do ano comparativamente ao mesmo período do ano passado. Entretanto, observou-se no acumulado do primeiro trimestre do ano com relação ao primeiro trimestre de 2002 uma queda no volume de venda de 10,58%. A maior queda ficou por conta do segmento **combustíveis e lubrificantes** com performance de -13,62%, seguida de **hipermercados**,

Gráfico 05 - Evolução do Consumo Comercial 2000 a 2003

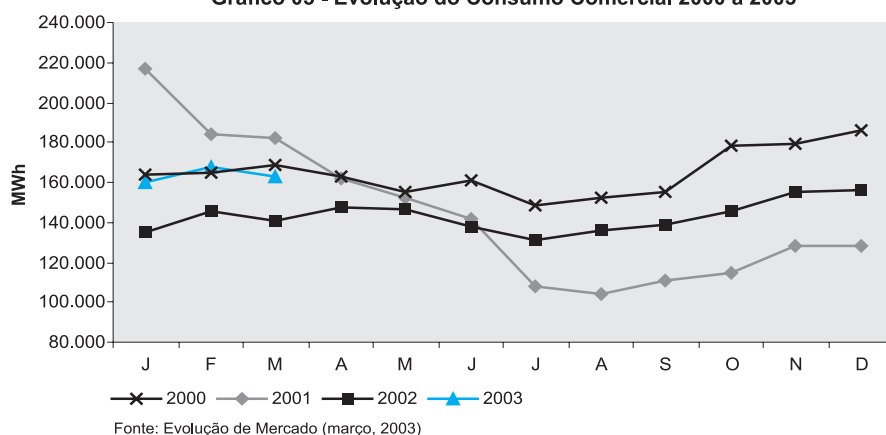


Gráfico 06 - Participação dos Ramos de Atividades no Mercado Comercial da COELBA

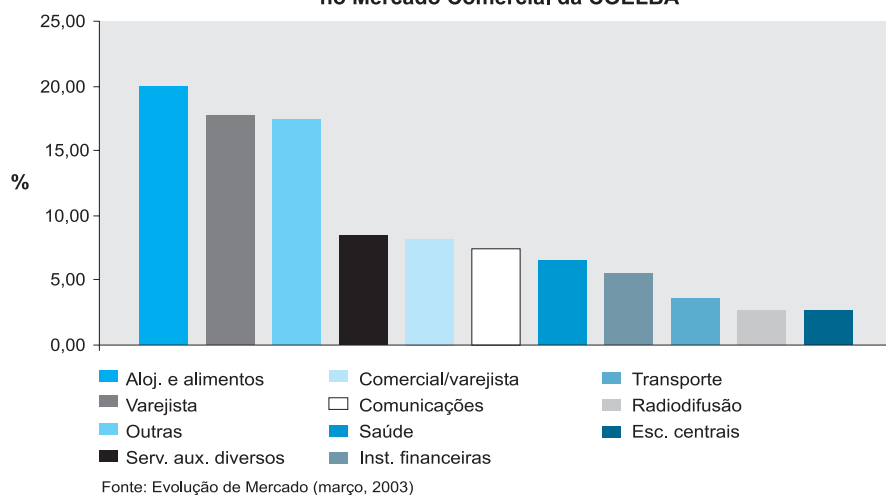
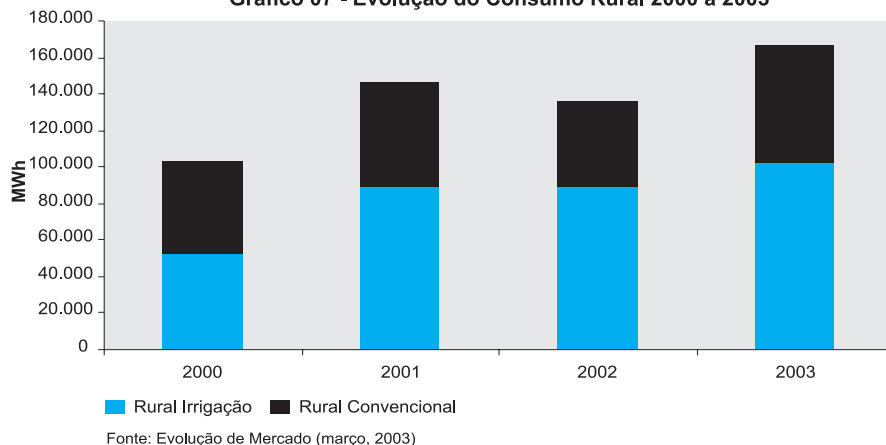


Gráfico 07 - Evolução do Consumo Rural 2000 a 2003



supermercados, produtos alimentícios e bebidas e fumo que teve queda de -11,08%.

A atividade de **serviços de alojamento e alimentação** aumentou 16,45% o consumo de energia elétrica no trimestre de 2003 em comparação ao trimestre de 2002. A relevância desse resultado se dá porque a classe possui

a maior participação no mercado comercial da empresa com 19,94%. Esse desempenho reflete o resultado da atividade turística que, embora menor que anos anteriores, aqueceu o comércio turístico baiano no período de alta estação em 2003.

O segmento de **hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo** é o mais representativo para a construção do indicador do comércio varejista baiano elaborado pela SEI com 40% na composição do mesmo. À queda de 13,62% no indicador, o segmento varejista registrou na Coelba aumento de 16,26% quando comparado o acumulado do ano no trimestre com mesmo período de 2002. A classe participa atualmente com 17,72% do mercado, obtendo a segunda maior participação.

A atividade **comercial/varejista** no mercado de energia elétrica da Coelba aumentou 20,34% em 2003 com relação a 2002 (comparação do trimestre). Esse crescimento é relevante para uma classe que tem atualmente uma participação relativa de 8,25% no mercado comercial da Coelba.

A classe rural, por sua vez, aumentou sua participação na energia fornecida da Coelba de 6,37% em 2002 para 7,22% em 2003. A classe tem apresentado uma evolução significativa nos últimos dois anos, tendo crescido 8,44% em 2001 e 11,41% em

2002. O maior crescimento médio do período 2000-2003, considerando o primeiro trimestre, foi da subclasse rural irrigação com crescimento de 42,42%, contra 23,85% da subclasse rural convencional.

O crescimento da rural irrigação no primeiro trimestre de 2003 com relação a igual período de 2002 foi de 15,48%, 14,97% com relação a 2001 e 96,81% com relação a 2000.

A subclasse rural convencional cresceu 34,07% no primeiro trimestre de 2003 com relação a 2002, 12,58% com relação a 2001 e 24,9% com relação a 2000, o que significa uma taxa média anual de 23,85%.

Percebe-se que o mercado de energia elétrica no primeiro trimestre de 2003 ainda não recuperou o consumo afetado pelo racionamento de energia, o que pode ser explicado, não apenas pela mudança de hábitos dos consumidores frente ao uso racional de energia elétrica, como também pela conjuntura econômica desaquecida o que leva a uma retração nos gastos com energia e bens de consumo em geral.

A denominação outras classes é dada ao consumo das classes iluminação pública, serviços públicos, poderes públicos, consumo próprio e revenda, que atualmente representam 17,16% do mercado total da Coelba. O consumo das outras classes registrou no primeiro trimestre de 2003 um aumento de 26,23% com relação ao mesmo período do ano de 2002.

O Gráfico 08 apresenta a participação das classes de consumo da Coelba, no qual predomina o consumo da classe residencial que detém 34,12% do consumo total da empresa. O consumo comercial aparece em seguida, com 21,32% do consumo total, em substituição ao consumo industrial que tem representado uma tendência de queda.

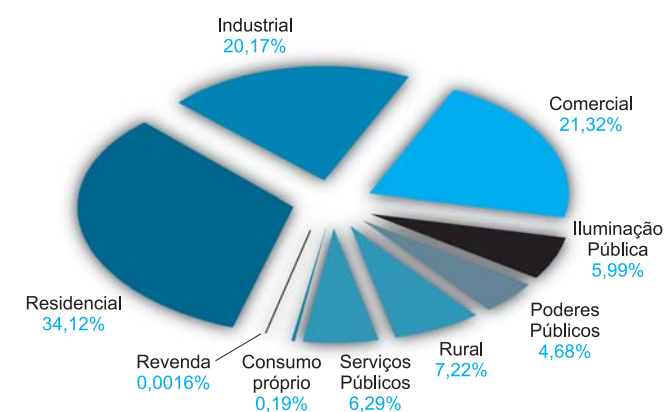
CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor elétrico brasileiro tem atravessado um período de incertezas quanto aos rumos que serão dados pelo atual governo ao modelo iniciado no anterior e não concluído adequadamente. As indefinições acerca das regras do jogo têm levado as empresas do setor, sobretudo as que passaram pelo processo de privatização, a rever planos de investimento e posicionamentos de mercado.

A Coelba, como agente do setor elétrico, tem sentido o impacto desse ambiente de turbulências que caracteriza o setor, sobretudo com a redução no fornecimento de energia para as classes de consumo. Um agravante é a própria situação sócio-econômica do país que representa um gargalo para o crescimento do consumo residencial e comercial, além do aumento da produção industrial. Com esse panorama, o mercado da Coelba ainda se encontra 10,15% abaixo do mercado realizado em 2000 e 3,07% do de 2001.

Os números apresentados refletem as condições sistêmicas desfavoráveis, o que comprometeu o resultado da Coelba no primeiro trimestre do ano de 2003. A expectativa para o próximo trimestre é que o desaquecimento econômico persista e que o investimento produtivo se mantenha em patamar conservador, desestimulando o consumo de energia elétrica.

**Gráfico 08 - Participação das Classes na Energia Fornecida da COELBA
Jan/Mar de 2003**



Fonte: COELBA (março, 2003)

** Equipe técnica do CGM/CO -
Verônica Barreto Santos, Aline Fróes
Almeida Costa, Laucides Damasceno
Almeida, Márcio Berbert Voss,
Raimundo Nonato Barreto Ribeiro.*

INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS NO ESTADO DA BAHIA

NOVOS INVESTIMENTOS TOTALIZAM R\$ 19,8 Bi

Os investimentos industriais anunciados para o Estado da Bahia, a serem realizados no período referente a 2003-2007, totalizaram um volume da ordem de R\$ 19,8 bilhões que agregam 350 projetos. Do total dos investimentos anunciados, 54,6% corresponde a implantação de novas unidades industriais, agregando um volume de acima de R\$ 10,8 bilhões. Para os investimentos em ampliação, esse volume alcança R\$ 8,9 bilhões, representando 45,4% do total. Esses investimentos estão subdivididos em nove eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

Esses investimentos deverão gerar mais de 65 mil empregos diretos, depois de iniciadas a produção de todas as unidades industriais. O eixo metropolitano absorverá um maior contingente de pessoas 40,6%, seguido do São Francisco, com 16,5%. Dentre os demais eixos de desenvolvimento, destacam-se, o Grande Recôncavo, com 13%, Chapada, com 8,6%, Mata Atlântica, com 8,1% e Extremo Sul, com 6,1%.

Do total do volume de investimentos anunciados, 75% encontram-se alocados nos complexos Madeireiro (40%), Químico-petroquímico (17%) e Atividade Mineral e Beneficiamento (17%) que juntos agregam um volume de recursos da ordem de R\$ 14,7 bilhões. Esses complexos agregam 92 projetos de empresas de médio e grande porte que representam 26% do total de projetos

anunciados. Com esses resultados, pode-se confirmar a tendência de que os maiores volumes de investimentos estão alocados nos grandes empreendimentos industriais. Os demais complexos Agroalimentar (4%), Calçados/Têxtil/Confecções (5%), Eletroeletrônico (3%), Metal-mecânico (5%), Transformação Petroquímica (5%) e Outros (4%) agregam um volume da ordem de R\$ 5 bilhões.

Quanto à sua localização, os investimentos indicados pelos Eixos de Desenvolvimento, concentram-se no Metropolitano e o Extremo Sul agregam 86% do total dos investimentos anunciados para o Estado, o que corresponde a um volume de aproximadamente R\$ 17 bilhões. Esses eixos agregam 195 projetos de investimentos, o que representa 56% do número de projetos. Os demais eixos, Chapada, Grande Recôncavo, Mata Atlântica, Nordeste, Planalto, São Francisco e A Definir, agregam um volume de investimentos acima de R\$ 2,7 bilhões, representando 14% do total.

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do Estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991 com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, destacando-se: em 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para



o setor de calçados e seus componentes; em 1998 com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o programa Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão

se instalando e ampliando a sua capacidade em 2003, encontram-se a Veracel Celulose, Bahia Sul Celulose, RLAM, Petrobrás, Braskem, Moinho Dias Branco, BMD Têxteis, Robert Bosch, Carbonatos.

Tabela 1
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por Complexo de Atividade
2003 - 2007

COMPLEXO	VOLUME (R\$1.000,00)	Nº. PROJETOS
Agroalimentar	845.175	52
Atividade Mineral e Beneficiamento	3.348.859	27
Calçados/Têxtil/Confecções	904.934	35
Complexo Madeireiro	7.997.260	14
Eletroeletrônico	567.946	56
Metal-Mecânico	1.063.776	57
Químico-petroquímico	3.434.337	51
Transformação Petroquímica	915.417	50
Outros	726.065	8
TOTAL	19.803.769	350

Fonte: SICM/Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 28/02/2003.

Tabela 2
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por Eixo de Desenvolvimento
2003 - 2007

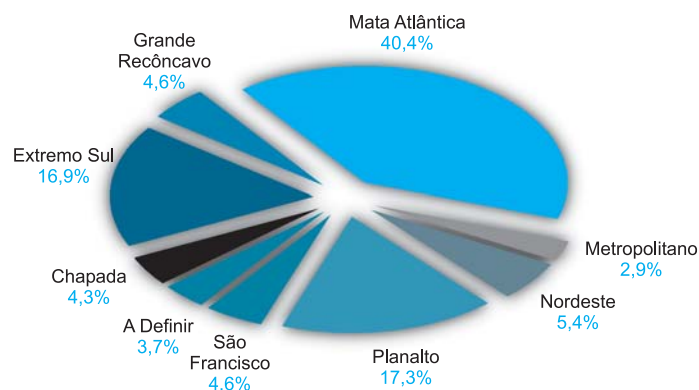
EIXO	VOLUME (R\$1.000,00)	Nº. PROJETOS
Chapada	62.524	13
Extremo Sul	8.439.839	10
Grande Recôncavo	729.167	49
Mata Atlântica	758.291	46
Metropolitano	8.613.968	185
Nordeste	19.204	5
Planalto	135.777	8
São Francisco	816.145	25
A Definir	228.854	9
TOTAL	19.803.769	350

Fonte: SICM/Jornais Diversos

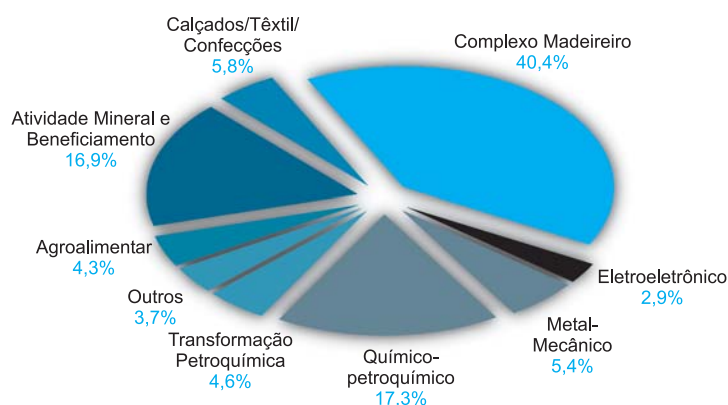
Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 28/02/2003.

Investimentos Previstos para a Bahia - 2003 / 2007
Participação dos Investimentos por Eixo de Desenvolvimento



Investimentos Previstos para a Bahia - 2003 / 2007
Participação dos Investimentos por Complexo de Atividade



METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS NO ESTADO DA BAHIA

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no Estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLANTEC, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no Estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no Estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no site dessa instituição, com dados a partir de 2000, apresentando valores acumulados.





NEGÓCIOS

MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA É CONTEMPLANDO COM FÁBRICA DE CALÇADOS

A Bahia vai ganhar mais uma fábrica calçadista, que fortalecerá ainda mais o seu pólo industrial. Desta vez, o município contemplado é Vitória da Conquista, na região sudoeste, onde o governador Paulo Souto assinou no dia 12 de maio, o protocolo que possibilitará a implantação da segunda unidade da Dilly Nordeste no estado, com produção voltada para componentes de calçados.

Esta indústria calçadista, que já tem uma planta em funcionamento no município de Santo Estevão, na região de Feira de Santana, vai investir R\$ 15 milhões para instalar uma fábrica no Km 1 da BA-263. Com os R\$ 7,4 milhões correspondentes a investimentos públicos, o projeto totalizará R\$ 22,4 milhões.

A capacidade de produção dos componentes possibilitará a fabricação de 30 mil pares de tênis/dia, com a perspectiva de gerar 1.200 empregos diretos.

Município terá fábrica de componentes de calçados. Tribuna da Bahia, 13/5/2003.

TRADICIONAL HOTEL DA RUA CHILE SERÁ REVITALIZADO COM CAPITAL PORTUGUÊS

O centro de Salvador vai ganhar um hotel de alto luxo, com padrão cinco estrelas. O Palace Hotel, localizado na Rua Chile, acaba de ser comprado pelo grupo

português Alexandre de Almeida (AA) e será totalmente reformado. A previsão é que o empreendimento seja reinaugurado no final do próximo ano.

As reformas no Palace começam a partir do segundo semestre deste ano. A estrutura interna do hotel será totalmente modificada. Os 110 apartamentos serão reduzidos para 80. A fachada e o nome serão mantidos para não descaracterizar a região e manter a tradição histórica do empreendimento.

A Bahia foi escolhida, de acordo com Fonseca, devido ao desenvolvimento turístico do estado. O grupo AA é especializado em turismo histórico e já estuda a possibilidade de aplicar em novos empreendimentos no Brasil. “Em hotelaria, os custos operacionais são altos para manter apenas 80 apartamentos”, explica o representante dos portugueses, dizendo que novos investimentos podem ser feitos na Bahia, mas ainda não há nada definido.

Grupo português investe em hotel tradicional de Salvador. Correio da Bahia, 12/5/2003.

INVESTIMENTO DE R\$ 1,8 MILHÕES PROPORCIONA CRIAÇÃO DE AVESTRUZ NO SEMI-ÁRIDO BAIANO

“Estamos juntando a fome com a vontade de comer”, diz o empresário paulista Maurício Lupifere, proprietário do Grupo Aravestruz, referindo-se às vantagens da região de Paulo Afonso, no semi-árido baiano, para criação de avestruz (ave natural de climas desérticos), e às necessidades de atração de novos empreendimentos para dinamizar a economia da região. O grupo está investindo R\$1,8 milhão na construção de um frigorífico e um



curtume no município, que deverão gerar cerca de 300 empregos diretos. A Aravestruz garante que mais de mil criadores já estão cadastrados no estado para iniciar a produção, o que também gerará empregos indiretos - cada hectare gera um emprego.

A maioria dos criadores cadastrados em Paulo Afonso é formada por pessoas que já estão atuando em outras atividades e que terão no avestruz uma complementação de renda. O investimento inicial de cada criador é na aquisição de dois casais, que produzirão, juntos, 40 filhotes por ano. O preço médio de cada filhote é de R\$1,3 mil e de um reprodutor R\$7 mil.

Além de incentivos fiscais do governo estadual, que facilitaram a instalação do frigorífico e do curtume, o projeto conta com linhas de crédito do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste para os pequenos criadores, com taxas de juros e prazos especiais. Os investimentos dos criadores terão retorno garantido, assegura Lupifieri, observando que o próprio grupo tem o compromisso de comprar toda a produção para abater no frigorífico, que tem capacidade para 100 mil aves por ano.

Grupo investe R\$1,8 mi no semi-árido. Correio da Bahia, 19/5/2003.

BAHIA RECEBE INVESTIMENTOS NA ÁREA DE FERTILIZANTES

A terceira maior indústria misturadora de fertilizantes do país, a Heringer, anunciou que vai montar uma fábrica na Bahia. A unidade será instalada em Candeias, na região metropolitana de Salvador, e começará a produzir em julho do próximo ano.

O investimento na primeira fase será de R\$ 3,6 milhões. No total, o valor deve chegar a R\$ 6 milhões para uma capacidade de produção de 200 mil toneladas por ano. A empresa usa matéria-prima de outras empresas, como o superfosfato, e produz o fertilizante pronto para o consumo.

A fábrica em Candeias será a primeira investida no mercado nordestino. "O que nos atraiu foi o crescimento do mercado, especialmente no oeste do Estado", diz Alfredo Fardin, diretor-comercial da empresa. Só no setor de grãos, encabeçado pela soja, a produção subiu de 607 mil toneladas em 1990 para 3,3 milhões de toneladas no ano passado. Segundo Fardin, o mercado baiano representa 50% do total do Nordeste no setor de fertilizantes.

O mercado ascendente de fertilizantes tem chamado a atenção de indústrias do setor. Recentemente, a Galvani anunciou que vai investir cerca de R\$ 75 milhões até 2004 para explorar uma jazida de apatita em Campo Alegre de Lourdes e montar uma unidade industrial em Juazeiro.

Heringer deverá investir R\$ 6 mi em fábrica na Bahia. Valor, 16/5/2003.



INDICADORES

BAHIA APRESENTA EXCELENTE CRESCIMENTO NO SETOR DE REFEIÇÕES

Com 4,7 milhões de refeições comercializadas por dia em 2002, o setor movimentou R\$4,2 bilhões em todo o país, montante 7,6% maior em relação a 2001, de acordo com dados da Associação Brasileira das Empresas de Refeições Coletivas (Aberc), que responde por 90% das empresas do mercado. Para este ano, o setor espera um incremento de 19% no faturamento - que deve chegar aos R\$5 bilhões - e de 10,6% na quantidade de refeições fornecidas. Na Bahia, a expectativa para o setor é superior à nacional, com um volume de vendas 20% maior, e crescimento de 15% no número de refeições.

O presidente do Sindicato das Empresas de Refeições Coletivas do Estado da Bahia (Sinderc), Ademar Lemos, diz que o faturamento poderia ter sido muito maior em 2002, não fosse a grande dificuldade de repasse dos custos das matérias-primas, dos insumos e dos preços públicos, além dos transtornos para transferir os custos aos tomadores de serviço. “A expectativa era de um aumento de 15% no faturamento global. Toda a pressão sobre os preços dos alimentos, o alto custo do capital, a desorientação do mercado e a falta de uma perspectiva mais segura encolheram nossas margens de resultados”, conta Lemos.

Segundo levantamento da Aberc, em 2002, a pressão inflacionária sobre a alimentação fora do lar atingiu mais de 25%, contra uma inflação oficial de 12%, afetando duramente a rentabilidade das empresas de refeições coletivas. As perdas variaram de 30% a 50%. Ademar Lemos reforça os números de desajuste citando que a elevação de preços dos gêneros alimentícios chegou a 40%, “muito maior em relação aos reajustes das refeições”. O presidente aponta a farinha, os hortifrutigranjeiros e o óleo de soja como os gêneros que mais pesaram no orçamento.

Mercado de refeições coletivas cresce na Bahia. Correio da Bahia, 19/5/2003.

AÇÃO GOVERNAMENTAL

PROGRAMA DE INCENTIVO A EMPREENDEDORES É LANÇADO NA REGIÃO SISALEIRA

Estudando a quinta e sexta séries do ensino fundamental, Evandro foi um dos primeiros empreendedores a buscar o Programa de Microcrédito do Estado da Bahia (CrediBahia), lançado dia 12 de maio, em Valente, pelo secretário do Trabalho e Ação Social, Eduardo Oliveira Santos, e pelo diretor da Desenhahia, Caio Greve.

O público-alvo do CrediBahia é formado por empreendedores com dificuldade de acesso ao mercado financeiro tradicional ou proprietários de micro e pequenas empresas geradoras de trabalho e renda nas áreas de produção, comércio ou prestação de serviços.

São critérios para obter o crédito: ser brasileiro ou estrangeiro com visto de permanência, ter mínimo de um ano de residência no município onde é desenvolvida a atividade econômica, não estar negativado em nenhum órgão cadastral restritivo e possuir empreendimentos que apresentem as seguintes características: viabilidade econômico-financeira, capacidade de gerar emprego, ocupação e renda e pelo menos seis meses de funcionamento. O valor mínimo do financiamento é de R\$ 200, e o máximo, R\$ 5 mil.

Setras e Desenhahia lançam o CrediBahia na região sisaleira. Diário Oficial, 15/5/2003;



BAHIA INVESTE NA PRODUÇÃO DE TRIGO PARA REDUZIR DEPENDÊNCIA EXTERNA

As primeiras sementes de trigo comercial foram plantadas ontem, na Bahia, pelo governador Paulo Souto, na Fazenda Progresso, que fica no município de Ibicoara, na Chapada Diamantina. O ato integra a política do governo baiano de incentivo à produção do cereal, cujo consumo brasileiro depende em 70% de importações. O projeto é baseado em experimentos que registraram uma produtividade de 5 mil quilos por hectare, na produção irrigada, contra a média nacional que é de 4 mil quilos por hectare.

Inicialmente, vão ser plantados 500 hectares de variedades desenvolvidas pela Embrapa e já testadas, com sucesso, pela Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) na região, onde o clima e a altitude mostram-se totalmente favoráveis. Além dos 500 hectares plantados pela iniciativa privada, a EBDA irá manter uma área experimental de 2 hectares, onde irá desenvolver novas variedades do grão, abrindo perspectivas do estado investir numa atividade cada vez mais rentável, considerando-se as constantes altas do trigo nos mercados interno e externo.

Com cultivos diversos, a Chapada Diamantina tem, para este ano, previsões de faturamento de R\$ 130 milhões, o equivalente a 95 mil hectares da cultura de soja e a expectativa de geração em torno de 3 mil empregos diretos e cerca de 12 mil indiretos.

Produção baiana pode reduzir importação nacional de trigo. Tribuna da Bahia, 19/5/2003.

LAPÃO RECEBE INCENTIVOS PARA A PRODUÇÃO DE LEGUMINOSAS

Numa demonstração de incentivo ao desenvolvimento da agricultura no estado, o governador Paulo Souto visitou no dia 24 de maio o município de Lapão, na microrregião de Irecê, onde inaugurou a primeira fábrica nordestina de cenouretes (minicenouras semelhantes à baby carrot americana) e catetinhos (minicenouras em forma de bolinhas) embalados a vácuo.

Foram investidos R\$ 70,2 mil na fábrica, sendo R\$ 7,5 mil destinados aos três conjuntos de duas máquinas que irão processar cenouras. Desse montante, R\$ 50 mil foram oriundos da Secretaria da Agricultura (Seagri) com a contrapartida de R\$ 20,2 mil da prefeitura municipal. A capacidade de produção com as máquinas chegará a 500 quilos por dia. Os dois tipos de cenoura a serem produzidos pelos equipamentos (cenourete e catetinho) são de grande competitividade no mercado.

A produção será destinada às regiões metropolitanas de Salvador e Recife, ambas com bom potencial de consumo, de acordo com pesquisa de mercado realizada pelo Sebrae-Ba e pela Secretaria da Agricultura. O projeto da fábrica foi implantado pela Cooperativa Agropecuária Mista de Lapão (Coal/Copral). Após o processamento, a agregação de valor será superior a 200%, proporcionando excelente retorno financeiro para as 200 famílias envolvidas na cadeia produtiva.

Além do conjunto de máquinas processadoras, a agroindústria é composta de uma máquina de empacotar a vácuo, câmara fria estacionária, 1.000 contentores plásticos para transportes e equipamento para instalação de poço tubular.

Governador vai a Lapão inaugurar indústria de cenouretes e catetinhos. Diário Oficial, 26/5/2003.



LEGISLAÇÃO

UNIÃO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS

Decreto n.º 4.678, de 24 de abril de 2003 – Dispõe sobre as atribuições e composição do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC.

Decreto n.º 4.680, de 24 de abril de 2003 – Regulamenta o direito à informação, assegurado pela lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, sem prejuízo do cumprimento das demais normas aplicáveis.

Decreto de 25 de abril de 2003 – Cria, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, o projeto Brasil-Venezuela

Decreto n.º 4.683, de 28 de abril de 2003 – Dispõe sobre a execução da Ata de Ratificação do Acordo de Complementação Econômica n.º 53, entre os governos da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos Mexicanos, de 21 de fevereiro de 2003.

Decreto de 05 de maio de 2003 – Altera o artigo 1º do decreto de 23 de maio de 1996, que homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Padre, localizada no município de Autazes, no estado do Amazonas.

Decreto n.º 4.691, de 09 de maio de 2003 – Estabelece restrições para execução, no exercício de 2003, das despesas que especifica, e dá outras providências.

Decreto n.º 4.694, de 12 de maio de 2003 – Altera os artigos 19, 22 e 23 do estatuto da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, aprovado pelo decreto n.º 3.604, de 20 de setembro de 2000.

Decreto de 13 de maio de 2003 – Institui grupo de trabalho com a finalidade de rever as disposições contidas no decreto n.º 3.912, de 10 de setembro de 2001, e propor nova regulamentação ao reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação, registro imobiliário das terras remanescentes de quilombos e dá outras providências.

Decreto de 16 de maio de 2003 – Abre aos orçamentos fiscal e da seguridade social da união, em favor de diversos órgãos dos Poderes Judiciário e Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 39.178.399,00, para reforços de dotações consignadas na lei orçamentária vigente.

Decreto n.º 4.702, de 21 de maio de 2003 – Promulga o acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo dos Estados Unidos da América relativo à cooperação entre suas autoridades de defesa e concorrência na aplicação de suas leis de concorrência.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS

Lei n.º 10.668, de 14 de maio de 2003 – Autoriza o poder executivo a instituir o Serviço Social Autônomo Agência de Promoção de Exportações do Brasil – Apex-Brasil, altera os artigos 8º e 11º fs Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.

Lei n.º 10.675, de 19 de maio de 2003 – Autoriza o poder executivo a abrir, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito extraordinário no valor de R\$ 128.000.000,00, para fins que especifica.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

ATOS DECLARATÓRIOS

Ato declaratório executivo n.º 23, de 09 de maio de 2003 – Prorroga o prazo de vigência do regime aduaneiro de Admissão Temporária, no caso que especifica.

Ato declaratório executivo n.º 24, de 09 de maio de 2003 – Autoriza a utilização dos formulários de declaração simplificada de importação e de exportação, no caso que especifica.

Ato declaratório interpretativo n.º 09 de 16 de maio de 2003 – Dispõe sobre a incidência da CPMF na transferência de recursos financeiros.

Ato declaratório interpretativo n.º 10 de 19 de maio de 2003 – Dispõe sobre a incidência de alíquota zero da CPMF, na hipótese de transferência de recursos de conta conjunta de até dois titulares, pessoas físicas.

ESTADO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

INSTRUÇÕES NORMATIVAS

Instrução Normativa n.º 324, de 28 de abril de 2003

– Aprova o programa e as instruções para preenchimento da Declaração sobre Operações Imobiliárias, versão 5.0, define regras para a sua apresentação e dá outras providências.

Instrução Normativa n.º 322, de 24 de abril de 2003

– Altera a instrução SRF n.º 266, de 23 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o regime especial de depósito alfandegado certificado.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Instrução n.º 387, de 28 de abril de 2003 – Estabelece normas e procedimentos a serem observados nas operações realizadas com valores mobiliários, em pregão e em sistemas eletrônicos de negociação e de registro em bolsas de valores e de bolsas de mercadorias e futuros e dá outras providências.

DECRETOS

Decreto n.º 8.509 de 06 de maio de 2003 – Regulamenta o artigo 5º, inciso III, alínea “a”, da lei n.º 8.538, de 20 de dezembro de 2002, que instituiu o conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e dá outras providências.

Decreto n.º 8.511, de 06 de maio de 2003 – Procede a alteração n.º 41 ao regulamento do ICMS, e dá outras providências.

Decreto n.º 8.524, de 14 de maio de 2003 – Dispõe sobre a criação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado da Bahia – CONSEA-BA.

Decreto n.º 8.532, de 19 de maio de 2003 – Institui a comissão de acompanhamento do projeto de gestão integrada da orla marítima do estado da Bahia, e dá outras providências.

Decreto financeiro n.º 80 de 21 de maio de 2003 – Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social crédito suplementar, na forma que indica, e dá outras providências.

Decreto n.º 8.549, de 29 de maio de 2003 – Institui o grupo executivo para acompanhamento do projeto de implantação da Veracel Celulose S.A, no estado da Bahia, e dá outras providências.





**SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA**

Serviço de Atendimento ao Usuário: de 2^o a 6^o, das 9:00 às 18:30
Tel.: (71) 370 4823/4822 Fax: (71) 371 1853
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br
Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4^o Avenida - 2^o and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia - tel.: (71) 371 9665

INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA SOCIEDADE

INDICADORES CONJUNTURAIS

INDICADORES ECONÔMICOS

IPC

Índice de Preços ao Consumidor
Salvador - Maio/2003

Grandes Grupos	Variações do Mês %		Variações Acumuladas %		Índice Acumulado	
	Maio/02	Maio/03	No Ano Jan-Mai/03	Últ. 12 Meses	Abr/92 = 100	Jun/94=100
1. Alimentos e Bebidas	-0,13	0,92	7,43	21,19	314081,90	210,55
2. Habitação e Encargos	1,97	4,86	7,77	11,60	514425,50	411,37
3. Artigos de Residência	-0,39	0,46	3,56	14,92	245532,30	205,22
4. Vestuário	0,13	1,30	3,33	7,99	279125,90	163,81
5. Transporte e Comunicação	1,36	-0,05	9,29	22,73	474784,90	513,84
6. Saúde e Cuidados Pessoais	1,65	1,15	8,90	17,36	489221,40	260,64
7. Despesas Pessoais	1,08	0,37	6,15	10,78	547279,40	313,81
8. Geral	0,61	1,07	6,78	16,37	386964,10	269,63

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI

Nota: O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimentos de 1 a 40 S.M.



AGRICULTURA

Produção Física e Rendimento Médio dos Principais Produtos
Bahia - 2002-2003

Produtos do LSPA ⁽¹⁾	Produção Física em t			Rendimento Médio em Kg/ha		
	2002 ⁽²⁾	2003 ⁽³⁾	Varição (%)	2002 ⁽²⁾	2003 ⁽³⁾	Varição (%)
Lavouras Temporárias						
Abacaxi ⁽⁴⁾	120.305	109.842	-8,7	24.338	23.658	-2,8
Algodão Herbáceo	187.120	297.203	58,8	2.526	3.094	22,5
Alho	9.963	13.471	35,2	8.126	8.430	3,7
Amendoim	3.388	7.898	133,1	878	1364	55,4
Arroz Total	36.176	30.287	-16,3	1.401	1.762	25,8
Arroz Sequeiro	28.338	22.925	-19,1	1.177	1.489	26,5
Arroz Irrigado	7.838	7.362	-6,1	4.489	4.106	-8,5
Batata-inglesa	40.010	69.510	73,7	23.302	28.759	23,4
Cana-de-açúcar	4.936.814	4.520.676	-8,4	57.362	56.269	-1,9
Cebola	77.858	130.975	68,2	19.801	24.796	25,2
Feijão Total	453.546	405.334	-10,6	814	598	-26,6
Feijão 1ª Safra	165.838	134.577	-18,9	436	394	-9,6
Sequeiro	98.108	79.055	-19,4	449	409	-8,9
Irrigado	2.109	2.200	4,3	1.883	1.467	-22,1
Caupi	65.621	53.322	-18,7	408	363	-11,0
Feijão 2ª Safra	287.708	270.757	-5,9	741	805	8,6
Sequeiro	253.170	270.757	6,9	681	805	18,2
Irrigado	34.538	—	—	2.141	—	—
Caupi	nd	—	—	nd	—	0,0
Fumo	9.133	10.417	14,1	856	880	2,8
Mamona	90.506	81.925	-9,5	749	665	-11,2
Mandioca	3.629.572	3.960.192	9,1	12.642	12.558	-0,7
Milho Total	967.015	1.459.475	50,9	1.684	3.917	132,6
Milho 1ª Safra	701.097	1.125.374	60,5	2.331	3.021	29,6
Sequeiro	618.962	980.059	58,3	2.142	2.806	31,0
Irrigado	82.135	145.315	76,9	6.931	6.245	-9,9
Milho 2ª Safra	265.918	334.101	25,6	777	—	—
Sequeiro	265.112	334.101	26,0	775	1093	41,0
Irrigado	806	—	—	2.879	—	—
Soja	1.464.000	1.632.000	11,5	1.830	1.920	4,9
Sorgo Granífero	36.723	82.022	123,4	1.226	1.610	31,3
Tomate	175.367	—	—	31.695	—	—
Tomate de Mesa	150.217	138.426	-7,8	31.805	38.366	20,6
Tomate para Indústria	25.150	—	—	31.049	—	—
Lavouras Permanentes						
Banana ⁽⁵⁾	824.776	764.707	-7,3	16.355	15.017	-8,2
Cacau	126.812	110.464	-12,9	221	230	4,1
Café	186.806	169.373	-9,3	1.285	1.146	-10,8
Castanha-de-cajú	4.882	5.600	14,7	265	286	7,9
Coco-da-baía ⁽⁴⁾	452.157	731.208	61,7	5.980	9.647	61,3
Dendê	nd	nd	—	nd	nd	—
Guaraná	2.924	2.342	-19,9	499	398	-20,2
Laranja	861.831	926.346	7,5	17.701	18.243	3,1
Mamão	853.190	783.600	-8,2	45.550	46.285	1,6
Maracujá ⁽⁴⁾	nd	nd	—	nd	nd	—
Pimenta-do-reino	2.042	2.600	27,3	2.140	2.311	8,0
Sisal	182.903	170.711	-6,7	900	853	-5,2
Uva	84.056	83.383	-0,8	30.444	30.521	0,3

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

(1) A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996.

(2) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), maio/2002 (dados sujeitos a retificação).

(3) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), maio/2003 (dados sujeitos a retificação).

(4) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.



Área Plantada, Área Colhida e Área Perdida dos Principais Produtos Bahia - 2002-2003

Produtos do LSPA ⁽¹⁾	Área Plantada em ha			Área Colhida em ha			Área Perdida em ha ⁽⁴⁾	
	2002 ⁽²⁾	2003 ⁽³⁾	Variação (%)	2002 ⁽²⁾	2003 ⁽³⁾	Variação (%)	2002 ⁽²⁾	2003 ⁽³⁾
Lavouras Temporárias								
Abacaxi	4.943	4.643	-6,1	4.943	4.643	-6,1	0	0
Algodão Herbáceo	74.078	96.606	30,4	74.078	96.047	29,7	0	559
Alho	1.296	1.598	23,3	1.296	1.598	23,3	0	0
Amendoim	3.859	5.791	50,1	3.859	5.791	50,1	0	0
Arroz Total	26.068	17.187	-34,1	25.818	17.187	-33,4	250	0
Arroz Sequeiro	24.322	15.394	-36,7	24.072	15.394	-36,1	250	0
Arroz Irrigado	1.746	1.793	2,7	1.746	1.793	2,7	0	0
Batata-inglesa	1.717	2.417	40,8	1.717	2.417	40,8	0	0
Cana-de-açúcar	86.064	80.386	-6,6	80.341	80.341	0,0	5723	45
Cebola	3.932	5.282	34,3	3.932	5.282	34,3	0	0
Feijão Total	793.462	743.387	-6,3	772.237	678.279	-12,2	21.225	65.108
Feijão 1ª Safra	405.304	406.907	0,4	384.079	341.799	-11,0	24.825	65.108
Sequeiro	242.941	256.544	5,6	218.416	193.216	-11,5	24.525	63.328
Irrigado	1.120	1.500	33,9	1.120	1.500	33,9	0	0
Caupi	161.243	148.863	-7,7	160.943	147.083	-8,6	300	1.780
Feijão 2ª Safra	388.158	336.480	-13,3	388.158	336.480	-13,3	0	0
Sequeiro	372.028	336.480	-9,6	372.028	336.480	-9,6	0	0
Irrigado	16.130	—	—	16.130	—	—	0	—
Caupi	nd	—	—	nd	—	—	nd	—
Fumo	10.664	11.833	11,0	10.664	11.833	11,0	0	0
Mamona	120.904	123.221	1,9	120.904	123.221	1,9	0	0
Mandioca	287.099	327.604	14,1	287.099	327.604	14,1	0	0
Milho Total	687.804	481.911	-29,9	642.980	372.565	-42,1	44.824	109.346
Milho 1ª Safra	345.599	481.911	39,4	300.775	372.565	23,9	44.824	109.346
Sequeiro	333.749	458.641	37,4	288.925	349.295	20,9	44.824	109.346
Irrigado	11.850	23.270	96,4	11.850	23.270	96,4	0	0
Milho 2ª Safra	342.205	0	0,0	342.205	0	0,0	0	—
Sequeiro	341.925	305.799	-10,6	341.925	305.799	-10,6	0	0
Irrigado	280	565	101,8	280	565	101,8	0	0
Soja	800.000	850.000	6,3	800.000	850.000	6,3	0	0
Sorgo Granífero	30.065	60.700	101,9	29.965	50.950	70,0	100	9.750
Tomate	5.533	3.608	-34,8	5.533	—	—	0	0
Tomate de Mesa	4.723	3.608	-23,6	4.723	3.608	-23,6	0	0
Tomate para Indústria	810	—	—	810	—	—	0	—
Lavouras Permanentes								
Banana	50.429	51.561	2,2	50.429	50.923	1,0	0	638
Cacau	574.586	576.573	0,3	574.586	480.639	-16,4	0	95.934
Café	153.526	153.308	-0,1	145.385	147.769	1,6	8.141	5.539
Castanha-de-cajú	18.416	19.547	6,1	18.416	19.547	6,1	0	0
Coco-da-baía	78.025	78.692	0,9	75.614	75.800	0,2	2.411	2.892
Dendê	nd	nd	—	nd	nd	—	nd	nd
Guaraná	5.857	5.879	0,4	5.857	5.879	0,4	0	0
Laranja	48.687	50.797	4,3	48.687	50.778	4,3	0	19
Mamão	18.731	16.938	-9,6	18.731	16.930	-9,6	0	8
Maracujá	nd	nd	—	nd	nd	—	nd	nd
Pimenta-do-reino	954	1.125	17,9	954	1.125	17,9	0	0
Sisal	203.305	200.178	-1,5	203.305	200.178	-1,5	0	0
Uva	2.761	2.732	-1,1	2.761	2.732	-1,1	0	0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

(1) A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996.

(2) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), maio/2002 (dados sujeitos a retificação).

(3) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), maio/2003 (dados sujeitos a retificação).

(4) Equivale à área plantada menos a área colhida.



INDÚSTRIA

Produção Física da Indústria e dos Principais Gêneros

Bahia - 2003

Em %

Classes e Gêneros	Mar03/Fev03*	Mar03/Mar02	Acumulado no Ano**	Últimos 12 meses***
Indústria Geral	10,9	4,5	-1,3	-0,5
Indústria Extrativa Mineral	0,7	0,1	0,6	0,5
Indústria de Transformação	12,9	5,2	-1,7	-0,7
Minerais não-metálicos	-21,2	-9,8	8,4	-7,3
Metalurgia	23,5	-4,1	-22,2	-17,9
Mat. Eletr. e de Comunicações	9,3	-2,3	-2,2	7,7
Papel e Papelão	-3,1	13,7	10,6	13,8
Borracha	-7,1	-10,2	-11,4	6,9
Química	15,6	10,4	1,6	2,2
Perf. Sabões e Velas	-0,9	10,4	6,1	-4,2
Prod. Matérias Plásticas	-86,4	-82,2	13,2	28,3
Têxtil	-14,8	-6,0	-2,5	-2,6
Produtos Alimentares	-8,8	-5,8	3,6	-1,3
Bebidas	-8,1	-23,2	-6,9	4,3

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: *Com ajuste sazonal

**Em relação ao mesmo período do ano anterior.

***Em relação aos doze meses anteriores.

Variação Mensal do Índice da Indústria de Transformação

Bahia: 2002-2003

Ano/Mês	Mês anterior ⁽¹⁾	Mesmo mês do ano anterior ⁽²⁾	Acumulado do ano ⁽³⁾	Acumulado 12 meses
2002				
Jan	4,9	6,1	1,6	6,1
Fev	-2,3	-0,2	1,4	3,0
Mar	-1,6	-0,7	1,5	1,7
Abr	-6,8	-7,9	1,3	-0,7
Mai	-13,3	-22,6	-0,7	-5,5
Jun	15,1	-7,1	-0,8	-5,7
Jul	20,0	7,8	-0,7	-3,7
Ago	-2,8	20,0	1,2	-0,8
Set	-8,1	-6,8	-0,4	-1,5
Out	3,0	-0,8	-0,4	-1,5
Nov	5,3	4,5	-0,7	-0,9
Dez	1,9	10,3	0,1	0,1
2003				
Jan	-6,0	-0,9	-0,4	-0,9
Fev	-10,2	-9,8	-1,2	-5,2
Mar	12,9	5,2	-0,7	-1,7

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: 1) Com ajuste sazonal

2) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

3) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

4) Variação acumulada observada nos meses do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.



ENERGIA**Variação Percentual do Consumo de Energia Elétrica por Classe
Bahia - 2003**

Classe	Mar-03/Fev-02	Mar-03/Mar-02	Acumulado no Ano	Últimos 12 meses
Rural/Irrigação	26,6	27,2	22,2	17,7
Residencial	4,3	21,4	18,0	8,5
Industrial ⁽¹⁾	11,7	4,2	2,4	12,9
Comercial	-2,5	16,0	17,1	13,8
Utilidades Públicas ⁽²⁾	1,3	19,6	20,8	17,7
Setor Público	0,2	27,2	30,2	22,0
Concessionária	-2,7	11,0	15,1	-3,8
Total	7,8	10,3	9,5	12,3

Fonte: COELBA/CO - CGM

Elaboração: SEI - GEAC

Nota: 1. Consumo industrial corresponde à COELBA, CHESF e COPENE

2. Corresponde a Iluminação Pública. Água. Esgoto e Saneamento e Tração Elétrica.

SERVIÇOS**Pesquisa Mensal de Comércio - PMC****Variação no Volume de Vendas no Varejo*****Bahia - 2003**

Classes e Gêneros	Mar-03/Fev-03	Mar-03/Mar-02	Acumulado no Ano**	Últimos 12 meses***
Comércio Varejista	1,2	-14,2	-10,6	-3,8
Combustíveis e Lubrificantes	9,2	-8,7	-13,6	-2,5
Hipermercados, Supermercados, produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	-0,7	-17,2	-11,1	-6,6
Hipermercados e Supermercados	-1,0	-20,9	-14,5	-10,2
Tecidos, Vestuário e Calçados	-5,8	-7,7	-4,2	0,9
Móveis e Eletrodomésticos	7,9	-13,7	-8,0	0,2
Demais Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	-8,2	-20,0	-7,0	-3,4
Veículos, Motos e Peças	0,1	-10,8	2,3	-4,5

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas/Departamento de Comércio e Serviços.

Nota: * Dados deflacionados pelo IPCA.

**Em relação ao mesmo período do ano anterior.

***Em relação aos doze meses anteriores



Consultas e Inadimplências Junto ao Serviço de Proteção ao Crédito em Salvador Março 2002 - Março 2003

%

Período	Consultas			Inadimplências ⁽¹⁾		
	No mês ⁽²⁾	Mensal ⁽³⁾	Acumulado no ano ⁽⁴⁾	No mês ⁽²⁾	Mensal ⁽³⁾	Acumulado no ano ⁽⁴⁾
2002						
Março	10,6	47,3	54,2	-0,1	108,7	153,0
Abril	12,6	25,1	45,1	-17,6	37,0	113,3
Maio	10,2	18,6	38,1	-62,3	-76,4	32,1
Junho	-43,9	-31,3	23,8	-39,2	-80,9	4,7
Julho	11,7	-12,2	18,4	5,4	-36,7	1,7
Agosto	8,4	-20,5	12,4	3,5	-91,0	-30,2
Setembro	-25,5	-45,0	4,2	48,5	-94,8	-51,4
Outubro	3,6	-62,1	-7,4	-8,1	-88,3	-55,8
Novembro	-4,9	-62,9	-15,5	-7,4	-83,7	-57,8
Dezembro	11,8	-62,8	-22,1	-6,3	-95,2	-64,9
2003						
Janeiro	-10,5	-46,3	-46,3	-25,2	-89,0	-89,0
Fevereiro	-12,5	-40,3	-43,6	-6,3	-90,5	-89,7
Março	-6,2	-49,4	-45,5	51,6	-85,5	-88,3

Fonte: Dados Primários SPC e Cálculo SEI

1) Novos Registros

2) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

3) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

4) Variação acumulada observada nos meses do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Total de Cheques Compensados Abril 2002 - Abril 2003

Período	Quantidade			Valor		
	No mês ⁽¹⁾	Mensal ⁽²⁾	Acumulado no ano ⁽³⁾	No mês ⁽¹⁾	Mensal ⁽²⁾	Acumulado no ano ⁽³⁾
2002						
Abril	10,9	-7,9	-3,3	2,5	-1,4	3,9
Maio	-5,7	-15,6	-4,1	-5,1	-13,1	2,8
Junho	-10,9	-17,8	-4,8	-7,9	-13,0	2,0
Julho	18,8	-13,1	-5,3	19,7	-1,8	1,8
Agosto	-8,3	-16,0	-5,8	-6,9	-7,5	1,3
Setembro	1,7	-3,5	-5,7	-1,2	0,3	1,2
Outubro	1,8	-15,4	-6,1	10,2	0,0	1,2
Novembro	-6,8	-12,2	-6,4	-14,9	-9,2	0,7
Dezembro	15,5	3,7	-6,0	5,7	-3,7	0,5
2003						
Janeiro	3,1	-5,3	-6,0	-3,2	-15,3	-0,1
Fevereiro	-18,6	-4,0	-5,9	-4,5	-12,9	-0,6
Março	2,6	-2,7	-5,8	-12,5	-20,9	-1,4
Abril	-3,5	-15,3	-6,1	5,6	-18,5	-2,0

Fonte: Banco Central do Brasil

1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

3) Variação acumulada observada nos meses em relação ao mesmo período do ano anterior.

TURISMO**Geração de Diárias nos Hotéis Classificados em Salvador****2001-2002⁽¹⁾ (2)**

Mês	Diárias Geradas		
	2001	2002	2001/2002 (%)
Janeiro	205.079	160.405	-21,8
Fevereiro	152.204	129.853	-14,7
Março	152.023	139.148	-8,5
Abril	144.220	125.909	-12,7
Maio	134.590	135.279	0,5
Junho	127.628	111.258	-12,8
Julho	178.585	155.955	-12,7
Agosto	147.051	168.198	14,4
Setembro	134.614	145.109	7,8
Outubro	150.786	157.729	4,6
Novembro	132.837	174.610	31,5
Dezembro	132.333	154.527	16,8

Fonte: BAHIAATURSA. FNRH's/BOH's

Elaboração: BAHIAATURSA e SEI

(1) N° de Hóspedes Incluso Itaparica e Praia do Forte

(2) Tx. Ocup. e Permanência Média Inclusos Clube Med

Hóspedes Registrados. Permanência Média e Taxa de Ocupação das UH's nos Hotéis Classificados de Salvador**2001-2002⁽¹⁾ (2)**

Mês	2001			2002			2002/2001 (%)		
	N° Hóspedes	Permanência Média	Taxa de Ocupação	N° Hóspedes	Permanência Média	Taxa de Ocupação	N° Hóspedes	Permanência Média	Taxa de Ocupação
Janeiro	45.573	4,50	72,90	45.830	3,5	61,6	0,6	-22,2	-15,5
Fevereiro	37.123	4,10	62,10	38.192	3,4	56,2	2,9	-17,1	-9,4
Março	40.006	3,80	52,70	40.926	3,0	50,3	2,3	-21,1	-4,5
Abril	40.061	3,60	52,40	37.032	3,1	48,1	-7,6	-13,9	-8,1
Maio	37.386	3,60	48,50	39.788	3,2	49,0	6,4	-11,1	1,1
Junho	34.494	3,70	46,70	32.723	3,2	42,8	-5,1	-13,5	-8,3
Julho	49.607	3,60	60,10	45.869	3,3	42,8	-7,5	-8,3	-28,8
Agosto	49.017	3,00	47,10	49.470	2,9	58,1	0,9	-3,3	23,4
Setembro	43.424	3,10	44,30	42.679	2,9	52,7	-1,7	-6,5	18,9
Outubro	51.995	2,90	48,50	46.391	3,0	53,9	-10,8	3,4	11,1
Novembro	45.806	2,90	45,30	51.356	3,3	66,9	12,1	13,8	47,7
Dezembro	44.111	3,00	39,70	45.449	3,1	56,0	3,0	3,3	41,0

Fonte: BAHIAATURSA. FNRH's/BOH's

Elaboração: BAHIAATURSA e SEI

(1) N° de Hóspedes Incluso Itaparica e Praia do Forte

(2) Tx. Ocup. e Permanência Média Inclusos Clube Med



INDICADORES SOCIAIS

Pesquisa de Emprego e Desemprego
Taxas de Desemprego e de Participação
Abril 2003

Taxas	RMS	Salvador	Demais Municípios
Desemprego Total	29,4	28,3	34,3
Desemprego Aberto	18,6	18,0	21,6
Desemprego Oculto	10,8	10,4	12,8
Participação (PEA/PIA)	62,2	63,1	58,7

Fonte: PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Pesquisa de Emprego e Desemprego
Taxa de Desemprego Aberto e Taxa de Participação
Abril 1997 - Abril 2003

Meses	Taxa de Desemprego Aberto		Taxa de Participação	
	RMS	Salvador	RMS	Salvador
Abril 1997	12,4	11,7	59,7	60,2
Abril 1998	14,3	13,5	59,4	59,8
Abril 1999	16,2	15,7	59,1	60,2
Abril 2000	16,2	15,6	60,1	61,1
Abril 2001	16,1	15,2	60,8	61,5
Janeiro 2002	15,8	15,2	62,3	63,5
Fevereiro	15,8	14,9	62,2	63,3
Março	16,2	15,3	62,1	63,2
Abril	17,0	16,1	62,1	63,1
Maio	17,5	16,8	61,6	62,6
Junho	17,2	16,3	61,4	62,5
Julho	16,8	16,1	61,6	62,5
Agosto	16,0	15,2	62,0	62,9
Setembro	16,0	15,1	62,7	63,4
Outubro	16,0	15,0	63,0	63,6
Novembro	16,3	15,3	63,1	63,8
Dezembro	16,0	15,1	62,5	63,0
Janeiro 2003	15,9	15,3	62,4	63,0
Fevereiro	16,3	15,7	62,0	62,5
Março	17,2	16,7	62,4	63,0
Abril	18,6	18,0	62,2	63,1

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.



Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e taxas de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Abril 1997 - Abril 2003

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos Maiores 10 Anos		Taxas		Pop. Total (1)
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Número Absoluto (1)	Índice (2)	Número Absoluto (1)	Índice (2)	Número Absoluto (1)	Índice (2)	Número Absoluto (1)	Índice (2)	Partic. (PEA/PIA)	Desemprego Total (DES/PEA)	
Abril 1997	1.342	102,3	1.058	101,1	284	106,8	905	98,9	59,7	21,2	2.796
Abril 1998	1.371	104,5	1.035	98,9	336	126,2	938	102,5	59,4	24,5	2.855
Abril 1999	1.402	106,9	1.016	97,1	386	144,8	970	106,0	59,1	27,5	2.915
Abril 2000	1.465	111,7	1.052	100,6	413	155,2	973	106,3	60,1	28,2	2.977
Abril 2001	1.524	116,2	1.111	106,2	413	155,1	983	107,4	60,8	27,1	3.040
Janeiro 2002	1.593	121,4	1.164	111,3	429	161,1	964	105,4	62,3	26,9	3.087
Fevereiro	1.594	121,5	1.159	110,8	435	163,4	970	105,9	62,2	27,3	3.093
Março	1.595	121,6	1.155	110,4	440	165,3	974	106,4	62,1	27,6	3.098
Abril	1.599	121,9	1.148	109,8	451	169,4	976	106,7	62,1	28,2	3.104
Maior	1.590	121,2	1.139	108,9	451	169,4	991	108,3	61,6	28,4	3.109
Junho	1.588	121,0	1.143	109,3	445	167,1	998	109,1	61,4	28,0	3.114
Julho	1.597	121,7	1.155	110,4	442	166,0	995	108,8	61,6	27,7	3.120
Agosto	1.611	122,8	1.174	112,2	437	164,1	987	107,8	62,0	27,1	3.125
Setembro	1.633	124,5	1.191	113,9	442	166,0	971	106,1	62,7	27,1	3.131
Outubro	1.644	125,3	1.207	115,4	437	164,1	966	105,5	63,0	26,6	3.136
Novembro	1.650	125,8	1.208	115,5	442	166,0	965	105,4	63,1	26,8	3.142
Dezembro	1.638	124,8	1.204	115,1	434	163,0	982	107,3	62,5	26,5	3.147
Janeiro 2003	1.639	124,9	1.198	114,5	441	165,6	988	108,0	62,4	26,9	3.152
Fevereiro	1.633	124,5	1.189	113,7	444	166,8	1.000	109,3	62,0	27,2	3.158
Março	1.647	125,5	1.179	112,7	468	175,8	992	108,4	62,4	28,4	3.164
Abril	1.645	125,4	1.161	111,0	484	181,8	1.001	109,4	62,2	29,4	3.169
Varição Mensal Abr-03/Mar-03		-0,1		-1,5		3,4		-0,9	-0,3	3,5	
Varição no Ano Abr-03/Dez-02		0,4		-3,6		11,5		1,9	-0,5	10,9	
Varição Anual Abr-03/Abr-02		2,9		1,1		7,3		2,5	0,2	4,3	

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000.

(2) Base: Dezembro 1996 = 100



Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Abril 1997 - Abril 2003

Períodos	Setores de atividade econômica						
	Indústria transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção ⁽¹⁾	Serviços pessoais ⁽²⁾	Serviços domésticos	Outros
Abril 1997	8,5	5,7	17,9	29,6	24,9	11,3	2,1
Abril 1998	8,6	5,5	16,7	31,6	26,2	10	1,5
Abril 1999	7,9	5,5	16,7	31,1	27,1	10,1	1,6
Abril 2000	8,1	5,6	15,1	33,7	25,5	10,6	1,4
Abril 2001	7,8	5,9	17	31,2	26,9	10,3	0,9
Janeiro 2002	8,4	5,8	16,5	32,5	25,6	10,4	0,8
Fevereiro	8,2	5,7	16,4	32,7	25,6	10,5	0,9
Março	8,1	5,6	16,5	32,6	26,6	9,9	0,7
Abril	8,1	5,4	16,4	32,4	26,5	10,3	0,9
Mai	7,9	5,1	16,3	32,2	27,6	10,0	0,9
Junho	8,0	4,8	16,1	32,0	27,4	10,9	0,8
Julho	8,1	4,7	15,5	32,8	27,4	10,6	0,9
Agosto	8,6	4,5	15,6	33,3	26,7	10,4	1,0
Setembro	8,6	4,7	16,1	32,9	26,6	9,9	1,2
Outubro	8,6	4,9	16,4	31,7	27,2	10,1	1,1
Novembro	8,5	5,2	16,3	31,2	27,5	10,1	1,2
Dezembro	8,8	5,7	16,5	30,3	27,8	9,7	1,2
Janeiro 2003	8,8	5,5	16,8	30,5	27,5	9,7	1,2
Fevereiro	8,5	5,3	17,1	30,6	27,4	9,9	1,2
Março	8,4	4,8	16,4	31,8	27,2	10,4	1,0
Abril	8,8	4,9	16,1	31,7	26,7	10,5	1,3

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Incluem Transporte e Armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração Pública, Forças Armadas e Polícia; Creditícios e Financeiros; Comunicação; Diversão, Radiodifusão, e Teledifusão; Comércio, Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis; Serviços Auxiliares; Outros Serviços de Reparação e Limpeza.

(2) Incluem Serviços Pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços Comunitários, Oficinas de Reparação Mecânica e Outros Serviços.



Distribuição dos Ocupados por Posição na Ocupação no Trimestre
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Abril 1997 - Abril 2003

Em %

Períodos	Posição na Ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador Domésticos	Outros ⁽¹⁾	
	Total	Assalariado Priv. c/Carteira	Assalariado Priv. s/Carteira	Assalariado Público	Total	Autônomo Trab. P/Público	Autônomo Trab. P/Empresa			
Abril 1997	56,1	28,8	10,9	16,5	24,5	19,3	5,2	4,1	11,3	3,9
Abril 1998	59,1	31,7	10,8	16,4	22,3	18,4	3,8	4,5	10,0	4,2
Abril 1999	59,4	32,8	10,7	15,8	23,0	18,5	4,5	4,0	10,1	3,4
Abril 2000	58,9	32,3	11,3	15,2	23,2	17,6	5,7	3,8	10,6	3,4
Abril 2001	61,5	35,5	11,6	14,4	21,8	18,3	3,5	3,9	10,3	2,5
Janeiro 2002	60,3	34,4	11,7	14,1	22,5	18,5	4,0	4,1	10,4	2,7
Fevereiro	59,8	34,0	11,7	14,1	22,9	18,6	4,3	4,3	10,5	2,5
Março	60,6	34,5	11,6	14,4	22,5	18,4	4,1	4,4	9,9	2,6
Abril	60,3	34,3	12,0	13,9	22,6	18,7	3,9	4,3	10,3	2,5
Maio	60,6	34,5	11,6	14,4	22,7	19,0	3,8	4,2	10,0	2,4
Junho	60,0	33,9	11,8	14,2	22,4	18,5	3,8	4,1	10,9	2,6
Julho	60,0	33,8	11,3	14,7	22,4	18,3	4,1	4,4	10,6	2,6
Agosto	59,4	33,5	11,5	14,4	22,9	18,5	4,5	4,4	10,4	2,9
Setembro	59,4	33,8	11,5	14,0	23,8	19,2	4,6	4,1	9,9	2,7
Outubro	59,6	34,2	11,9	13,4	23,8	19,3	4,5	3,8	10,1	2,7
Novembro	60,1	34,3	11,8	14,0	23,2	19,1	4,1	3,8	10,1	2,7
Dezembro	59,6	33,5	12,3	13,8	23,5	19,4	4,2	4,0	9,7	3,2
Janeiro 2003	60,4	34,3	12,1	14,0	23,0	19,1	3,9	3,9	9,7	2,9
Fevereiro	60,6	34,6	12,3	13,7	23,0	19,1	3,9	3,7	9,9	2,8
Março	61,5	31,4	12,1	13,9	22,1	18,3	3,8	3,9	10,4	2,1
Abril	61,0	35,2	12,5	13,3	22,7	18,8	3,9	3,7	10,5	2,1

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Incluem Trabalhadores Familiares e Donos de Negócios Familiares.



Rendimento Real Trimestral dos Ocupados e dos Assalariados no Trabalho Principal ⁽¹⁾
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Março 1997 - Março 2003

Períodos	Rendimento Médio Real					
	Ocupados ⁽¹⁾			Assalariados ⁽²⁾		
	Valor Absoluto ⁽³⁾		Índice ⁽⁴⁾	Valor Absoluto ⁽³⁾		Índice ⁽⁴⁾
	Média	Mediana		Média	Mediana	
Março 1997	758	346	101,0	850	469	98,8
Março 1998	761	369	101,5	847	469	98,5
Março 1999	715	374	95,4	785	456	91,2
Março 2000	654	331	88,0	745	402	87,4
Março 2001	669	333	89,2	761	400	88,5
Janeiro 2002	672	346	89,6	735	416	85,5
Fevereiro	688	348	91,8	745	425	86,6
Março	684	345	91,2	756	425	87,9
Abril	684	344	91,3	753	433	87,5
Maior	667	341	88,9	743	412	86,4
Junho	687	341	91,6	760	430	88,3
Julho	684	340	91,1	772	436	89,7
Agosto	667	336	89,0	756	429	87,9
Setembro	634	332	84,5	722	421	84,0
Outubro	618	329	82,4	693	413	80,5
Novembro	613	326	81,7	680	413	79,0
Dezembro	611	318	81,5	680	396	79,1
Janeiro 2003	595	313	79,4	672	389	78,1
Fevereiro	597	306	79,6	673	393	78,2
Março	571	302	76,2	653	383	75,9
Varição Mensal						
Mar-03/Fev-03	-4,4	-1,2	-4,4	-3,0	-2,7	-3,0
Varição no Ano						
Mar-03/Dez-02	-6,5	-5,1	-6,5	-4,1	-3,4	-4,1
Varição Anual						
Mar-03/Mar-02	-16,5	-12,5	-16,5	-13,6	-9,8	-13,6

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Março 2003.

(4) Índice de variação da média. Base: Dezembro -1996 =100.



Rendimento Real Médio Trimestral dos Ocupados por Grau de Instrução (1)
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Março 1997 - Março 2003

Em Reais

Períodos	Rendimento Real Médio Trimestral dos Ocupados por Grau de Instrução				
	Analfabetos	1º Grau incompleto	1º Grau completo/ 2º incompleto	2º Grau completo/ 3º incompleto	3º Grau Completo
Março 1997	231	328	540	1008	2473
Março 1998	244	331	476	928	2445
Março 1999	227	338	522	830	2204
Março 2000	222	306	479	801	2195
Março 2001	221	328	420	754	2128
Janeiro 2002	214	318	427	777	2.089
Fevereiro	223	328	409	769	2.087
Março	203	319	391	755	2.039
Abril	208	315	396	744	2.075
Maior	201	316	408	726	2.106
Junho	211	320	441	730	2.208
Julho	224	315	435	723	2.166
Agosto	236	308	425	719	2.118
Setembro	238	314	400	698	1.993
Outubro	242	314	389	695	1.922
Novembro	225	307	405	679	1.920
Dezembro	222	297	404	679	1.930
Janeiro 2003	197	284	406	651	1.960
fevereiro	198	284	381	641	1.999
Março	186	270	365	619	1.932

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Março 2003.



Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador ⁽¹⁾

Região Metropolitana de Salvador - Bahia

Março 1997 - Março 2003

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-assinada
Março 1997	677	987	568	635	775	381
Março 1998	686	959	563	665	789	362
Março 1999	645	834	512	654	732	368
Março 2000	619	799	485	612	708	344
Março 2001	622	829	494	615	709	340
Janeiro 2002	612	778	524	610	701	339
Fevereiro	628	762	518	644	714	357
Março	639	774	519	657	728	368
Abril	642	818	493	656	728	370
Maio	624	791	479	635	708	370
Junho	639	799	507	639	722	383
Julho	638	776	485	648	720	386
Agosto	625	732	491	632	711	363
Setembro	603	722	450	620	685	354
Outubro	584	705	454	593	668	331
Novembro	569	743	431	573	651	334
Dezembro	571	686	466	581	643	358
Janeiro 2003	557	695	485	555	620	370
Fevereiro	571	693	495	579	630	393
Março	557	757	455	546	627	346

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Módulo I.

(1) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Março - 2003.

Nota: Excluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês.



**Distribuição do Rendimento Real Trimestral Entre os Ocupados e os Assalariados
no Trabalho Principal ⁽¹⁾**

Região Metropolitana de Salvador - Bahia

Março 1997 - Março 2003

Em Reais

Períodos	Rendimento Real Trimestral									
	Ocupados ⁽²⁾					Assalariados ⁽³⁾				
	10% Ganham até	25% Ganham até	50% Ganham até	75% Ganham até	90% Ganham até	10% Ganham até	25% Ganham até	50% Ganham até	75% Ganham até	90% Ganham até
Março 1997	92	171	343	764	1.831	171	256	465	916	1.836
Março 1998	117	175	366	804	1.755	175	262	465	890	1.797
Março 1999	114	188	371	787	1.601	186	270	452	870	1.724
Março 2000	106	180	331	662	1.587	180	257	397	793	1.723
Março 2001	124	187	347	682	1.490	187	261	427	745	1.555
Janeiro 2002	114	207	343	690	1.457	206	254	412	779	1.504
Fevereiro	115	206	345	690	1.491	206	272	421	801	1.510
Março	114	205	342	688	1.487	205	268	421	801	1.597
Abril	113	206	341	687	1.487	206	271	430	798	1.596
Maior	113	225	338	680	1.465	205	260	408	793	1.587
Junho	112	224	338	676	1.571	224	269	426	799	1.683
Julho	111	224	338	673	1.559	224	270	432	811	1.683
Agosto	111	222	333	668	1.540	220	268	426	780	1.671
Setembro	109	219	329	659	1.430	218	269	417	765	1.559
Outubro	109	217	326	654	1.400	215	264	409	754	1.507
Novembro	107	215	323	646	1.307	212	262	409	736	1.416
Dezembro	104	210	315	631	1.291	210	257	393	729	1.399
Janeiro 2003	101	207	310	608	1.240	207	253	386	709	1.343
Fevereiro	101	202	303	607	1.246	202	250	390	709	1.400
Março	100	201	302	600	1.210	201	245	383	691	1.356

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Março 2003.

(2) Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.



Flutuação Mensal do Emprego Bahia - 2001/2003

Mês/Ano	Saldo Líquido (Admissões - Desligamentos)				
	Total ⁽¹⁾	IT	CC	COM	SERV
Janeiro	2.704	454	740	631	670
Fevereiro	1.012	708	-979	514	730
Março	-887	-589	-317	-693	476
Abril	6.435	-94	-425	992	3.343
Maio	4.258	1.345	193	338	-766
Junho	2.295	-52	-703	625	2.317
Julho	1.542	264	-337	530	1.831
Agosto	-190	1.071	-1.336	259	228
Setembro	-3.972	445	-1.560	-481	-903
Outubro	3.703	529	-1.404	1.165	1.972
Novembro	1.796	-594	876	1995	888
Dezembro	-5.547	-722	-1.505	-1.018	316
Total Jan-Dez/2001	13.149	2.765	-6.757	4.857	11.102
Janeiro	4.199	477	1.579	2.247	-285
Fevereiro	1.338	311	896	291	-470
Março	4.475	489	1.385	167	1.805
Abril	9.297	2.689	-65	904	3.525
Maio	3.536	775	-1.339	1.485	1.098
Junho	3.787	639	-1.424	1.191	2.830
Julho	1.975	1.410	-835	787	1.111
Agosto	3.360	1.788	-1.076	724	1.514
Setembro	5.837	1.449	-61	1.008	2.854
Outubro	1.300	-147	-561	1.024	1.093
Novembro	3.139	-635	-212	1.552	3.172
Dezembro	-4.945	-1.061	-1.716	264	-404
Total Jan-Dez/2002	37.298	8.184	-3.429	11.644	17.843
Janeiro	128	554	-77	547	-2.128
Fevereiro	2.544	160	-374	620	1.037
Março	-938	126	-747	-1.074	-680
Abril	5.554	1.412	-924	193	1.269
Total Jan- Abr/2003	7.288	2.252	-2.122	286	-502
Últimos 12 meses	25.277	6.470	-9.346	8.321	12.766

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Módulo I.

(1) Incluem todos os setores

Nota: Dados Preliminares

Símbolos: IT - Indústria de Transformação. CC - Construção Civil. COM - Comércio. SERV - Serviços.

Obs.: O sistema Lei 4.923/65 é custeado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.



Flutuação Mensal do Emprego RMS - 2001/2003

Mês / Ano	Saldo Líquido (Admissões - Desligamentos)				
	Total (1)	IT	CC	COM	SERV
Janeiro	1.343	225	654	294	388
Fevereiro	38	-20	-894	180	885
Março	243	-345	-97	-230	972
Abril	2.015	-46	-757	302	2.511
Maio	-50	1.367	-67	-84	-1.316
Junho	1.139	-83	-691	126	1.818
Julho	1.355	-139	23	27	1.501
Agosto	-1.306	192	-1.025	-106	-269
Setembro	-1.557	250	-1.022	-409	-374
Outubro	1.215	285	-1.338	483	1.604
Novembro	1.313	-52	141	754	511
Dezembro	-1.044	-193	-1.232	-179	631
Total Jan-Dez/2001	4.704	1.441	-6.105	1.158	8.862
Janeiro	1.238	37	1.180	614	-538
Fevereiro	-59	72	92	4	-80
Março	2.142	23	550	-215	1.651
Abril	1.962	28	-559	99	2.373
Maio	274	342	-1.042	420	537
Junho	2.205	300	-826	156	2.620
Julho	126	350	-618	-115	479
Agosto	553	423	-1.023	172	798
Setembro	4.046	520	305	656	2.564
Outubro	1.336	192	-8	530	588
Novembro	3.779	152	264	602	2.855
Dezembro	-1.201	-438	-558	144	-336
Total Jan-Dez//2002	16.401	2.001	-2.243	3.067	13.511
Janeiro	-1.205	26	448	43	-1.723
Fevereiro	1.399	-29	45	434	1009
Março	-1.609	-150	-405	-604	-454
Abril	-524	-480	-569	-71	559
Total Jan-Abr/2003	-1.939	-633	-481	-198	-609
Últimos 12 meses	9.179	1.208	-3.987	2.367	9.496

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Módulo I.

(1) Incluem todos os setores

Nota: Dados Preliminares

Siglas: IT - Indústria de Transformação, CC - Construção Civil, COM - Comércio, SERV - Serviços.

Obs.: O sistema Lei 4.923/65 é custeado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.



FINANÇAS PÚBLICAS

Demonstrativo das Receitas da União
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro - Março/2003

(R\$1 000)

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			Fev-Mar/ 2003 (b)	% (b/a)	Jan a Mar/ 2003 (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	371.618.959	371.558.132	57.056.297	15,4	92.003.887	24,8	279.554.245
Receita Tributária	110.013.569	110.032.879	18.363.263	16,7	29.339.664	26,7	80.693.215
Receita de Contribuições	223.407.791	223.346.964	33.084.511	14,8	52.978.836	23,7	170.368.128
Receita Patrimonial	10.369.922	10.369.923	1.511.196	14,6	2.294.731	22,1	8.075.192
Receita Agropecuária	24.077	24.077	2.873	11,9	5.758	23,9	18.319
Receita Industrial	368.897	368.897	52.044	14,1	80.248	21,8	288.649
Receita de Serviços	16.636.595	16.617.284	2.560.770	15,4	4.726.016	28,4	11.891.268
Transferências Correntes	213.624	213.624	31.823	14,9	72.846	34,1	140.778
Outras Receitas Correntes	10.584.484	10.584.484	1.449.817	13,7	2.505.788	23,7	8.078.696
Receitas de Capital	142.282.299	142.343.126	11.796.336	8,3	31.942.601	22,4	110.400.525
Operações de Crédito (¹)	109.307.267	109.368.094	6.331.028	5,8	22.177.562	20,3	87.190.532
Alienação de Bens	3.769.642	3.769.642	203.152	5,4	305.765	8,1	3.463.877
Amortizações de Empréstimos	11.165.929	11.165.929	1.810.773	16,2	3.812.881	34,1	7.353.048
Transferências de Capital	65.991	65.991	8.142	12,3	10.165	15,4	55.826
Outras Receitas de Capital	17.973.470	17.973.470	3.443.241	19,2	5.636.228	31,4	12.337.242
Subtotal das Receitas (I)	513.901.258	513.901.258	68.852.633	13,4	123.946.488	24,1	389.954.770
Déficit (II)	-	-	-	-	-	-	-
Total (I+II)	513.901.258	513.901.258	68.852.633	13,4	123.946.488	24,1	389.954.770

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

(¹) Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública.



Demonstrativo das Despesas da União
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Fevereiro - Março/2003

(R\$1 000)

Despesas	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Liquidadas				Saldo (a-b)
			Fev-Mar/2003 (b)	% (b/a)	Jan a Mar/2003 (c)	% (c/a)	
Despesas Correntes	394.662.740	394.738.664	53.113.828	13,5	79.429.811	20,1	315.308.853
Pessoal e Encargos Sociais	77.046.186	77.099.061	11.353.838	14,7	17.647.187	22,9	59.451.874
Juros e Encargos da Dívida	93.644.106	93.644.106	8.573.854	9,2	13.561.210	14,5	80.082.896
Outras Despesas Correntes	223.972.448	223.995.497	33.186.136	14,8	48.221.414	21,5	175.774.083
Transf.a Estados, DF e Municípios	74.701.349	74.716.349	13.391.006	17,9	19.477.865	26,1	55.238.484
Benefícios Previdenciários ⁽²⁾	97.354.341	97.354.341	14.370.921	14,8	21.554.735	22,1	75.799.606
Demais Despesas Correntes	51.916.758	51.924.807	5.424.209	10,4	7.188.814	13,8	44.735.993
Despesas de Capital	98.650.888	98.650.839	7.814.844	7,9	23.680.228	24,0	74.970.611
Investimentos	14.180.170	14.180.121	39.406	0,3	40.251	0,3	14.139.870
Inversões Financeiras	24.376.291	24.376.291	2.104.903	8,6	2.126.432	8,7	22.249.859
Amortização da Dívida ⁽¹⁾	60.094.427	60.094.427	5.670.535	9,4	21.513.545	35,8	38.580.882
Reserva de Contingência	20.521.773	20.445.898	-	-	-	-	20.445.898
Subtotal das Despesas (I)	513.835.401	513.835.401	60.928.672	11,9	103.110.039	20,1	410.725.36
Superávit (II)	-	-	-	-	20.836.449	-	-
Total (I+II)	513.835.401	513.835.401	60.928.672	11,9	123.946.488	24,1	410.725.362

Fonte: SIAFI - STN/CONT/GEINC

⁽¹⁾ Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública.⁽²⁾ Os Benefícios Previdenciários referem-se ao pagamento de inativos, pensões, outros benefícios previdenciários e sentenças judiciais referentes a esses benefícios.

Balanco Orçamentário - Receita
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Bahia: Março-Abril/2003

(R\$1 000)

Receitas	Previsão Inicial	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar
		Bim. Mar/Abr	%	Até o Bimestre	%	
Receitas Correntes	9.919.493	1.627.853	16,4	3.371.396	34,0	6.548.096
Receita Tributária	5.895.690	1.001.400	17,0	2.070.154	35,1	3.825.537
Impostos	5.724.753	976.636	17,1	2.018.900	35,3	3.705.853
Taxas	170.937	24.764	14,5	51.253	30,0	119.684
Receita de Contribuições	965.364	171.054	17,7	349.285	36,2	616.079
Contribuições Sociais	865.364	144.133	16,7	299.842	34,6	565.522
Contribuições Econômicas	100.000	26.920	26,9	49.443	49,4	50.557
Receita Patrimonial	194.445	36.764	18,9	60.643	31,2	133.802
Receitas Imobiliárias	26.348	375	1,4	717	2,7	25.631
Receitas de Valores Mobiliários	40.000	420	1,1	420	1,1	39.580
Receitas de Concessões e Permissões	2.431	538	22,1	995	40,9	1.436
Outras Receitas Patrimoniais	125.666	35.430	28,2	58.511	46,6	67.155
Receita Agropecuária	1.698	-	-	6	0,4	1.692
Receita da Produção Vegetal	47	-	-	6	13,5	41
Receita da Produção Animal e Derivados	751	-	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	900	-	-	-	-	-
Receita Industrial	90	-	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	90	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	264.987	22.044	8,3	45.239	17,1	219.748
Receita de Serviços	264.987	22.044	8,3	45.239	17,1	219.748
Transferências Correntes	2.934.611	478.494	16,3	1.043.458	35,6	1.891.153
Transferências Intergovernamentais	2.709.538	465.853	17,2	1.024.263	37,8	1.685.274
Transferências de Instituições Privadas	507	20	3,9	20	3,9	487
Transferências do Exterior	492	-	-	110	22,4	382
Transferências de Convênios	224.074	12.621	5,6	19.065	8,5	205.009
Outras Receitas Correntes	578.905	73.419	12,7	131.811	22,8	447.094
Multas e Juros de Mora	100.644	9.748	9,7	18.717	18,6	81.927
Indenizações e Restituições	51.711	900	1,7	1.824	3,5	49.887
Receita da Dívida Ativa	6.196	560	9,0	1.123	18,1	5.073
Receitas Correntes Diversas	420.354	62.211	14,8	110.148	26,2	310.207
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(916.297)	(155.322)	17,0	(329.201)	35,9	(587.096)
Receitas de Capital	1.009.629	116.606	11,5	170.778	16,9	838.851
Operações de Crédito	606.885	51.298	8,5	102.655	16,9	504.230
Operações de Crédito Internas	195.178	4.175	2,1	6.410	3,3	188.768
Operações de Crédito Internas	195.178	4.175	2,1	6.410	3,3	188.768
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Outras Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	411.707	47.123	11,4	96.245	23,4	315.462
Alienação de Bens	140.477	273	0,2	865	0,6	139.612
Alienação de Bens Móveis	139.697	2	0,0	2	0,0	139.695
Alienação de Bens Imóveis	780	271	34,7	863	110,6	(83)
Amortização de Empréstimos	3.000	834	27,8	834	27,8	2.166
Amortização de Empréstimos Imobiliários	3.000	834	27,8	834	27,8	2.166
Transferências de Capital	259.252	64.202	24,8	66.424	25,6	192.828
Transferências Intergovernamentais	20.650	52.897	256,2	53.317	258,2	(32.667)
Transferências de Instituições Privadas	98	-	-	-	-	98
Transferências do Exterior	421	-	-	-	-	421
Transferências de Convênios	238.083	11.305	4,7	13.107	5,5	224.976
Outras Receitas de Capital	15	-	-	-	-	-
Outras Receitas	15	-	-	-	-	15
Subtotal das Receitas	10.929.122	1.744.459	16,0	3.542.174	32,4	7.386.948
Saldos de Exercícios Anteriores (II)				79.245		
Subtotal (III)=(I+II)	10.929.122	1.744.459		3.621.419		7.386.947
Déficit (IV)						
Total (III+IV)	10.929.122	1.744.459		3.621.419		7.386.947

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.

Balanco Orçamentário - Despesa
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Bahia: Março-Abril/2003

Despesas	Dotação Inicial	Créditos Adicionais	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Saldo
				Bim. Mar/Abr	No Exercício	Bim. Mar/Abr	No Exercício	
Despesas Correntes	8.835.108	57.587	8.892.696	1.413.328	2.736.091	1.431.665	2.652.329	6.240.366
Pessoal e Encargos	4.569.112	22.012	4.591.124	711.344	1.435.713	751.965	1.428.811	3.162.313
Juros e Encargos da Dívida	576.873	-	576.873	110.593	226.716	110.577	226.526	350.347
Outras Despesas Correntes	3.689.123	35.576	3.724.699	591.391	1.073.662	569.122	996.993	2.727.706
Despesas de Capital	2.075.434	31.925	2.107.359	351.249	579.470	347.656	555.694	1.551.665
Investimentos	1.125.505	183.498	1.309.003	168.710	259.677	165.118	235.901	1.073.102
Inversões Financeiras	340.218	(142.573)	197.645	28.258	59.291	28.258	59.291	138.354
Amortizações da Dívida	609.711	(9.000)	600.711	154.281	260.502	154.281	260.502	340.209
Refinanciamento	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Amortizações	609.711	(9.000)	600.711	154.281	260.502	154.281	260.502	340.209
Outras Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência	18.579	-	18.579	-	-	-	-	18.579
Subtotal das Despesas	10.929.121	89.512	11.018.634	1.764.577	3.315.561	1.779.321	3.208.024	7.810.610
Superávit							413.395	
Total	10.929.121	89.512	11.018.634	1.764.577	3.315.561	1.779.321	3.621.419	7.810.610

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.

Receita tributária mensal

Bahia: janeiro de 2002 a Março de 2003

(R\$1 000)

M ê s	I C M S		Outras		Total	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Janeiro	383.824	491.240	19.479	45.269	403.303	536.509
Fevereiro	385.309	494.620	28.393	37.624	413.701	532.244
Março	337.899	442.068	28.379	40.292	366.278	482.360
Abril	367.373		37.105		404.478	
Maio	404.853		39.646		444.499	
Junho	385.374		37.870		423.244	
Julho	383.472		41.896		425.369	
Agosto	422.288		43.420		465.708	
Setembro	451.985		39.479		491.464	
Outubro	464.967		28.897		493.863	
Novembro	493.509		23.570		517.079	
Dezembro	469.677		64.450		534.127	
Total	4.950.531		432.583		5.383.114	

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais

Elaboração: SEI.



Arrecadação mensal da receita tributária⁽¹⁾

Bahia: janeiro de 2002 a março de 2003

(R\$1 000)

M ê s	I C M S		Outras		Total	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Janeiro	511.038	507.335	25.935	46.752	536.973	554.087
Fevereiro	512.079	502.816	37.734	38.247	549.813	541.063
Março	448.564	442.068	37.674	40.292	486.237	482.360
Abril	484.307		48.916		533.223	
Maiο	527.878		32.698		560.576	
Junho	493.908		48.536		542.443	
Julho	481.598		52.617		534.214	
Agosto	518.097		53.272		571.369	
Setembro	540.250		47.188		587.438	
Outubro	533.296		33.142		566.438	
Novembro	534.813		25.542		560.355	
Dezembro	495.613		68.009		563.622	
Total	6.081.441		511.261		6.592.702	

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Elaboração: SEI.

⁽¹⁾ Valores atualizados a preços de março/03 pelo IGP-DI/FGV.

Transferências constitucionais da União para os Estados
Bahia : Janeiro de 2002 a Março de 2003

(R\$1 000)

M ê s	Receitas									
	F P E*		IPI-EXP		FUNDEF UNIÃO**		O u t r a s ⁽¹⁾		T o t a l	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
2002										
Janeiro	146.358	146.358	8.065	8.065	19.208	19.208	8.363	8.363	181.994	181.994
Fevereiro	170.998	317.356	7.552	15.617	29.224	48.433	7.804	16.167	215.579	397.572
Março	130.862	448.217	6.661	22.278	20.689	69.121	7.804	23.971	166.015	563.588
Abril	136.675	584.892	8.327	30.605	21.506	90.627	7.804	31.776	174.312	737.900
Mai	156.645	741.538	7.828	38.433	23.931	114.558	7.804	39.580	196.209	934.109
Junho	110.282	851.820	7.299	45.732	18.196	132.754	7.804	47.385	143.582	1.077.691
Julho	120.585	972.405	7.518	53.250	26.572	159.327	7.804	55.189	162.480	1.240.171
Agosto	114.179	1.086.584	7.713	60.963	18.701	178.027	7.804	62.993	148.397	1.388.568
Setembro	126.053	1.212.637	7.736	68.699	20.163	198.190	7.804	70.798	161.756	1.550.324
Outubro	166.104	1.378.741	8.112	76.811	25.112	223.303	7.804	78.602	207.133	1.757.457
Novembro	145.693	1.524.435	8.192	85.003	22.607	245.909	7.804	86.406	184.296	1.941.753
Dezembro	142.697	1.667.132	8.370	93.372	32.892	278.801	7.804	94.211	191.763	2.133.516
2003										
Janeiro	155.457	155.457	7.109	7.109	22.358	7.109	20.271	20.271	205.195	205.195
Fevereiro	163.689	319.146	7.063	14.172	23.298	30.407	19.933	40.204	213.983	419.178
Março	141.978	461.124	6.542	20.714	19.481	49.887	6.301	46.506	174.301	593.479

Fonte: MINFAZ/STN

Elaboração: SEI

⁽¹⁾ Refere-se à desoneração do ICMS/Exportação - LC 87/96 - MP 1579.^(*) Deduzidos 15% para o FUNDEF.^(**) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP/LC 87/96 e complementação.

Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Município do Salvador
Período de Referência: Janeiro-Abril/2003

(R\$1 000)

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (b-c)
			Mar-Abr/2003 (b)	% (b/a)	Jan-Abr-/2003 (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	1.215.028	1.215.028	180.900	14,9	402.650	33,1	812.378
Receita Tributária	484.550	484.550	58.676	12,1	158.910	32,8	325.640
Impostos	394.500	394.500	49.108	12,4	127.786	32,4	266.714
Taxas	90.050	90.050	9.541	10,6	31.079	34,5	58.971
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Tributárias	-	-	27	-	45	-	-
Receita de Contribuições	21.850	21.850	12.124	-	16.253	74,4	5.597
Contribuições Sociais	21.850	21.850	6.082	-	10.211	46,7	11.639
Contribuições Econômicas	-	-	6.042	-	6.042	-	(6.042)
Receita Patrimonial	61.571	61.571	7.537	12,2	14.807	24,0	46.764
Receitas Imobiliárias	2.310	2.310	523	22,6	1.032	44,7	1.278
Receitas de Valores Mobiliários	18.350	18.350	6.778	36,9	13.296	72,5	5.054
Receitas de Concessões e Permissões	38.911	38.911	231	0,6	467	1,2	38.444
Outras Receitas Patrimoniais	2.000	2.000	5	0,3	12	0,6	1.988
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Produção Vegetal	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Produção Animal e Derivados	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	132	-	132	-	(132)
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	132	-	132	-	(132)
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	29.222	29.222	3.530	12,1	7.693	26,3	21.529
Receita de Serviços	29.222	29.222	3.530	12,1	7.693	26,3	21.529
Transferências Correntes	553.777	553.777	81.110	14,6	172.292	31,1	381.485
Transf. Intergovernamentais	491.510	491.510	78.483	16,0	168.310	34,2	323.200
Transf. de Instituições Privadas	-	-	22	-	56	-	(56)
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	6	-	6	-	(6)
Transferências de Convênios	62.267	62.267	2.599	4,2	3.920	6,3	58.347
Outras Receitas Correntes	64.058	64.058	17.791	27,8	32.563	50,8	31.495
Multas e Juros de Mora	22.500	22.500	12.197	54,2	20.988	93,3	1.512
Indenizações e Restituições	4.000	4.000	1.245	31,1	1.461	36,5	2.539
Receita da Dívida Ativa	29.000	29.000	4.236	14,6	9.133	31,5	19.867
Receitas Correntes Diversas	8.558	8.558	113	1,3	981	11,5	7.577
Receitas de Capital	72.321	104.121	6.527	6,3	12.501	12,0	91.620
Operações de Crédito	14.000	44.000	-	-	-	-	44.000
Operações de Crédito Internas	14.000	44.000	-	-	-	-	44.000
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Outras Operações de Crédito Internas	14.000	44.000	-	-	-	-	44.000
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	2.300	2.300	-	-	-	-	2.300
Alienação de Bens Móveis	2.300	2.300	-	-	-	-	2.300
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	55.899	57.699	6.527	11,3	12.501	21,7	45.198
Transf. Intergovernamentais	3.950	3.950	-	-	-	-	3.950
Transf. de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	51.949	53.749	6.527	12,1	12.501	23,3	41.248
Outras Receitas de Capital	122	122	-	-	-	-	122
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	122	122	-	-	-	-	122
Subtotal das Receitas (I)	1.287.349	1.319.149	187.427	14,2	415.151	31,5	903.998
Saldos de exercícios Anteriores (II)							
Subtotal III= I+II	1.287.349	1.319.149	187.427	14,2	415.151	31,5	903.998
Déficit (IV)							
Total (III+IV)	1.287.349	1.319.149	187.427	14,2	415.151	31,5	903.998

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG.

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS.



Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Município do Salvador
Período de Referência: Janeiro-Abril/2003

(R\$1 000)

Despesas	Dotação Inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação Atualizada (c)	Despesas					Saldo (c-g)
				Empenhadas		Liquidadas			
				Mar-Abril/ 2003 (d)	Jan-Abr/ 2003 (e)	Mar-Abril/ 2003 (f)	Jan-Abr/ 2003 (g)	% (g/c)	
Despesas Correntes	1.070.363	(123)	1.070.240	197.722	472.004	169.908	337.390	31,5	732.850
Pessoal e Encargos Sociais	404.810	(150)	404.660	62.713	165.074	66.440	126.831	31,3	277.829
Juros e Encargos da Dívida Intema	64.000	-	64.000	-	31.293	11.586	22.171	34,6	41.829
Outras Despesas Correntes	601.553	27	601.580	135.009	275.637	91.882	188.388	31,3	413.192
Despesas de Capital	207.986	37.890	245.876	26.202	68.746	33.935	55.651	22,6	190.225
Investimentos	151.976	32.890	184.866	20.572	41.932	22.314	37.011	20,0	147.855
Inversões Financeiras	5.010	5.000	10.010	5.630	5.835	3.630	3.835	38,3	6.175
Amortização da Dívida	51.000	-	51.000	-	20.979	7.991	14.805	29,0	36.195
Amortização da Dívida p/Contrato	51.000	-	51.000	-	20.979	7.991	14.805	29,0	36.195
Refinanciamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Amortizações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência	9.000	-	9.000	-	-	-	-	-	9.000
Subtotal das Despesas (I)	1.287.349	37.767	1.325.116	223.924	540.750	203.843	393.041	29,7	932.075
Superávit (II)	-	-	-	-	-	-	22.110	-	-
Total (I+II)	1.287.349	37.767	1.325.116	223.924	540.750	203.843	415.151	31,3	932.075

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG.

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS.





**SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA**

Serviço de Atendimento ao Usuário: de 2^o a 6^o, das 9:00 às 18:30
Tel.: (71) 370 4823/4822 Fax: (71) 371 1853
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br
Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4^o Avenida - 2^o and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia - tel.: (71) 371 9665

INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA SOCIEDADE

Publique seu Artigo

BAHIA ANÁLISE & DADOS

Uma das revistas de maior credibilidade da Bahia

A SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - abre espaço para autores que queiram publicar artigos na Revista Bahia Análise & Dados. Editada e registrada no ISSN desde 1991, a Bahia Análise & Dados tem recebido reconhecimento e grande credibilidade graças à abrangência e qualidade de seu conteúdo e ao elevado nível de seus colaboradores. Conheça as normas para publicação e a pauta temática da revista acessando o nosso site.

Tema - edição setembro/2003

Logística,
Infra-estrutura de Transportes
e Desenvolvimento Regional

Conheça as normas detalhadas e a pauta técnica no site:

www.sei.ba.gov.br





**SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA**

Serviço de Atendimento ao Usuário: de 2^o a 6^o, das 9:00 às 18:30
Tel.: (71) 370 4823/4822 Fax: (71) 371 1853
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br
Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4^o Avenida - 2^o and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia - tel.: (71) 371 9665

INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA SOCIEDADE
